



**ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU,
REALIZADA NO DIA VINTE E UM DE
DEZEMBRO DE DOIS MIL E DOZE.**

----- No dia vinte e um de Dezembro de dois mil e doze, teve lugar no Solar dos Peixotos, a Quinta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, a qual foi presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, António Joaquim Almeida Henriques, secretariado pelo Senhor António Elísio de Jesus Dias, como primeiro secretário e a Senhora Cristina Paula Cunha Pereira Gomes, como segunda secretária. -----

----- A Sessão teve início às nove horas e trinta e nove minutos, tendo-se verificado as faltas dos Senhores Deputados: Aldina da Conceição Fernandes de Jesus Almeida (justificada), António José Santos A. Lage Oliveira (justificada), e Pedro Rui Oliveira Rodrigues (justificada). -----

----- E para que conste na presente ata, o resumo da correspondência expedida e recebida, previamente distribuída, fica a seguir transcrito: -----

----- **CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA:** -----

- A Assembleia Municipal recebeu convites de diversos Organismos, Associações e Entidades, convidando o Senhor Presidente deste Órgão Autárquico a participar e assistir às mais variadas reuniões e realizações. -----

- Diversas entidades e partidos políticos solicitaram a cedência do Salão da Assembleia Municipal. -----

- O Senhor Deputado António José Santos Alves Lajes Oliveira remete, por correio eletrónico, justificação para a sua falta na Assembleia Municipal de 24 de setembro. -----

- A Senhora Deputada Aldina Conceição F. de Jesus Almeida remete, por via oficiosa, justificação para a sua falta na AM de 24 de setembro. -----

- O Jornal do Centro envia ofício onde informa das razões do Edital da Assembleia Municipal de 24 de setembro não ter sido publicado. -----

- A CGTP e o Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local enviam ofício referente ao pronunciamento das assembleias municipais sobre a extinção das freguesias, Lei nº22/2012. -----

- A Liga dos Combatentes - Núcleo de Viseu, por correio eletrónico, confirma a presença na sessão informal da Assembleia Municipal de 4 de outubro, sobre a Reorganização Administrativa Territorial -----

- A ACDV, por correio eletrónico, confirma a presença do Senhor Presidente da Direção na sessão informal da Assembleia Municipal de 4 de outubro, sobre a Reorganização Administrativa Territorial Autárquica. -----

- A FRAP Viseu, por correio eletrónico, confirma a presença na sessão informal da AM de 4 de outubro, sobre a Reorganização Administrativa Territorial Autárquica. -----

- O Centro Hospitalar Tondela/Viseu, por correio eletrónico, confirma a presença do Doutor Rui Melo na sessão informal da Assembleia Municipal de 4 de outubro, sobre a Reorganização Administrativa Territorial Autárquica. -----

- A Diocese de Viseu, por correio eletrónico, confirma a presença do Senhor Vigário Geral na sessão informal da Assembleia Municipal de 4 de outubro, sobre a Reorganização Administrativa Territorial Autárquica. -----

- O Comando Territorial da Guarda Nacional Republicana de Viseu, por correio eletrónico, confirma a presença do Senhor Tenente-Coronel José Alberto Coelho Gomes na sessão informal da Assembleia Municipal de 4 de outubro, sobre a Reorganização Administrativa Territorial Autárquica. -----



- O Regimento de Infantaria 14, por correio eletrónico, confirma a presença do Senhor Tenente-Coronel Rui Esteves na sessão informal da Assembleia Municipal de 4 de outubro, sobre a Reorganização Administrativa Territorial Autárquica. -----
- A Fundação D. Mariana Seixas (Provisu), por correio eletrónico, confirma a presença na sessão informal da Assembleia Municipal de 4 de outubro, sobre a Reorganização Administrativa Territorial Autárquica. -----
- A Universidade do Minho – NEDAL, por via oficiosa, solicita informação sobre a situação atual da execução da Lei nº 22/2012, e designadamente respostas a algumas perguntas. -----
- O Centro de Recrutamento de Viseu, por correio eletrónico, confirma a presença na sessão informal da A Assembleia Municipal de 4 de outubro, sobre a Reorganização Administrativa Territorial Autárquica. -----
- A Junta de Freguesia de Rio de Loba remete, por via oficiosa, parecer da Assembleia de Freguesia sobre a Reorganização Administrativa Territorial Autárquica. -----
- O Instituto Piaget, por correio eletrónico, confirma a presença na sessão informal da AM de 4 de outubro, sobre a Reorganização Administrativa Territorial Autárquica. -----
- O Senhor Tenente-Coronel Rui Esteves, do Regimento de Infantaria 14, por correio eletrónico, informa que, por motivos de serviço, não poderá estar presente na sessão informal da Assembleia Municipal de 4 de outubro, sobre a Reorganização Administrativa Territorial Autárquica. -----
- O Grupo Parlamentar do PCP, por correio eletrónico, envia Declaração Política apresentada em Plenário, sobre a apresentação de candidaturas no domínio do ciclo urbano da água, na vertente em baixa – modelo não verticalizado do (POVT-QREN).-----
- A TVI – Relações Públicas, por correio eletrónico, acusa a receção de e-mail sobre a sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 12 de Outubro -----
- A Senhora Deputada Sofia Margarida G. de Campos Salvado Pires, por correio eletrónico, informa que não lhe é possível estar presente na sessão extraordinária da AM de 12 de outubro. -----
- O Grupo Parlamentar do PCP, por correio eletrónico, envia teor das perguntas dirigidas ao Ministério da Economia e ao Ministério do Ambiente sobre a avaliação dos critérios de seleção de candidaturas do ciclo urbano da água, no âmbito do QREN. -----
- O Senhor Deputado Alexandre Santos solicita, por e-mail, a suspensão do mandato por um mês. -----
- O Senhor Deputado Pedro Carvalho Ruas solicita, por via oficiosa, a suspensão do mandato por um mês. -----
- A Junta de Freguesia de Vila Chã de Sá remete, por via oficiosa, Ata da pronúncia da Assembleia de Freguesia sobre a Reorganização Administrativa. -----
- A Senhora Deputada Aldina Jesus A. Almeida, por correio eletrónico, apresenta justificação para a sua falta na sessão extraordinária da AM de 12 de outubro. -----
- A Senhora Deputada Sofia Margarida Salvado Pires, por correio eletrónico, apresenta justificação para a sua falta na sessão extraordinária da AM de 12 de outubro. -----
- O Senhor Deputado Alfredo José Ribeiro Gonçalves, por correio eletrónico, apresenta justificação para a sua falta na sessão extraordinária da AM de 12 de outubro. -----
- O Senhor Intendente Victor Manuel Torres Rodrigues, ao iniciar funções como Comandante Distrital da PSP de Viseu, apresenta, por via oficiosa, cumprimentos e expressa a sua total disponibilidade, colaboração e empenho. -----
- A Junta de Freguesia de Repeses, por via oficiosa, remete Ata da pronúncia da Assembleia de Freguesia sobre a Reorganização Administrativa. -----
- O Gabinete do Senhor Primeiro-Ministro remete ofício sobre o Centro Hospitalar Tondela/Viseu EPE, informando que o assunto foi transmitido ao Gabinete do Ministro da Solidariedade e da Segurança Social. -----
- O Gabinete do Senhor Primeiro-Ministro remete ofício sobre a construção e funcionamento das Unidades de Internamento da Rede de Cuidados Continuados,



informando que o assunto foi transmitido ao Gabinete do Ministro da Solidariedade e da Segurança Social. -----

- O Grupo Parlamentar do PCP envia, por via oficiosa, Requerimento dirigido à Comissão Parlamentar para a Ética, Cidadania e Comunicação do Governo, com vista à Audição da ANACOM sobre o ponto de situação da migração para a TDT. -----

- O Grupo Parlamentar do PCP, por via oficiosa, envia cópia da resposta governamental à pergunta dos Senhores Deputados Bruno Dias e Rita Rato sobre a retirada dos passes à maioria dos estudantes. -----

- O Grupo Parlamentar do PCP remete, por via oficiosa, o teor do Projeto-Lei que revoga a Lei nº 22/2012 de 30 de maio. -----

- O Senhor Deputado Miguel Tiago envia, por via oficiosa, cópia da pergunta ao Governo sobre salários em atraso na empresa Fulgurauto de Viseu. -----

- O Grupo Parlamentar do PCP remete, por via oficiosa, o teor do Projeto-Lei que revoga a Lei nº 49/2012 de 29 de agosto. -----

- A Assembleia da República envia ofício, na sequência do requerimento do Senhor Deputado Altino Bessa, a solicitar as diligências necessárias à emissão da informação pretendida. -----

- A Liga dos Combatentes de Viseu envia ofício com a informação da cessação de funções do Presidente. -----

- A Comissão de Utentes Contra as Portagens na A25, A24 e A23 comunica, por via oficiosa, que foi alterada a data do Fórum “Defender o Interior. Pôr fim às Portagens” para o dia 5 de janeiro de 2013. -----

- A Unidade Técnica para a Reorganização Administrativa do Território (UTRAT) solicita, por via oficiosa, informações sobre os limites territoriais das freguesias propostas, de acordo com a respetiva pronúncia desta Assembleia Municipal. -----

- O Senhor Manuel Pinto solicita, por via oficiosa, informações sobre a Reorganização Administrativa Territorial Autárquica. -----

- O Grupo Parlamentar do PCP solicita, por via oficiosa, respostas à pergunta sobre as alterações nos passes 4, 18 e sub23, e as implicações para o transporte público. -----

- A Comunidade Intermunicipal Dão Lafões envia, por via oficiosa, cópia da Deliberação enviada ao Senhor Presidente da República. -----

- O Senhor Manuel Lopes Pinto envia, por correio eletrónico, pedido de informações sobre a diminuição do número de freguesias no concelho de Viseu. -----

- A Câmara Municipal de Viseu remete Ponto para ser agendado na Assembleia Municipal de 21 de dezembro – SMAS – Alteração ao Regulamento do serviço de drenagem de águas residuais do concelho de Viseu, para 2013 – ETAR de Viseu Sul. -----

- A Câmara Municipal de Viseu remete Ponto para ser agendado na Assembleia Municipal de 21 de dezembro – Informação relativa aos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia concedida no âmbito da Lei dos Compromissos – CMV. -----

- A Câmara Municipal de Viseu remete Ponto para ser agendado na Assembleia Municipal de 21 de dezembro – Habisolvis, EM – Empresa Municipal de Habitação Social Viseu: Compromissos Plurianuais. -----

- A Câmara Municipal de Viseu remete Ponto para ser agendado na Assembleia Municipal de 21 de dezembro – Habisolvis, EM – Empresa Municipal de Habitação Social Viseu: Regulamento de Habitação Social. -----

- A Câmara Municipal de Viseu remete Ponto para ser agendado na Assembleia Municipal de 21 de dezembro – Regulamento e Tabelas, Taxas, Licenças e outras Receitas do Município de Viseu. -----

- A Câmara Municipal de Viseu remete Ponto para ser agendado na Assembleia Municipal de 21 de dezembro – Participação variável no IRS – Lei nº 2/2007 de 15 de janeiro. -----

- A Câmara Municipal de Viseu remete Ponto para ser agendado na Assembleia



Municipal de 21 de dezembro – Orçamento e Grandes Opções do Plano e Mapa do Pessoal da Câmara Municipal de Viseu e dos SMAS para o ano de 2013. -----

- A Câmara Municipal de Viseu remete Ponto para ser agendado na Assembleia Municipal de 21 de dezembro – Estatuto do Pessoal Dirigente – Despesas de Representação – Lei nº 49/2012 de 29 de agosto. -----

- A Câmara Municipal de Viseu remete Ponto para ser agendado na Assembleia Municipal de 21 de dezembro – Plano de Pormenor da envolvente urbana do Rio Pavia. ---

- A Câmara Municipal de Viseu remete Ponto para ser agendado na Assembleia Municipal de 21 de dezembro – Adequação das estruturas orgânicas da CMV e dos SMAS à Lei nº 49/2012 de 29 de agosto e à Lei nº 50/2012 de 31 de agosto. -----

- A Câmara Municipal de Viseu remete Ponto para ser agendado na Assembleia Municipal de 21 de dezembro – Informação relativa aos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia concedida no âmbito da Lei dos Compromissos – SMAS. -----

- A Câmara Municipal de Viseu remete Ponto para ser agendado na Assembleia Municipal de 21 de dezembro – Desafetação de Bens do Domínio Público – Parcela situada na E. N. 16 – Pascoal, Freguesia de Abraveses. -----

- A Câmara Municipal de Viseu remete Ponto para ser agendado na Assembleia Municipal de 21 de dezembro – Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TM DP). -----

- O Grupo Parlamentar do PCP remete, por via oficiosa, tomada de posição sobre a Reforma da Administração Local. -----

- A Comunidade Intermunicipal Dão Lafões remete, por via oficiosa, Plano de Atividades e Orçamento para o ano económico de 2013. -----

- A Câmara Municipal de Viseu envia, por via oficiosa, Atividade e situação financeira do Município. -----

- Foram recebidos Postais de Boas Festas de diversos Organismos, Associações e Entidades. -----

----- **CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA:** -----

- Foi dado conhecimento dos diversos pedidos de cedência do Salão da AM, aos Partidos Políticos que o solicitaram, bem como, às Entidades e Organismos que efetuaram o mesmo pedido. -----

- Foram remetidas, por via oficiosa, para o Senhor Presidente da Câmara de Viseu, cópias das Certidões em minuta das Aprovações e Deliberações tomadas na Sessão Ordinária desta AM do dia 24 de setembro de 2012. -----

- Foram enviadas Convocatórias e Convites, por via oficiosa, às forças vivas do concelho, para uma sessão informal da AM de 4 de outubro, sobre a Reorganização Administrativa Territorial Autárquica. -----

- Foi enviado, por correio eletrónico, aos Líderes Municipais, a comunicação da CGTP e do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local referente ao pronunciamento das assembleias municipais sobre a extinção das freguesias. -----

- Foi enviado ofício para o Partido Socialista de Viseu informando que, em virtude do pedido de suspensão do mandato por um mês do Senhor Deputado Municipal Alexandre João G. dos Santos, foi convocada a Senhora Deputada Marta Alexandra Costa para tomar parte neste grupo parlamentar. -----

- Foi enviado ofício para a Senhora Deputada Marta Alexandra Costa informando que, em virtude do pedido de suspensão do mandato por um mês do Senhor Deputado Municipal Alexandre João G. dos Santos, foi convocada para fazer a respetiva substituição. -----

- Foi enviada, por via oficiosa, Convocatória a todos os Senhores Vereadores para a sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 12 de outubro, sobre a Reorganização Administrativa Territorial Autárquica. -----

- Foi enviado, por via oficiosa, a vários órgãos de Comunicação Social e Presidentes de Junta o Edital da sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 12 de outubro, sobre



- a Reorganização Administrativa Territorial Autárquica. -----**
- Foi enviada, por correio eletrónico, Convocatória a todos os Deputados Municipais para uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 12 de outubro, sobre a Reorganização Administrativa Territorial Autárquica. -----
 - Foi enviada, por correio eletrónico, aos Senhores Deputados Municipais substitutos, Convocatória para uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 12 de outubro, sobre a Reorganização Administrativa Territorial Autárquica. -----
 - Foi enviada, por via oficiosa, para o Gabinete do Senhor Primeiro-Ministro, cópia duma Proposta apresentada pelo Senhor Deputado Municipal José Manuel Henriques Mota de Faria, do Grupo Parlamentar do PSD, aprovada por unanimidade na sessão da Assembleia Municipal de 24 de setembro. -----
 - Foi enviada, por via oficiosa, para o Senhor Ministro da Saúde, cópia duma Proposta apresentada pelo Senhor Deputado Municipal José Manuel Henriques Mota de Faria, do Grupo Parlamentar do PSD, aprovada por unanimidade na sessão da Assembleia Municipal de 24 de setembro. -----
 - Foi enviada, por via oficiosa, para o Senhor Ministro da Solidariedade e da Segurança Social, cópia duma Proposta apresentada pelo Senhor Deputado Municipal José Manuel Henriques Mota de Faria, do Grupo Parlamentar do PSD, aprovada por unanimidade na sessão da Assembleia Municipal de 24 de setembro. -----
 - Foi enviada, por via oficiosa, para o Gabinete do Senhor Primeiro-Ministro, cópia duma Proposta apresentada pelo Senhor Deputado Municipal José Manuel Henriques Mota de Faria, do Grupo Parlamentar do PSD, aprovada por unanimidade na sessão da Assembleia Municipal de 24 de setembro. -----
 - Foi enviada, por via oficiosa, para o Senhor Ministro da Saúde, cópia duma Proposta apresentada pelo Senhor Deputado Municipal José Manuel Henriques Mota de Faria, do Grupo Parlamentar do PSD, aprovada por unanimidade na sessão da Assembleia Municipal de 24 de setembro. -----
 - Foi enviada, por via oficiosa, para o Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, cópia da Moção apresentada pelo Senhor Deputado Municipal Alexandre João Oliveira Gonçalves dos Santos, do Grupo Parlamentar do PS, relativa a um Voto de Repúdio à decisão do Governo sobre as SCUT'S, aprovada na sessão da Assembleia Municipal de 24 de setembro. -----
 - Foram enviados por, correio eletrónico, aos líderes dos grupos municipais e ao Executivo Municipal, cópias dos pareceres emitidos pelas assembleias de freguesia do concelho de Viseu. -----
 - Foi enviada, por via oficiosa, para o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, cópia duma Proposta de Recomendação apresentada pelo Senhor Deputado Municipal Carlos Vieira e Castro, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, na Assembleia Municipal de 24 de setembro. -----
 - Foi enviado, por via oficiosa, para o Senhor Presidente da Assembleia da República, Deliberação em Minuta tomada na sessão extraordinária desta AM de 12 de outubro sobre a Reorganização Administrativa Territorial Autárquica, bem como o estudo que a sustentou, e cópias dos pareceres emitidos pelas assembleias de freguesia. -----
 - Foi enviado, por via oficiosa, para a Família Silvestre, um Voto de Pesar em memória do Professor José Gomes Silvestre aprovado por unanimidade na sessão da Assembleia Municipal de 24 de setembro, por proposta do Grupo Parlamentar do PSD. -----
 - Foi enviado, por via oficiosa, para a Família Boga, um Voto de Pesar em memória de Victor Manuel Freire Boga aprovado por unanimidade na sessão da Assembleia Municipal de 24 de setembro. -----
 - Foi enviado, por via oficiosa, para o novo Comandante da PSP de Viseu, um agradecimento pela disponibilidade demonstrada e desejos de felicidades no desempenho das funções. -----
 - Foi enviado, por via oficiosa, para o Jornal do Centro, um pedido de desculpas pelo



- sucedido. -----
- Foi enviada, por via oficiosa, para o Senhor Presidente da República, a informação solicitada, no seguimento da comunicação do Senhor Deputado Altino Bessa (requerimento nº 290/XII/2ª AL). -----
 - Foi enviada, por via oficiosa, para a Comunidade Intermunicipal Dão Lafões, a informação de que o Senhor Deputado Rui Rodrigues dos Santos solicitou a esta AM a renúncia de mandato. -----
 - Foi comunicado, por correio eletrónico, ao Senhor Presidente da AM e à PSP que tinham partido uma das portas traseiras da Assembleia Municipal, não se tendo verificado a falta de nada. -----
 - Foi enviada, por correio eletrónico, ao Gabinete de Apoio ao Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Convocatória para uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 12 de outubro, sobre a Reorganização Administrativa Territorial Autárquica. -----
 - Foi enviada, por correio eletrónico, aos Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Viseu, Convocatória para uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 12 de outubro, sobre a Reorganização Administrativa Territorial Autárquica. -----
 - Foi enviado, por via oficiosa, a vários Órgãos da Comunicação Social, o Edital para uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 12 de outubro, sobre a Reorganização Administrativa Territorial Autárquica. -----
 - Foi enviado, por e-mail, aos líderes dos Grupos Municipais, o teor do Projeto-Lei que revoga a Lei nº49/2012 de 29 de agosto, enviado pelo Grupo Parlamentar do PCP. -----
 - Foi enviado, por correio eletrónico, aos líderes dos Grupos Municipais, a comunicação da Comissão de Utentes Contra as Portagens na A25, A24 e A23. -----
 - Foi comunicado, por correio eletrónico, à Comunidade Intermunicipal Dão Lafões, que o ex-deputado Municipal Rui Santos foi substituído pela Senhora Deputada Helena Maria Vala Correia, de acordo com a lista apresentada. -----
 - Foi comunicado, por e-mail, à Senhora Deputada Helena Maria Vala Correia, para proceder à substituição do ex-deputado municipal Rui Santos na Comunidade Intermunicipal Dão Lafões. -----
 - Foi enviada, por correio eletrónico, ao Senhor Diretor de Departamento, a Convocatória para a próxima Assembleia Municipal, dia 21 de dezembro. -----
 - Foi enviada, por correio eletrónico, aos Senhores Vereadores, a Convocatória para a próxima Assembleia Municipal, dia 21 de dezembro. -----
 - Foi comunicado, por correio eletrónico, ao Gabinete de Apoio ao Presidente da Câmara Municipal de Viseu, a Convocatória para a próxima Assembleia Municipal, dia 21 de dezembro. -----
 - Foi enviado, por correio eletrónico, aos Senhores Vereadores e aos Senhores Deputados Municipais, o Convite para a Ceia de Natal desta Assembleia Municipal. -----
 - Foi remetida, por correio eletrónico, aos Senhores Vereadores, aos Senhores Deputados Municipais e aos membros do Grupo de Trabalho, a tomada de posição do Grupo Parlamentar do PCP sobre a Reforma da Administração Local. -----
 - Foi enviado, por via oficiosa, para os Partidos e Senhores Presidentes de Junta, a Convocatória e o Edital da próxima Assembleia Municipal, dia 21 de dezembro. -----
 - Foi enviado para publicação, para os vários órgãos de Comunicação Social, o Edital da próxima Assembleia Municipal, dia 21 de dezembro. -----
 - Foi enviada, por E-mail, para os Senhores Deputados, a Atividade e a situação financeira do Município de Viseu. -----
 - Foram enviadas, por correio eletrónico, para os Senhores Deputados Municipais, as Atas da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 24 de setembro e da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 12 de outubro. -----
 - Foram enviados, por via oficiosa, agradecimentos e retribuição de Boas Festas às várias Entidades que as enviaram a esta Assembleia Municipal. -----



- Foram enviados cartões de Boas Festas aos presidentes das assembleias municipais e câmaras municipais do distrito. -----

- Foram enviados cartões eletrónicos de Boas Festas para os Senhores Vereadores, Presidentes de Junta e Membros da Assembleia Municipal. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA, após verificação das faltas dos Senhores Deputados acima referenciados e tendo verificado a existência de quórum, deu início à Sessão dizendo o seguinte: Muito bom dia, vamos dar início à nossa Sessão da Assembleia Municipal. Cumprimento o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, cumprimento as Senhoras e os Senhores Deputados, também os membros da Imprensa, Público não temos presente. A nossa Sessão da Assembleia Municipal constará da Ordem de Trabalhos que foi enviada aos Senhores Deputados, no entanto queria, por antecipação, colocar à consideração dos Senhores Deputados a inserção de algo que já foi enviado a todos, de mais um Ponto na Ordem de Trabalhos que nos solicita a Autarquia, que seria a Autorização Prévia de Compromissos Plurianuais para 2013 da Câmara Municipal de Viseu e dos Serviços Municipalizados. Como sabem, a inserção deste Ponto extra na Ordem de Trabalhos passaria a ser o Ponto Quinze, que carece de aprovação por parte da Assembleia. Eu, antes de mais, colocava à discussão, perguntando se algum dos Senhores Deputados se quer pronunciar sobre a inserção deste Ponto na Ordem de Trabalhos? Então iria colocar à votação. *Por unanimidade este passará a ser o Ponto Quinze da Ordem de Trabalhos.* Como habitualmente, começaríamos pela aprovação da Ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia doze de Outubro de 2012, que eu colocava também à consideração dos Senhores Deputados, perguntando se alguém se quer pronunciar? Senhor Deputado faça o favor. Tem a palavra, Senhor Deputado Alberto Ascensão. -----

-UM - O SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DA ASCENÇÃO (PS):

Senhor Presidente da Mesa e restantes membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Comunicação Social presente. Eu queria aproveitar a oportunidade para referir aqui um pormenor, o qual já dei conhecimento aos serviços técnicos, que se reporta à Ata da Assembleia Extraordinária de 25 de Abril, que se realizou dia 5 de Junho do ano passado, de 2011, não é deste ano, é de 2011. Como é habitual, as intervenções são escritas, fui eu que tive a intervenção em representação do Partido Socialista, e tal como me comprometi com a funcionaria, Dona Alzira, enviei-lhe via e-mail, nesse mesmo dia, o texto integral da minha intervenção. Acontece que entretanto a Senhora se aposentou e penso que a origem deste lapso foi essa, e aquilo que eu disse não está minimamente reflectido na Ata. Aliás, houve uma redução significativa, das cinco páginas que eu escrevi, aparece uma página, é verdade que na Ata as páginas são mais compactas, mas mesmo assim não reflecte minimamente, reduzida aí a um terço, reduzida de uma forma incompreensível, ninguém percebe o que eu disse. O que eu propunha à Mesa era que, uma vez que a Ata já está aprovada, já não se pode remediar, eu percebo isso, pelo menos que fique uma adenda, que passe a constar como uma adenda aquilo que foi dito nessa Assembleia, uma adenda à Ata dessa Assembleia, por forma a repor a verdade na intervenção que eu tive nessa Assembleia. Eu quero só justificar isto, porque a Ata foi aprovada e eu também estive na aprovação dessa Ata, mas há aqui uma questão de confiança, quer da Mesa, quer dos serviços, principalmente pelo facto de ter remetido via email o texto completo. Portanto vou deixar na Mesa o texto do discurso, para, se assim o entenderem, poder ser feita uma adenda. Muito obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Obviamente que já tinha conhecimento desta questão. A verdade é que as atas são enviadas aos Senhores Deputados com antecedência e depois são colocadas em cada sessão da Assembleia Municipal à consideração, exactamente para serem debatidas e para serem corrigidas pelos Senhores Deputados que assim o entendem. Este processo é totalmente transparente, aliás, utilizamos o método da transcrição integral das intervenções dos Senhores Deputados,



para que efetivamente não corram o risco duma má interpretação, naquele sistema de atas que são resumos. Agora, eu pela minha parte, e se a Assembleia não se opuser, obviamente que em relação à Ata da altura não é possível fazer qualquer alteração, como sabem, depois de aprovada faz parte do Livro de Atas, devidamente numerado e devidamente assinado e rubricado, não é passível de qualquer alteração, agora, da parte da Mesa, não vemos nenhum inconveniente, que na Ata de hoje, no final desta Ata, seja depois colocada um Ponto, referido por solicitação do Senhor Deputado, em relação à Ata de tantos de tal, que se faz uma correcção a essa Ata, se efectivamente os Membros da Assembleia Municipal não se opuserem a esta metodologia. Portanto eu colocava à consideração a possibilidade desta metodologia ser seguida, eu por mim e por parte da Mesa não vemos nenhum inconveniente em que isso seja feito, portanto perguntava se alguém se opõe? Assim será feito Senhor Deputado, na Ata de hoje será feita essa correcção no final da nossa Ata. Voltando à Ata que estava em debate, estamos a apreciar a Ata de doze de Outubro de 2012. Pergunto se alguém se quer pronunciar, alguma das Senhoras Deputadas ou dos Senhores Deputados? Não tenho nenhum pedido nesse sentido, vou colocá-la à votação. Aprovada por unanimidade. Vou pôr agora também à consideração a Ata da Quarta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu, realizada no dia vinte e quatro de Setembro de 2012, até devia ter sido a primeira. Pergunto se algum dos Senhores Deputados se quer pronunciar sobre esta Ata? Não tenho nenhum pedido nesse sentido, vou colocá-la à votação. Aprovada com uma abstenção. Far-se-á a contagem do quórum neste momento e dir-se-á depois a forma como foi aprovada a Ata. Ultrapassada esta questão, e estabilizada a nossa Ordem de Trabalhos, lembrava só que hoje teremos, depois da nossa Assembleia Municipal e por convite do Senhor Presidente da Câmara, haverá a nossa habitual Ceia de Natal, para a qual estão todos convidados, o que eu pedia era que junto dos serviços, se alguém não fosse, das pessoas que assinarão hoje a presença, se alguém não for, para o dizer, para evitar que se esteja a marcar um lugar e que depois é pago e não é consumido. Peço que efectivamente se alguém não for para o dizer ali à Dona Isabel. Então íamos dar entrada no Período Antes da Ordem do Dia, já tenho aqui as inscrições, temos dezassete inscrições no Período Antes da Ordem do Dia. Vamos ao trabalho e dou a palavra em primeiro lugar ao Senhor Deputado Correia de Campos. -----

-----**DOIS - O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDO CORREIA DE CAMPOS (PS):** Caras e Caros Colegas Deputados, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, é um prazer ter V. Exa., sempre connosco a presidir estas sessões, mesmo quando alguns dos Senhores Deputados não podem estar, eu não tenho tido a possibilidade de poder estar, muito obrigado, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores membros da Mesa. O número de dezassete intervenções previstas é realmente um estímulo para que cortemos o máximo possível e poupemos as palavras, e eu vou directo ao assunto que me traz aqui. Eu queria solicitar à Assembleia Municipal que indicasse um Membro para um júri dum prémio escolar que irei criar, ou que criei, no meu gabinete, com o título de “Viseu na Europa”. Este prémio destina-se, é feito através de um concurso, é atribuído através de um concurso dos alunos do Ensino Secundário Público, Profissional e Superior das escolas do concelho de Viseu, nos três escalões, secundário, profissional e superior, e abrange todas as escolas do concelho, escolas e institutos universitários do concelho: Viriato, Emídio Navarro, Alves Martins, Mariana Seixas, Profitecla, Torredeita, Escola Superior de Educação, Escola Superior de Saúde, Escola Superior de Tecnologia e Gestão, Escola Superior Agrária, Escola Superior de Estudos Interculturais e Transdisciplinares, Escola Superior de Saúde e Centro de Universidade das Beiras da Universidade Católica. O objectivo é que cada uma destas escolas possa anunciar e aparecerem trabalhos escritos, em grupo, até um máximo de cinco candidatos, que sejam depois internamente classificados nas escolas, escolhidos os cinco melhores nas escolas secundárias e profissionais, e os dez melhores nas instituições universitários. Esse conjunto de trabalhos serão depois, darão lugar à escolha de um por cada escola, que será realizada por um júri, ao qual eu naturalmente presidirei,



por razões de ofício, e para o qual gostaria de ter a presença do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, se os seus múltiplos afazeres públicos e pessoais o permitirem. Da mesma forma gostaria de ter também a presença do Senhor Presidente do Município, mas reconheço que talvez também nesse caso os seus afazeres impliquem maior mobilidade e dificuldade, mas no entanto, se o Senhor Presidente tiver a disponibilidade de nos dar a honra de integrar este júri, seria com o maior prazer, caso contrário poderá solicitar ao Município que delegasse em quem entendesse, o Vereador da Cultura, ou em quem entendesse. A ideia deste prémio, o prémio destina-se a fomentar o interesse dos estudantes do concelho pelas políticas da União Europeia, melhorar as suas capacidades de investigação e metodologia de elaboração de trabalhos académicos em grupo, dando-lhes depois a possibilidade de serem recebidos no Parlamento Europeu, em Bruxelas, numa das visitas habituais. Este prémio terá, até ao fim do meu actual mandato em Bruxelas, duas edições, a primeira será, digamos, anunciada o mais depressa possível, caso aqui não haja nenhuma objecção, e será depois decidido até Abril, e a primeira visita será feita em Maio. Estimam-se que entre quarenta e oito a cinquenta e seis visitantes que possam concorrer, em cada fornada, das duas fornadas ainda que vão ser realizadas deste prémio. Os temas dos trabalhos são livres, mas deverão estar relacionados com o funcionamento, história ou enquadramento institucional e/ou jurídico da União Europeia, ou com o impacto das suas políticas em Portugal ou na região de Viseu. Há um Regulamento já preparado, esse Regulamento será divulgado a todas as escolas aqui indicadas, tal como o acabei de o entregar ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal e ao Senhor Presidente da Câmara, e o objectivo será fazer uma ligação mais forte entre a juventude escolar e universitária e os temas europeus, cuja importância todos conhecemos. Gostaria, para terminar, de confirmar o meu convite ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal para poder integrar este júri, dava-me muita honra, e em correspondência separada oficiarei ao Senhor Presidente da Câmara, sem embargo de já lhe ter entregue uma cópia pessoal, mas oficiarei à Câmara Municipal a solicitar também a indicação de um membro para o júri. Muito obrigado Senhor Presidente. -----

-----**MESA – O SENHOR PRESIDENTE**

DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Felicito-o pela iniciativa, que acho que é uma iniciativa louvável, de interacção da sua função de Deputado Europeu com aqui a área do concelho de Viseu, e acho que é de facto muito importante cada vez mais promover um conhecimento da Europa por parte dos jovens, e promover a sua interacção do ponto de vista da inserção, digamos assim, de facto hoje vivemos neste grande espaço europeu, onde efectivamente é importante que os nossos jovens se sintam parte integrante e também tirem partido das vantagens que programas como o Erasmus e outros lhe dão, no sentido de terem cada vez mais uma visão alargada do Mundo. Da parte da Assembleia, eu penso que a Assembleia, não sei se algum dos Senhores Deputados se quer pronunciar, mas que todos veremos com bons olhos esta iniciativa e também, enquanto Presidente da Assembleia Municipal, não deixarei de responder favoravelmente ao convite que foi formulado, e participar de uma forma activa nesse júri. Portanto seria isto o que neste momento me ocorreria dizer, não sei se alguém se quer pronunciar sobre esta matéria? Muito bem, então passaríamos ao Senhor Deputado a seguir inscrito, que é o Senhor Deputado António Vicente de Figueiredo, mas pelo que vejo não está presente. Daria de seguida a palavra ao Senhor Deputado Joaquim Messias, que também não está presente. Ah, está, peço desculpa. Tem a palavra Senhor Deputado. -----

-----**TRÊS - O SENHOR DEPUTADO**

JOAQUIM LÚCIO TRINDADE MESSIAS (PSD): Muito obrigado Senhor Presidente. Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Viseu, Exmos. Senhores Secretário e Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Exma. Senhora Vereadora e Senhores Vereadores, Caras e Caros Deputados da Assembleia Municipal, minhas Senhoras e meus Senhores, Comunicação Social aqui presente. A minha intervenção está relacionada até um pouco com o tema que



trouxe aqui o Senhor Deputado Correia de Campos, que desde já também o felicito pela iniciativa, e tem a ver com a valorização do papel dos jovens e a forma como nalgumas iniciativas que a Câmara Municipal tem desenvolvido nos últimos tempos têm valorizado esse papel, no sentido de construir uma sociedade melhor no futuro. Uma sociedade que quer preparar o futuro tem que criar condições para se proporcionar aos jovens o acesso a uma formação cultural, desportiva e artística integral. A ocupação salutar dos tempos livres é uma condição indispensável para o desenvolvimento integrado e harmonioso das crianças, adolescentes e jovens. Como está presente no texto máximo da nossa democracia, a Constituição da República, a acção política para a juventude deve ter como principal objectivo o desenvolvimento da personalidade dos jovens, o proporcionar a sua integração na vida activa, o gosto pela criação livre e desenvolver o sentido de serviço à comunidade. O atingir destes objectivos é responsabilidade de todos os actores sociais em cada um dos seus sectores de actividade e campos de actuação. A Autarquia de Viseu tem desenvolvido uma política de futuro para a juventude, conjugando as diversas áreas, da cultura ao desporto, do lazer à formação, numa perspectiva integradora e com a utilização parcimoniosa dos recursos ao seu dispor. O prestar uma atenção especial aos jovens, disponibilizando as melhores infra-estruturas físicas e humanas ao dispor na sua formação é carácter distintivo de uma comunidade. Com a inauguração, no passado dia onze, do novo Centro Municipal da Juventude, a Câmara Municipal de Viseu deu mais um passo decisivo na valorização dos jovens, colocando ao seu dispor um novo espaço físico moderno, modelar e criativo. O Centro Municipal da Juventude, inaugurado em 2005, funcionando até agora no Solar dos Condes de Prime, ao instalar-se na Rua Conselheiro Sousa de Macedo, Escadinhas de Santo Agostinho, vê assim renovada a sua função, potenciando os recursos existentes e apresentando-se como uma forma de recuperação criativa e útil dum espaço privilegiado da cidade de Viseu. Dos mais de cem metros quadrados disponíveis, destacam-se a Sala de Estudo e a Sala Internet. O conceito modelar e criativo, conjugando as potencialidades das novas tecnologias disponibilizadas pela Cybersync, com as exigentes necessidades dos estudos atuais, permitirá um apoio fundamental ao estudo e ao fruir de momentos de lazer de forma responsável e inovadora. Este conceito encontra-se já potencializado desde 2008 na Sala Pórtico do Fontelo, que tem uma frequência anual superior a quarenta e seis mil utilizadores. O renovado edifício das Escadinhas de Santo Agostinho é mais um espaço que incrementa um conjunto de serviços dirigidos aos jovens viseenses, com uma sala de acesso gratuito à internet, destacando-se o posto equipado para acesso a cidadãos invisuais, uma sala cyber-estudo e uma sala de formação e manutenção de serviços de assessoria e informações, tornando-a num local de referência para a população estudantil. Uma juventude bem formada representa o futuro, garantindo com uma esperança renovada que o amanhã será melhor do que o nosso presente. Numa visão perspectiva de que os jovens irão desfrutar e potenciar, a Câmara Municipal de Viseu, através do SRU/Viseu Novo, concretizou a adjudicação da reabilitação do edifício do antigo Quartel dos Bombeiros Voluntários, para nele instalar uma incubadora de empresas. Trata-se da concretização de mais uma obra marcante, que consubstancia parte substantiva da política de revitalização do centro histórico, ao qual se adicionam os projectos de valorização em implementação no âmbito da candidatura aprovada, designada Parcerias para a Regeneração Urbana. As obras de reabilitação do edifício, orçadas em cerca de quinhentos mil euros, permitirão acolher várias Start-Up's, que disporão de meios para desenvolverem a sua actividade firmemente apoiadas. O edifício do antigo Quartel dos Bombeiros, com duas frentes, para a Rua do Comercio e para a Rua D. Duarte, apresenta uma área bruta de oitocentos metros quadrados, que irá ter várias salas em "open space", outras mais reservadas que irão ser distribuídas em função do grau de maturidade de cada empresa. As designadas Empresas Criativas, design, paisagismo, comunicação, comunicações electrónicas, entre outras, passarão a ter um espaço privilegiado na cidade de Viseu. Criar condições para o surgimento de empresas inovadoras, criando riqueza e emprego, potenciando ideias de jovens



empresários, é uma das vias fundamentais para se sair da crise em que nos encontramos, herança pesada dos malfadados governos socialistas. Este é mais um exemplo duma obra que a Câmara Municipal de Viseu concretizará para benefício das gerações futuras e que não irá deixar dívida para os nossos filhos, mas irá potenciar as suas capacidades e condições para fazer mais e melhor. Na verdade, outros podem-se augurar a serem os mentores de semelhante ideia, no entanto, faltou engenho e arte aos seus líderes nacionais e locais, que não tendo a inspiração e expediente, nunca reuniram os recursos para tão importante projecto. Só uma gestão criteriosa da nossa Autarquia, desenvolvida ao longo dos vários mandatos do Doutor Fernando Ruas e suas equipas, possibilita agora o implementar de projectos desta envergadura, que irão possibilitar a dinamização dum espaço nobre na cidade de Viseu, sendo mais um contributo decisivo para a revitalização do seu centro histórico. Os jovens são a esperança de futuro do País, representando uma parte fundamental da esperança da rápida modernização da Nação, fundamental para assegurar a produtividade e a competitividade, que permitirá não repetir erros do passado. A Câmara Municipal de Viseu tem sabiamente criado condições favoráveis para que os jovens possam ser essa esperança regeneradora num futuro melhor. Aproveito esta oportunidade, e atendendo à época natalícia que estamos a passar, para desejar a todos um Santo Natal. Muito obrigado. -----

-----MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Dou agora a palavra ao Senhor Deputado Carlos Vieira. -----

-----QUATRO - O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE): Senhor Presidente da Mesa e restantes Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Comunicação Social, Público presente e funcionários em exercício. Trago aqui duas moções que vou passar a ler para não perdermos mais tempo. *A nova Lei das Rendas vai agravar a situação social. A entrada em vigor em doze de Novembro último do novo regime do arrendamento urbano poderá levar ao despejo de dezenas de milhar de famílias na região centro, antevê a Associação Nacional de Proprietários. No concelho de Viseu a aplicação da Lei nº 31/2012 de catorze de Agosto, que prevê, como é sabido, a liberalização total das rendas num prazo de cinco anos, irá ter graves consequências sociais, já que a imposição, de facto, duma renda de 1/15, 6.7% do valor patrimonial actualizado do fogo, conforme prevê a nova Lei, vai gerar rendas incomportáveis para um número muito elevado de inquilinos. Outra das graves consequências das medidas previstas nesta Lei quanto ao arrendamento não habitacional, será o encerramento de muitos estabelecimentos comerciais no concelho de Viseu, com o aumento ainda maior do desemprego, pelo que se impõe a revisão desta Lei. Num tempo em que são impostas à população medidas de empobrecimento forçado, descida dos salários e das pensões, não é justo nem aceitável aplicar uma Lei que prevê aumentos muito significativos das rendas e a facilitação dos despejos, e atinge principalmente as populações idosa e com poucos recursos económicos. Assim, a Assembleia Municipal de Viseu, reunida a vinte e um de Dezembro, perante o inevitável agravamento da situação social no concelho, decorrente do novo regime de arrendamento urbano, delibera defender uma moratória na aplicação da Lei nº 31/2012 de catorze de Agosto, enquanto decorrer o chamado PAEF e a consequente diminuição de salários e pensões e cortes nos subsídios de férias e de Natal. A remeter à Presidência da República, ao Governo, Assembleia da República e Grupos Parlamentares. Passo a ler a outra Moção. Moção pela Democracia Local: A Proposta de Lei nº 104/XII, do Governo, vem propor um novo regime jurídico para os órgãos das freguesias e dos municípios e para as áreas metropolitanas ou comunidades intermunicipais. No que tange às competências dos órgãos dos municípios e das freguesias, a Proposta de Lei nº 104/XII não apresenta grandes inovações. O actual sistema de governo dos municípios consagra a eleição directa da Câmara e Assembleia Municipal, o que deveria ditar um maior equilíbrio na repartição de competências entre estes órgãos. Por outro lado, o artigo 239º, nº 1 da Constituição da República Portuguesa é claro ao prever que as autarquias locais*



compreendem na sua organização uma assembleia eleita dotada de poderes deliberativos e de um órgão executivo perante ela responsável. Luís Fábrica e Joana Colaço, em anotação a este preceito, são muito críticos à solução actual. Dizem eles: “A eliminação do poder de destruição da câmara, às mãos do legislador ordinário, veio consolidar esta posição (constitucionalmente muito questionável), no sentido da independência do executivo perante a assembleia e a recondução desta ao limiar da irrelevância”. Fim de citação. In. Constituição Portuguesa Anotada, organizada por Jorge Miranda e Rui Medeiros. Ora, a Proposta de Lei nº 104/XII faz o caminho inverso, ao eliminar a competência expressa das assembleias municipais e das assembleias de freguesia para aprovar moções de censura aos respectivos órgãos executivos, independentemente dos seus efeitos. E este é, a nosso ver, um mau caminho. Prevê ainda a Proposta de Lei nº 104/XII novos poderes tributários propostos para as áreas metropolitanas/comunidades intermunicipais, que passam a dar obrigatoriamente parecer às assembleias municipais em matéria de fixação de taxas, impostos e exercício de poderes tributários, condicionando o papel dos membros das assembleias municipais, cuja legitimidade resultante de eleição directa é assim condicionada. Ao propor este novo regime jurídico, a Proposta de Lei nº 104/XII vem estabelecer um novo modelo de governação para as áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais, cuja grande novidade é a existência, como órgão executivo, de um Conselho Executivo, remunerado, e indirectamente eleito por um colégio eleitoral, que se dissolve após a eleição. Já o órgão deliberativo passa a ser o Conselho Intermunicipal, composto exclusivamente pelos presidentes de câmara dos municípios que integram a área metropolitana ou comunidade intermunicipal, extinguindo-se, por esta via, as actuais assembleias metropolitanas/intermunicipais. A extinção das assembleias metropolitanas ou intermunicipais, nos moldes propostos, diminuirá a democraticidade do sistema de governo das áreas metropolitanas/comunidades intermunicipais, por três razões fundamentais: a) Em primeiro lugar, porque considerando a igual legitimidade democrática das câmaras municipais e assembleias municipais, aliás resultantes de eleições distintas, mas por regra simultâneas e com o mesmo universo eleitoral activo, as assembleias municipais ficarão arredadas de uma intervenção permanente, através dos seus membros, na governação das áreas metropolitana /comunidades intermunicipais; b) Em segundo lugar, porque a actual representatividade das assembleias metropolitanas/intermunicipais, designadamente no que concerne às diferenças populacionais entre municípios, é totalmente abandonada, passando o conselho metropolitano/intermunicipal, enquanto exclusivo órgão deliberativo, a assegurar uma igual representação de cada município, independentemente da respectiva população; c) Em terceiro lugar, porque a eleição da Comissão Executiva por um colégio eleitoral distinto do órgão deliberativo e fiscalizador diminui a responsabilidade política daquela. Acrescem ainda a estas três razões fundamentais, outros aspectos importantes que atestam a diminuição da democraticidade do sistema de governo proposto para as áreas metropolitanas/comunidades intermunicipais, como sejam a reserva de iniciativa para a apresentação de listas e a não proporcionalidade da eleição das comissões executivas, ou a regressão da proporcionalidade na definição do colégio eleitoral, face à votação directa para as assembleias municipais, eliminando assim o papel dos partidos de menor dimensão. Todo este défice democrático proposto é tanto mais grave quanto maior é o leque de atribuições e competências das áreas metropolitanas/comunidades intermunicipais, de resto um dos objectivos da Proposta de Lei nº 104/XII. Aliás, neste campo, especial cuidado merece a nova competência regulamentar com eficácia externa e os poderes tributários propostos para as áreas metropolitanas/comunidades intermunicipais. O aumento das atribuições e competências das áreas metropolitanas/comunidades intermunicipais exige, sem dúvida, uma maior legitimidade democrática dos seus órgãos, e um reforço do equilíbrio do papel das assembleias municipais, relativamente ao papel das câmaras municipais. A Proposta de Lei nº 104/XII faz exactamente o contrário. É tempo de se ir pensando em dotar de eleições directas alguns dos órgãos das áreas metropolitanas/comunidades intermunicipais, em nome do reforço da Democracia Local. Assim, a Assembleia Municipal de Viseu, reunida em sessão



ordinária, a vinte e um de Dezembro de 2012, ao abrigo do disposto no artigo 53º, nº 1, alínea o) da Lei nº 169/99, de dezoito de Setembro, delibera: a) Expressar a sua preferência por um reforço das competências dos órgãos deliberativos das autarquias locais; b) Expressar o seu desacordo com a suspensão das competências das assembleias de freguesia e das assembleias municipais para a aprovação de moções de censura aos respectivos órgãos executivos; c) Expressar as suas reservas quanto à partilha de competências do exercício de poderes tributários entre municípios e áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais; d) Expressar o seu desacordo com o sistema de governo proposto para as áreas metropolitanas/comunidades intermunicipais na Proposta de Lei nº 104/XII; e) Expressar o seu desejo num maior papel das assembleias municipais na governação das áreas metropolitanas/comunidades intermunicipais, relativamente ao modelo proposto na Proposta de Lei nº 104/XII; f) Expressar a sua preferência por um sistema de governo das áreas metropolitanas/comunidades intermunicipais que assegure, ainda que parcialmente, a eleição directa dos órgãos representativos das áreas metropolitanas/comunidades intermunicipais; g) Expressar a necessidade de assegurar, por via da proporcionalidade, a participação das várias forças políticas presentes no panorama autárquico; h) Aprovar esta deliberação em minuta, e com efeitos imediatos, e proceder à sua remessa a Suas Exas. a Presidente da Assembleia da República, o Primeiro-ministro, o Ministro-adjunto e dos Assuntos Parlamentares, o Secretário de Estado da Administração Local e aos líderes dos Grupos Parlamentares representados na Assembleia da República. Muito obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado.

Temos duas moções, agradecia era que as entregasse na Mesa para as poder pôr à discussão e à votação. Estão em debate, eu vou pôr as duas em discussão, visto que está dentro do mesmo Ponto, e visto também que o Senhor Deputado depois para responder só dispõe de uma só vez e de um período de três minutos. Eu colocava em discussão, sendo que obviamente depois votarei consecutivamente a Moção sobre a questão das rendas e depois a Moção sobre a questão pela democracia local. Pergunto se algum dos Senhores Deputados se pretende inscrever? O Senhor Deputado Correia de Campos tem a palavra--

- CINCO - O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDO CORREIA DE CAMPOS (PS): Senhor Presidente, só quero dizer o seguinte. O Partido Socialista naturalmente sabe que é, e comprometeu-se no governo da troika a fazer a revisão da Lei das Rendas, mas tem muitas dúvidas sobre a forma como este assunto está a ser tratado. Por isso, a nossa posição nesta matéria, em relação à primeira proposta do Senhor Deputado Carlos Vieira, será de abstenção. Na segunda proposta sobre as comunidades intermunicipais, parecem-nos mais uma tentativa para encontrar uma substituição mal conseguida dos poderes supra municipais e com representatividade distorcida, e com a vocação de poderes que hoje se encontram ao nível municipal, se bem que eu reconheço que há necessidade de se encontrar alguma estrutura supra municipal, a verdade é que não é, não vai ainda ser esta aquela que vai levantar fogo. E por isso nós aqui damos o nosso voto favorável à proposta do Senhor Deputado Carlos Vieira. Muito obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. O Senhor Deputado Manuel Teodósio. -----

-SEIS - O SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PSD): Senhor Presidente da Mesa, Senhora e Senhor Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhora Vereadora, Caros Colegas. Relativamente a estas duas moções, e por uma ordem cronológica, a primeira, e como o Partido Socialista muito bem aqui disse, isto faz parte do entendimento com a troika, portanto é bom a gente ter sempre a noção que a troika não veio cá por auto recriação, nós é que a chamámos, nós País, é que fizemos o acordo, e portanto os compromissos têm que ser feitos. Esta situação das rendas é uma situação bastante antiga, todos nós há décadas praticamente que ouvimos falar da necessidade dessa revisão, foi feita, é importante realçar que há situações que foram acauteladas, relativamente ao escalão etário dos arrendatários, relativamente às condições financeiras também dessas mesmas pessoas, a Lei parece-nos que teve muito



bem atenção a estas situações, e por isso, e enquanto não tivermos unidade, para ver se eventualmente há algumas falhas, para depois poderem ser corrigidas, por isso obviamente que teremos que votar contra esta Moção. Relativamente à segunda que foi aqui apresentada, como toda a gente se apercebeu, há aqui um debitar duma quantidade enorme de informação, que garantidamente as pessoas não dominam na perfeição, e por isso a nossa proposta é que não há timing neste momento para se poder debater a mesma, e sugerimos que pudesse ter, quando muito fazer uma reunião de dúvidas, para que haja alguma serenidade na análise do documento, e não desta forma como foi apresentada, com uma quantidade enorme de informação que não é suficientemente clara, para que a gente possa decidir coerentemente, que é para isso que nós estamos aqui, não é para fazer decisões de acordo com o sentimento que de repente nos possa correr pelo corpo, mas sim em função daquilo que se entende que possa ser o melhor. Muito obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Pergunto se mais alguma das Senhoras ou dos Senhores Deputados se pretende pronunciar sobre estas duas moções? Senhor Presidente da Câmara? -----

-SETE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhor Presidente, não em relação à primeira, mas em relação à segunda. Eu acompanho este assunto, aliás, discuti-o profundamente, está a decorrer no âmbito das negociações, das conversas, da Associação Nacional de Municípios a que presido, com o Governo. Fico espantado com a forma tão simples como estes problemas são abordados, e como é que esta Assembleia já se podia pronunciar sobre esta matéria. De facto, fico a aguardar também algum contributo, porque há aqui muita coisa em apreço, parece-me que a única coisa que foi aqui dita é o controlo da Assembleia, não é isso que está em discussão, estão muito mais coisas em discussão. Está em discussão se as competências, as obrigações e as atribuições, que muita gente confunde, há muita gente que faz a confusão total entre atribuições e competências, não é a mesma coisa, se elas devem ser as mesmas nas CIM'S, nas câmaras municipais, de devem ser passadas por contratualização, se não, se devem ser algumas competências do Governo para as CIM'S, se devem vir outras das câmaras municipais para as CIM'S, portanto é uma longa discussão, nomeadamente também, aliás, fazer uma correcção que se impõe, quando eventualmente se disse que as futuras CIM'S, tal como a proposta indica, que eram prateleiras douradas, as pessoas não souberam o que disseram, nem os jornalistas, nem depois quem lhe deu eco, não tem nada a ver, não está nada definido, mas eventualmente se alguém fosse colocado, penso que a insinuação era para os presidentes de câmara que agora abandonam funções, eram de facto os lugares mais baratos da Função Pública, basta saber que as pessoas não podem acumular, e portanto eram de facto os lugares mais baratos. Estão aqui uma série de coisas em discussão, não ouvi fazer alusão a uma coisa que me parece ser fundamental, que é, a Proposta de Lei obriga também os presidentes de câmara a estarem sempre presentes na Assembleia Municipal, sem poderem delegar, é outra das coisas que vem lá, mas esta proposta está em discussão, com muita gente a falar sobre isto, muitas reuniões. Eu penso muito sinceramente que um órgão com a dignidade como uma Assembleia Municipal deve pronunciar-se sobre aquilo que conhece, e não de facto, numa primeira posição de alguém que aqui colocou, e de facto com uma informação tão circunstanciada. Eu não estava em condições, se fosse Membro desta Assembleia e votar, não estava em condições de o fazer. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Presidente. Pergunto se há mais alguma Senhora Deputada ou Senhor Deputado que se queira pronunciar? Então dou a palavra ao Senhor Deputado para responder às questões que lhe foram suscitadas. Tem três minutos. -----

-OITO - O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE): Indo diretamente às questões, relativamente a esta Moção sobre a competência local, eu reconheço que, enfim, o tema possa estar ainda a ser discutido de uma forma incipiente e aceito a proposta do Senhor Deputado Teodósio que isto seja discutido em conferência de líderes, e proponho também que, no sentido de ser feita,



depois ser convocada uma assembleia extraordinária, num prazo mais para a frente, para se discutir este assunto de uma forma mais ampla, porque acho que é fundamental de facto para a consolidação da democracia e do poder local. Sobre a Lei das Rendias, enfim, os Senhores é que aprovaram o memorando, mas na realidade, muita gente, da direita à esquerda, tem vindo a público dizer que há coisas que não podem ser cumpridas a régua e esquadro, e dada a situação social e económica do País, há que tomar medidas que salvaguardem os mais elementares direitos das populações, como seja o direito à habitação, que vem no artigo 65º da Constituição da República Portuguesa. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Entendi das palavras do Senhor Deputado que retirará a Moção pela Democracia Local, entendi bem? Em relação à metodologia que propõe, obviamente que eu terei todo o gosto em convocar uma reunião de líderes para debatermos esta matéria, mas antes de mais o que irei fazer é municiar os Senhores Deputados para que a conheçam, a Proposta de Lei, e ao mesmo tempo da informação, designadamente do parecer da Associação Nacional de Municípios, para que cada um dos Senhores Deputados possa em consciência ter uma noção do que está a ser debatido. Em relação à convocatória de uma assembleia extraordinária, sinceramente não vejo necessidade, até pelos custos que isso comporta, cada vez que convocamos uma assembleia, isso tem custos, portanto eu irei é convocar uma conferência de líderes, depois de municiar as pessoas com a informação toda, nessa conferência de líderes decidiremos a metodologia de debate desta matéria. Quando muito, poderemos é depois eventualmente fazer uma reunião informal, que não tem custos, para aqueles que voluntariamente queiram fazer este debate, este é um debate que está a ser feito no seio da Assembleia da República, mas acho que numa lógica de cidadania activa, que faz sempre sentido que os cidadãos se possam pronunciar. Portanto é esta a metodologia, se estiverem de acordo, que a Mesa irá seguir, convocando depois uma conferência de líderes para este efeito. Em relação à Moção da nova Lei das Rendias, vou colocá-la à votação. Hoje estou a adoptar uma nova metodologia, já contei o número de pessoas e assim é mais fácil contar os votos. Foi rejeitada, com trinta e oito votos contra, doze abstenções e um voto a favor. Dou agora a palavra ao Senhor Deputado Alberto Ascensão. -----

-NOVE - O SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DA ASCENÇÃO (PS): Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhora Vereadora, Senhores Vereadores, Membros da Assembleia, Comunicação Social, minhas Senhoras e meus Senhores. No passado dia dois deste mês, em cerimónia bastante digna, foram empossados os novos Quadros do Comando dos Bombeiros Voluntários de Viseu, uma cerimónia onde esteve presente e representada a Câmara Municipal, as forças vivas e outras entidades do concelho de Viseu. Depois de alguns anos de hesitações e de alguma perturbação no Corpo de Bombeiros, originada pela falta deste Quadro, acabou finalmente por ser empossado este Quadro, que muito poderá beneficiar, não só o Corpo de Bombeiros, mas também todo o concelho. Daí esta referência, e a nossa saudação, e o desejo de que o seu exercício possa de alguma forma contribuir para a melhoria da protecção civil e do socorro no nosso concelho. Ao contrário disto, ao contrário do que se passa com os Bombeiros Voluntários, que nesta altura se encontram devidamente muniçados das condições humanas, até porque também foi ao longo deste tempo, e entretanto, criada uma Escola de Cadetes e de Infantes, que fazem ainda reforçar a previsão de que o futuro será melhor na protecção civil e no socorro, ao contrário disto, os Bombeiros Municipais, como aqui foi dito numa outra Assembleia deste ano, mantêm uma situação de algumas carências, que continuam a não estar resolvidas. Efectivamente os Bombeiros Municipais queixam-se e apresentaram, como foi dito nessa Assembleia em Maio deste ano, apresentaram um memorando conjunto da Associação Nacional de Bombeiros Portugueses, bem como do Sindicato Nacional de Bombeiros Portugueses, à Câmara Municipal, por forma a tentar resolver a situação. Entre outros, e temos que realçar que não tem sido aplicada a legislação que



poderia adequar este Corpo de Bombeiros às novas regras, nomeadamente a Lei 247/207. Os meios humanos são de facto uma deficiência e uma carência dos Bombeiros, e não vale o argumento de que não é possível aumentar, ainda esta semana os Sapadores de Bombeiros do Porto abriram concurso para admissão de vinte, salvo erro, vinte pessoas. Os Bombeiros Municipais, em Maio deste ano, contavam com cerca de quarenta, trinta e nove ou quarenta elementos, entretanto diminuída, agravando a situação com falta de recursos humanos. Não têm tido formação, o que de alguma forma degrada a sua condição. Os fardamentos e os equipamentos de protecção especial não são adequados nem são suficientes, e encontram-se desactualizados e degradados. A Central de Comunicações continua com carências de vária ordem e não tem as condições mínimas para funcionamento. O parque auto encontra-se envelhecido e de alguma forma degradado. Também as condições do Quartel, as condições de higiene não são as melhores. Tudo isto já foi referido, mas eu trago isto nesta altura, porque como diz o povo, e é verdade, “quem vai para o mar avia-se em terra”. Nesta altura estamos todos calmos, ninguém se lembra dos Bombeiros, não há fogos florestais, não há aflições nem ninguém clama pela presença dos Bombeiros. É verdade que no nosso concelho temos uma outra instituição, os Bombeiros Voluntários, mas por alguma razão os Bombeiros Municipais existem, e se existem têm que ser tratados com a dignidade que merecem, até porque são a primeira linha da protecção civil no concelho, pelo qual o primeiro responsável é, como já disse aqui algumas vezes, o Exmo. Presidente da Câmara Municipal. Não está também criada a Comissão Municipal de Protecção Civil, não sei se pensa, ou se será criada mais recentemente. Também sei, como o Senhor Presidente da Câmara tem referido, que a protecção civil não se resume aos Bombeiros, é verdade, mas todas as outras instituições aparecem aqui como alguma complementaridade, e não como os Bombeiros Municipais, que têm que ser a primeira linha, como disse, da protecção civil. Deixando aqui um apelo à Câmara Municipal, no sentido de resolver a situação definitivamente, por forma a que quando começar a nova época de incêndios tenhamos uma Corporação de Bombeiros Municipais devidamente preparada para actuar em primeira linha, e não, como temos verificado, com algumas dificuldades que lhes prejudicam a acção. E deixava aqui duas perguntas ao Senhor Presidente da Câmara Municipal: Se pensa efectivamente criar a comissão municipal de protecção civil, e se a Câmara Municipal tem elaborado e dispõe de plano municipal de emergência e protecção civil, conforme dispõe a Lei número sessenta e cinco de dois mil e sete, de doze de Novembro, que possam ser accionados sempre que se mostre necessário? -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Dou agora a palavra à Senhora Deputada Elisabete Farreca. -----

-DEZ - A SENHORA DEPUTADA ELISABETE MARIA DE ALMEIDA JESUS FARRECA (PSD): Senhor Presidente da Assembleia Municipal e demais Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Colegas Deputados desta Assembleia, Senhores Jornalistas minhas Senhoras e meus Senhores. A Acessibilidade é, hoje em dia, um conceito transversal e multidisciplinar que significa não só dar às pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida a possibilidade de acederem à informação, à educação, à cultura, ao trabalho, à saúde, ao desporto, ou ao lazer, mas também a eliminação de barreiras que permitam a sua adaptação, locomoção e inclusão de forma fácil e natural. Promover a acessibilidade passa por proporcionar condições de acesso e mobilidade, com autonomia e segurança, eliminando as barreiras arquitectónicas e urbanísticas nas cidades, nos edifícios, ou nos meios de transporte. A eliminação de barreiras oferece qualidade de vida e permite a convivência e interação entre pessoas com diferentes potencialidades. Na última década a acessibilidade na arquitetura e no urbanismo tem sido uma preocupação constante. Atualmente estão em execução obras e serviços de adequação do espaço urbano e dos edifícios às necessidades de inclusão de toda a população, com o objectivo de modernizar e eliminar os obstáculos existentes. A construção de uma cidade acessível a todos (crianças, grávidas, mães com carrinhos de



bebé, deficientes em cadeiras de rodas, invisuais, idosos, pessoas temporariamente incapacitadas, entre outros) deve ser uma imposição ética e social, traduzida no respeito pelos valores fundamentais da solidariedade, da liberdade e da igualdade de oportunidades. Cerca de oitenta milhões de pessoas na União Europeia (um em cada seis) têm algum tipo de deficiência, e mais de um terço das pessoas com idade superior a setenta e cinco anos têm deficiências que lhes limitam as atividades. Estas pessoas vêm-se muitas vezes impedidas de participarem plena e ativamente na sociedade e na economia, devido a barreiras físicas ou de outro tipo. Em Portugal o número de pessoas com deficiências ascende a cerca de um milhão, aos quais se somam dois milhões de pessoas idosas. Segundo a Comissária Europeia da Justiça, Viviane Reading, “na Europa todas as pessoas têm o direito de participar plenamente na sociedade. Tornar a vida acessível a todos está no cerne da estratégia para uma Europa sem barreiras”. A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, assinada pelos vinte e sete Estados-Membros da União Europeia, refere que a acessibilidade é um dos pilares da Estratégia Europeia para a Deficiência 2010-2020 e visa a criação de uma Europa para todos, sem barreiras. Neste contexto, apraz-me verificar que o Município de Viseu, através do Plano Municipal de Promoção da Acessibilidade, que tem como principal objectivo a acessibilidade e a mobilidade para todos, e que se desenvolve ao longo de cinco áreas temáticas: Espaço Público, Edificado, Transportes, Comunicação e Design e Info-acessibilidade, tem vindo a assumir este desafio como uma prioridade, promovendo comportamentos conducentes à integração da pessoa com deficiência e desenvolvendo várias iniciativas nesta matéria, como por exemplo as intervenções no espaço público, a eliminação de barreiras arquitectónicas e urbanísticas, a criação de condições para a circulação pedonal, a valorização de áreas desqualificadas e a promoção de diversas ações de sensibilização. Fruto do trabalho desenvolvido nos últimos anos, em prol de um território mais inclusivo, é igualmente com satisfação que constatamos que o Município de Viseu participou no “Access City 2012- Prémio das Cidades Acessíveis”, uma iniciativa da Comissão Europeia em parceria com o Fórum Europeu da Deficiência, o qual tem como objectivo destacar e premiar as cidades que adoptam iniciativas exemplares na melhoria das condições de acessibilidade no meio urbano, visando não só a inclusão de pessoas com deficiência, mas promovendo igualmente a melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos, nomeadamente no contexto do envelhecimento da população. De referir que Viseu integrou a lista das trinta e uma cidades pré-seleccionadas, de entre cento e catorze cidades de vinte e três Estados-membros da União Europeia avaliadas em quatro áreas de acessibilidade: Um – Ambiente e espaços públicos; Dois – Transporte e infraestruturas; Três – Tecnologias de informação e comunicações; Quatro - Serviços e instalações públicas. Destacamos também as comemorações no âmbito do “Dia Internacional da Pessoa com Deficiência”, que foi realizado em parceria com mais de uma dezena de instituições de apoio a pessoas com deficiência de Viseu, e que decorreu entre os dias trinta de Novembro e sete de Dezembro. Neste âmbito, foram apresentadas diversas iniciativas, nomeadamente, Seminários, Ações de Sensibilização, Galas Solidárias e Exposições, tendo culminado, no dia sete de Dezembro, com a cerimónia de entrega do Selo de Acessibilidade pelo Instituto de Cidades e Vilas com Mobilidade à Câmara Municipal, à Biblioteca Municipal e à Pousada de Viseu. Este selo permite identificar os locais onde o acesso universal às entidades económicas, sociais, culturais e turísticas esteja garantido. Não queria terminar sem antes expressar publicamente o nosso apreço pelo trabalho já desenvolvido nesta área, quer pela Câmara Municipal de Viseu, quer por todas as Instituições Públicas e Privadas do concelho, bem como realçar, uma vez mais, a importância da acessibilidade/mobilidade como uma alavanca para a competitividade do Município, para o seu desenvolvimento sustentável e para a melhoria da qualidade de vida de todos os seus cidadãos, sem exceção. A todos um Feliz Natal e um ano de 2013 com muita saúde. Muito obrigada. -----



- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhora Deputada. Dou agora a palavra ao Senhor Deputado Pedro Baila Antunes. -----

-**ONZE - O SENHOR DEPUTADO PEDRO AGOSTINHO DA SILVA BAILA MADEIRA ANTUNES (PS):** Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Viseu e demais membros da Mesa, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Exmos. Senhores Vereadores, Exmos. Senhores Deputados Municipais, Exmos Senhores Jornalistas e Exmo. Público. Novos Tempos, exigência de uma nova política de desenvolvimento, mais próxima das pessoas e da economia. Para lá dos seus objectivos imediatos, o Parecer sobre a aplicação no Município de Viseu do Regime Jurídico da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica permitiu sedimentar algumas conclusões pertinentes sobre o desenvolvimento territorial do nosso Município. É de facto fundamental pegar nestes estudos e analisar as suas conclusões, já que vão rareando os documentos ou textos estratégicos, para além daqueles legalmente e formalmente exigidos. O que no Município de Viseu está em consonância com a inexistência de um planeamento delineado estrategicamente, aberto à participação dos munícipes, com objectivos de médio longo prazo, enquadrados num modelo de desenvolvimento socioeconómico sustentável explícito. Pela análise do supracitado estudo é fácil constatar o grave problema demográfico de que padece o nosso Município. A propósito do envelhecimento e desertificação do território nas freguesias rurais, numa das suas apresentações, um dos autores refere mesmo que este é o principal entrave ao desenvolvimento do Município no futuro. No meu entendimento, tão ou mais crítico, é a falta de atividade económica criadora de valor e riqueza, como frequentemente tenho aqui referido. Esta tendência demográfica enfatiza a gritante desigualdade no desenvolvimento do território, em que uma visão urbana Centrica refletiu-se numa certa inação nas freguesias rurais. Com algumas boas exceções, nestas são escassos os polos de desenvolvimento, ou sequer iniciativas de atratividade das pessoas e das atividades económicas. Já agora, a falta do nosso PDM também concorre para o efeito. À semelhança da realidade nacional, mas em Viseu, de um modo empolado, estes foram vinte e cinco anos de infraestruturação/construção, construção, alindamentos urbanos e eventos populares. Contudo, somos forçados a constatar que vivemos tempos de mudança brusca. Um novo paradigma na gestão autárquica, distinto do anterior, é imprescindível, obrigatório! Uma nova abordagem! Aos problemas sociais, acumular-se-á a ténue dinâmica económica do Município e a escassez de recursos financeiros. Para além de um maior enfoque nas pessoas são necessárias políticas proactivas, semeadoras e nutritivas para o crescimento da economia e do emprego. Até aqui, o investimento autárquico raras vezes foi reproduzível, ou tão pouco indutor da produtividade e da competitividade do Município, muito menos da região envolvente. Sem dúvida que, contrariamente às suas condições naturais, geográficas e histórico-culturais, e potencial social e económico, o Município de Viseu tem sabido desempenhar o seu papel capital, articulando-se convenientemente com os municípios vizinhos, promovendo concertadamente o desenvolvimento socioeconómico da região Dão-Lafões. O novo QREN 2014-2020 é bem um exemplo da exigência de um novo “modus” de fazer política autárquica e gerir os recursos financeiros, as cidades têm de assumir-se como catalisadores e motores da economia numa perspectiva regional próxima. Exmo. Senhor Doutor Fernando Ruas, Presidente da Câmara Municipal de Viseu, vai entrar no seu último ano civil de mandato à frente da Câmara Municipal de Viseu, é tarde, o orçamento hoje a apresentar não dá sinais, mas, por favor, pode bem contribuir para que 2013 não seja um ano de tanto azar como, em diferentes dimensões se vislumbra, e que, no nosso Município seja de transição para uma nova abordagem da gestão autárquica. Pegando em expressões e ideias caras ao Exmo. Senhor Secretário de Estado Adjunto da Economia e Desenvolvimento Regional, que aprecio sempre ouvir nestas questões de desenvolvimento territorial, seria fundamental finalmente apostar mais no software, projetar a economia, e finalmente saber interagir proficilmente com os parceiros e agentes regionais. -----



-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Dou agora a palavra ao Senhor Deputado Diamantino Santos. -----

-DOZE - O SENHOR DEPUTADO DIAMANTINO AMARAL DOS SANTOS – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE CORAÇÃO DE JESUS (PSD): Exmo.

Senhor Presidente da Mesa, Senhora e Senhores Secretários, Exmo. Senhor Presidente do Município, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Exmo. Público Presente, Comunicação Social. Saudação especial às três Freguesias Urbanas ontem aniversariantes, comemorando os cinquenta e quatro anos, os nosso parabéns e uma justa homenagem a todos os seus eleitos e às comunidades que as integram. Subo a este púlpito para falar de três iniciativas Municipais, adequadas à época e a meu ver, merecedoras de referência, pela constância, qualidade e brilho, refiro-me à programação cultural de Natal, à iluminação Natalícia e à parceria com a Associação de Comerciantes de Viseu. Quanto à primeira, é com expectativa, e todos os anos e por esta altura, que aguardamos pelos eventos culturais que a administração municipal coloca à disposição dos seus munícipes e de quem nos visita. Diversa, de elevado nível qualitativo, prolongada no tempo, geradora de energias e sinergias, capaz de envolver parceiros, a programação Natalícia que o Município nos oferece afirmou e afirma-se como um momento marcante na cultura Viseense, plasmada nas várias iniciativas, centradas, ora nas casinhas do Rossio (que mais bela tornam a nossa sala de visitas), nas várias comemorações, nos concertos, nos cantares de janeiras, no envolvimento da rede municipal de museus e da Biblioteca Municipal, nos vários ateliês e ainda outras iniciativas que decorrem pelas Freguesias, certamente impulsionadas pelo que é feito em sede Concelhia. Tudo feito com o trabalho laborioso desta comunidade que nos orgulha e que eleva a Cidade e o Concelho a um patamar sobejamente conhecido! Mais que a nossa autoestima, é o reconhecimento público por terceiros da qualidade do que é feito. De forma insuspeita, uma revista da especialidade coloca as nossas casinhas de Natal como um dos dez melhores mercados de Natal, sendo que seis delas estarão na região de Lisboa. A tenda de atividades do Rossio tem sido muito frequentada pelas nossas crianças, que alegremente a usufruem sob o olhar satisfeito de Pais e Avós. São um belo exemplo da inter-geracionalidade desejada. A nossa Biblioteca D. Miguel da Silva proporciona com frequência múltiplas atividades, propiciando aos mais jovens uma oportunidade única do contacto com os livros, hoje por hoje, fundamentais para o saber e conhecimento. A abrangência desta iniciativa cultural corre o Concelho através da rede municipal de museus e das dinâmicas locais, é assim aglutinadora e inclusiva. Quanto à nossa iluminação Natalícia, uma referência pela qualidade, descrição e bom gosto, ela é já um hábito, felizmente, dando-nos mais aconchego e brilho. Trata-se, a nosso ver, de um investimento útil, tornando a nossa bela cidade ainda mais bela, convidando os viseenses e visitantes ao usufruto e partilha dos nossos magníficos espaços. É um projeto consolidado pela nossa Autarquia e que conta com a inexcelsável colaboração da Associação Comercial de Viseu. É uma parceria que concretiza a boa relação que o Município fomenta com os parceiros sociais. São duas instituições que se juntam na comunhão de anseios, com o envolvimento dos interessados, que dão mais luz e vida à nossa cidade. Por fim gostaria de realçar as dinâmicas locais que tais projetos alavancam, exemplificadas no elevado número de agentes locais, e não só, que concorrem à ocupação das casinhas de Natal. Estas, acrescentadas ao que atrás dissemos, ao comboio turístico, ao funicular, aos nossos monumentos, ao fervilhar da nossa gente, estimulam o turismo, promovem a economia local, valorizam o nosso tecido social. Parabéns a si Senhor Presidente do Município, à equipa que o acompanha na administração, e a todos aqueles que se envolvem e trabalham nestas iniciativas, fazendo de Viseu o melhor local para viver e a “minha (diria nossa) Terra Natal”. A todos, votos de um Bom Natal e Feliz Ano Novo. -----

MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Dou agora a palavra ao Senhor Deputado Gonçalo Ginestal. -----



TREZE- O SENHOR DEPUTADO GONÇALO GINESTAL (PS) - Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Exma. Mesa, Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, Ex.^a Sras. Vereadoras, Exmos. Srs. Vereadores, Exmos Srs. Deputados, Exmos Srs. Presidentes de Junta de Freguesia, Exmo. Público, Exma. Comunicação Social. Gostaria de em primeiro lugar saudar o executivo municipal, pois finalmente tem reunido o Conselho Municipal de Educação com a periodicidade que se exige, indo também ao encontro da vontade do Partido Socialista que aqui o tem reiteradamente solicitado. Recentemente vieram a público notícias muito alarmantes relativamente às necessidades alimentares dos alunos do ensino básico. O Sr. Secretário de Estado da Educação, Joao Casanova admitiu mesmo no Parlamento que mais de 10 mil crianças portuguesas estariam a passar fome neste momento. Também no Concelho de Viseu esta situação parece ser preocupante, senão vejamos: a Coordenadora do estabelecimento da Escola Básica de Vildemoinhos e as Assistentes Operacionais/Auxiliares de Ação Educativa referiram no passado dia 6 de novembro que as refeições servidas aos alunos daquela escola são de fraca qualidade e a quantidade escasseia e muito para os alunos, especialmente para os do 2.º turno. Acrescente-se a isto o facto dos alunos terem de se deslocar da Escola até ao espaço onde têm a sua refeição, pois não existe refeitório nesta escola, o que não contribui como é óbvio para a melhoria do seu rendimento escolar, antes pelo contrário. Acresce que, ao contrário do que foi veiculado pela Câmara Municipal na Comunicação Social, o refeitório não existe por erro no projeto de alargamento da escola. Com efeito, para além do órgão de gestão não ter sido informado do projeto nem pedida a sua opinião tendo sido decisão única da Câmara, já antes das obras de remodelação a escola tinha há anos seis turmas, pelo que teriam de ser mantidas. Por erro do projeto foi necessário transformar a sala de refeitório em sala de aulas par manter as seis salas e não foram, desta forma, admitidos alunos a mais. Assim, surgiu a solução provisória do Pavilhão das Cavalhadas. Mas este não é um caso isolado, pois o Diretor do Agrupamento de Escolas Infante D. Henrique confirmou também publicamente que muitos dos seus alunos a única refeição quente que faziam durante o dia era o almoço. Tendo em conta estas informações não poderíamos deixar de estar preocupados e questionamos o executivo sobre o real ponto de situação das refeições escolares no Concelho de Viseu. Quantas destas 10 mil crianças de que fala o Secretario de Estado são de Viseu? Existe um diagnóstico de todas estas situações no Concelho de Viseu do Pré-Escolar e do 1º Ciclo? O serviço prestado pelas empresas que têm vindo a fornecer as refeições escolares é reiteradamente assumido como de fraca qualidade. Nunca chegaram queixas, orais ou escritas, destas situações à Câmara Municipal de Viseu nos últimos anos? Vai a Câmara Municipal de Viseu assumir o compromisso público de que situações destas não se repetirão? O Despacho 22 251/2005 veio aprovar o Programa de Generalização de Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1º Ciclo pois até essa altura a maioria dos alunos do 1º Ciclo não tinha acesso a refeições escolares. Esta medida pretendia entre outras, criar os meios que potenciasssem a promoção do sucesso escolar e que colocassem cobro a factores que originassem desigualdades nas condições de aprendizagem entre crianças e jovens de diferentes meios sociais. Esta é também uma conquista da Democracia e do Estado Social e temos orgulho nela, pois foi um Governo do Partido Socialista que a criou e em estreita colaboração com os Municípios Portugueses a aplicou. Bem sabemos que os tempos são de grande dificuldade social e económica para todos os Portugueses mas há necessidades básicas que o Estado tem de acautelar, aliás a lei assim o exige. A Bem de Viseu e dos Viseenses. Tenho dito!-----

-CATORZE - O SENHOR DEPUTADO DÁRIO DE ALMEIDA DA COSTA – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE S. JOSÉ (PSD): Senhor Presidente da Mesa, Senhora e Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Público presente e Comunicação Social. Queria aproveitar esta oportunidade para me congratular com a entrada em funcionamento do Crematório de Viseu, uma obra inaugurada recentemente,



de extrema importância para o nosso Concelho. É o primeiro no Distrito e veio dar resposta a algumas solicitações de famílias que tinham que se deslocar a outros pontos do País. Esta infraestrutura foi levada a cabo no âmbito de uma parceria entre a Câmara Municipal de Viseu e a Empresa Beira Cruz, em que a nossa Câmara apenas disponibilizou o espaço para a construção da mesma. Este é um dos bons exemplos de como o Senhor Presidente e as suas equipas têm gerido a Câmara nestes vinte e dois anos. Está de parabéns a Câmara Municipal de Viseu e a Empresa Beira Cruz, não só pela forma como decorreram os trabalhos, mas também no enquadramento da mesma, dado que só dignifica toda aquela zona. Aproveitava também para realçar aqui os trabalhos executados nos caminhos pedonais do Parque Urbano da Aguieira. É um local que é frequentado diariamente por muita gente e que a partir de agora podem fruir melhor de toda aquele espaço. Na verdade temos de reconhecer o esforço financeiro que a nossa Câmara Municipal tem feito em todas as requalificações, e depois acontece o que mais uma vez aconteceu no Parque Urbano de Santiago, foi vandalizado por gente que mais não sabe se não destruir. Para além de destruírem, são os roubos nos arruamentos, grelhas de sarjetas, cintas em latão das floreiras, são as tampas de ferro de saneamento, tudo serve, e depois ninguém vê, nem as Autoridades. Isto não pode continuar, temos que denunciar estas situações, porque é o dinheiro de todos nós que está em causa, e eu nem quero acreditar que tudo isto aconteça e que ninguém veja. Por isso cabe a todos nós essa responsabilidade. Obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Dou agora a palavra ao Senhor Deputado João Paulo Rebelo. -----

QUINZE- O SENHOR DEPUTADO – JOÃO PAULO REBELO (PS) - Na sequência da intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. José, também o Partido Socialista quer repudiar os últimos atos de vandalismo ocorridos no Parque Urbano de Santiago. Infelizmente já o fizemos por mais de uma vez nesta Assembleia. Esta falta de civismo e desrespeito pelo património público, que é de todos e, sobretudo, nos custa a todos, é profundamente decepcionante. Como é que é possível que se cometam estes atos de violência contra o património comum? Se por um lado estamos perante um caso de polícia, também é verdade que não é possível termos um polícia a cada esquina durante todo o tempo e daí entendermos que a pedagogia deve continuar. Nós, enquanto famílias, e as escolas temos um papel determinante em formar os cidadãos de hoje e de amanhã. Temos, paralelamente com a vigilância e prevenção, de continuar a fazer este trabalho de formação para evitar que mais acontecimentos deste género tenham lugar. Obrigado.-----

-DEZASSEIS – O SENHOR DEPUTADO JOSÉ DOMINGOS ABREU COELHO – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE S. SALVADOR (PSD): Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Viseu, Senhora e Senhores Secretários da Assembleia Municipal de Viseu, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Senhoras e Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Viseu, Exmos. Senhores Deputados, Exmos. Colegas Presidentes de Junta, Comunicação Social, minhas Senhoras e meus Senhores. Como é do conhecimento de toda a população viseense, nas últimas duas décadas, o nosso concelho sofreu um enorme desenvolvimento ao nível do ambiente, da cultura, das infraestruturas, de abastecimento de água domiciliária e na rede de saneamento, da rede de energia eléctrica, da execução de novas vias infraestruturantes, da requalificação da rede viária existente, bem como na criação de equipamentos desportivos, espaços verdes, jardins, zonas de lazer, melhorando dessa forma a qualidade de vida das nossas populações. A par desse enorme desenvolvimento, verificou-se também que o Município efetuou um grande esforço financeiro para apoiar as famílias carenciadas, no âmbito do programa PROHABIT e do Viseu Solidário, e que desta forma possibilitou que centenas de habitações tivessem melhores condições de habitabilidade, nomeadamente ao nível das casas de banho e cozinhas, nas coberturas e na rede eléctrica. O parque escolar do concelho foi completamente renovado, e em particular na freguesia de S. Salvador, onde dois equipamentos foram construídos de raiz, destinados a Jardins-de-infância, dois



equipamentos requalificados e ampliados, e outro equipamento requalificado, sendo estes destinados ao ensino básico. O parque escolar de Vildemoinhos e S. Salvador é de referência para o concelho, dado a sua excelência. Tudo isto foi possível face à forte liderança do Senhor Presidente da Câmara, Doutor Fernando Ruas, e da sua equipa que, com a sua ação dinamizadora e empenhada, tornou o nosso concelho mais equilibrado, com mais qualidade de vida e onde dá gosto viver. Quando se cria desenvolvimento para o concelho, se trabalha com dedicação, e empenhamento com sucesso, esse mérito é reconhecido exteriormente, mas incomoda alguns ilustres viseenses com responsabilidades. Senhor Presidente da Câmara, no passado dia sete de Novembro, aquando da reunião descentralizada das freguesias, realizada na freguesia de S. Salvador, preocupou-me o problema ali colocado pela Coordenadora da Escola Básica de Vildemoinhos, relacionado com a falta de comida para as crianças daquele equipamento escolar, a que a comunicação social deu demasiado ênfase, em detrimento dos assuntos importantes ali tratados. Após esse conhecimento, efetuei indagações junto de pais e encarregados de educação, pessoal auxiliar e professores, tendo constatado que esporadicamente a eventual falta de comida se deveu ao facto dos pais e encarregados de educação não marcarem antecipadamente a refeição dos seus filhos ou educandos, e que ficam depois para almoçar, originando um desfasamento entre o número de crianças previsto para a refeição e aquele que efetivamente aparece para usufruir da mesma. Apesar desta constatação, tendo em conta que as crianças do nosso concelho nos merecem todo o apoio, carinho e consideração, pergunto ao Senhor Presidente da Câmara, que informe, se existiu realmente alguma falha por parte da empresa que presta o serviço das refeições, no que respeita à sua qualidade, quer na quantidade, e o que foi feito. Muito obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Dou agora a palavra ao Senhor Deputado Gonçalo Ginestal. -----

DESASSETE- O SENHOR DEPUTADO GONÇALO AMÂNDIO GINESTAL M.M. ALBUQUERQUE (PS) – Ausência do registo devido, por razões de ordem técnica relativas à gravação-----

- DEZOITO – O SENHOR DEPUTADO JOSÉ DOMINGOS ABREU COELHO – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE S. SALVADOR (PSD): -----

Exmº. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Viseu, Exmº Sr. Secretário e Sr.ª Secretária da Assembleia Municipal de Viseu, Exmºs Srs. Vereadores e Vereadoras da Câmara Municipal de Viseu, Exmºs Srs. Deputados, Exmºs Colegas Presidentes da Junta, Comunicação Social, Meus senhores e minhas senhoras. Face à intervenção do senhor deputado Ginestal, não poderia deixar de vir de novo a esta tribuna, para esclarecer que tive o cuidado de falar com alguns pais dos alunos, sendo alguns deles membros da própria Associação de Pais, que me informaram que há dias que não marcam a refeição para os seus filhos e que depois aparecem para almoçar, originando, dessa forma, a que o total das refeições pedidas à empresa fornecedora desse serviço seja inferior ao número de alunos que efetivamente aparecem para almoçar, com todos os inconvenientes que isso acarreta.-----

- DEZANOVE – O SENHOR DEPUTADO JORGE ADOLFO DE MENESES MARQUES (PS) ---- Ausência do registo devido, por razões de ordem técnica relativas à gravação-----

- VINTE – O SENHOR DEPUTADO CUSTÓDIO FIGUEIREDO FERREIRA – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE RIBAFEITA (PSD)----- Ausência do registo devido, por razões de ordem técnica relativas à gravação-----

-VINTE E UM – O SENHOR DEPUTADO PEDRO AGOSTINHO DA SILVA BAILA ANTUNES (PS)----- Ausência do registo devido, por razões de ordem técnica relativas à gravação-----

- VINTE E DOIS - O SENHOR DEPUTADO JORGE ADOLFO DE MENESES MARQUES (PS) Ausência do registo devido, por razões de ordem técnica relativas à



gravação-----

- VINTE E TRÊS - O SENHOR DEPUTADO JORGE ANSELMO MARTINS – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE CAVERNÃES (PSD) -Ausência do registo devido, por razões de ordem técnica relativas à gravação-----

VINTE E QUATRO - O SENHOR DEPUTADO O SENHOR DEPUTADO CUSTÓDIO FIGUEIREDO FERREIRA – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE RIBAFEITA (PSD) Ausência do registo devido, por razões de ordem técnica relativas à gravação-----

-VINTE E CINCO – O SENHOR DEPUTADO FERNANDO CASIMIRO FLORENTINO – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE POVOLIDE (PSD): Exmo. Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhora Vereadora e Senhores Vereadores, Senhores Membros da Assembleia, Comunicação Social, minhas Senhoras e meus Senhores. Venho aqui hoje para agradecer ao Senhor Presidente da Câmara e a todo o Executivo da mesma pela requalificação do Largo José Rui, em Vilar de Ordem. Como o Senhor Presidente referiu na inauguração que aquela obra fica muito bem na dita aldeia, mas ficaria bem em qualquer parte do País, em meu nome e de todos os Povolidenses o nosso muito obrigado por aquela bonita obra. Quero também agradecer-lhe a requalificação da estrada que liga a Sede da Junta até ao concelho de Penalva do Castelo, sei que nesta data já foram abertas as propostas e que a obra estará para muito breve. Todos os habitantes desta freguesia lhe agradecem esta obra, e também os habitantes de Penalva do Castelo que por ali passam todos os dias, um bem-haja da Junta de Freguesia por tudo o que tem feito nesta Freguesia. Em nome do Executivo desta Freguesia desejamos um Bom Natal ao Senhor Presidente, aos presentes e a todos os colaboradores da Câmara Municipal. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Dou a palavra ao Senhor Deputado Alexandre Santos. -----

- VINTE E SEIS – O SENHOR DEPUTADO ALEXANDRE JOÃO OLIVEIRA GONCALVES DOS SANTOS (PS)- Exmo. Sr. Presidente da Mesa e respetivos membros, Exmo. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Sras. vereadoras, deputados, público e imprensa presentes. Antes de abordar o tema que motivou a minha intervenção, não posso deixar de tecer algumas considerações relativamente à intervenção do Sr. Presidente de Junta de Ribafeita. O Sr. Deputado acusa o Partido Socialista de só trazer o que é mau a este Assembleia, o que não corresponde à verdade, dado que por várias vezes aqui tecemos elogios, sem qualquer tipo de constrangimento, a iniciativas da Câmara, como foi o caso do Museu do Quartzo, da casa Museu Almeida Moreira e outros. O verdadeiro problema Sr. Deputado reside sim, no facto dos senhores só trazerem o que é "bom" a esta Assembleia, dando a impressão de que não existem problemas nas freguesias, algo que sabemos não corresponder à verdade. Recordo a intervenção do ex-deputado Rui Santos, acerca desta mesma matéria, a quem o Sr. Presidente da Junta de Coração de Jesus, pessoa que estimo e com quem tenho o prazer de estar na assembleia de freguesia de coração de Jesus, responder dizendo que quando tinham problemas sabiam a que porta bater. Pois bem Sr. Deputado, se é esse o entendimento, devo dizer-lhe que estamos aqui todos a perder tempo. Esta Assembleia Municipal só se justifica se promover a discussão das "coisas boas" e das "coisas más", caso contrário estamos a desvirtuar a missão desta Assembleia e a contribuir para o seu descrédito. Não tenha medo de discutir aqui as "coisas más", desde os primórdios da democracia que foi por via do debate e da discussão, devidamente argumentados, que se promoveu o desenvolvimento das civilizações. A adoração de líderes e camuflagem das "coisas más" remete-nos para outros regimes, com os quais, estou em crer, que ninguém aqui nesta Assembleia se identifica. Espero ter sido claro acerca desta questão. Passando à questão que motivou o meu pedido de intervenção neste período antes da ordem de trabalhos, gostaria de obter um esclarecimento acerca da questão da recolha do lixo. Muito se tem lido e debatido na imprensa e na blogosfera sobre



esta questão, que alguns já especulam referindo-se a ela como a "Guerra do Lixo". Posto isto, julgo que nada melhor que um esclarecimento por quem de direito para clarificar esta situação. Tive conhecimento que a Câmara de Viseu promoveu um concurso para a recolha de lixo, cujos valores ficariam significativamente mais baixos em comparação com os valores que paga atualmente inserida na CIM. Resta-me no entanto uma dúvida, a recolha do lixo nas freguesias rurais, aquele que implica maiores deslocações e gastos, ficou fora deste contrato e terá de ser assegurado pela própria Câmara de Viseu. A minha questão é se a Câmara de Viseu já tem uma estimativa do custo que esta obrigação irá ter. O valor deste custo acrescido do valor cobrado pela empresa para a recolha no espaço urbano é benéfico relativamente ao que paga atualmente na CIM? É que caso não seja, julgo que deveríamos manter aqui uma posição de solidariedade e cooperação com os Municípios vizinhos, dado que facilmente percebemos que um contrato em escala será sempre mais benéfico para todos. Acredito mesmo que o futuro passará pela cooperação e articulação de esforços entre concelhos vizinhos, para que consigam ser mais competitivos e para que proporcionem melhores condições às suas populações. Obrigado!-----

-VINTE E SETE – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO DA CONCEIÇÃO MARQUES – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE COUTO DE BAIXO (PSD):

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Viseu, Exma. Senhora Secretária, Exmo. Senhor Secretário, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Exmo. Senhor Vice-Presidente, Exma. Senhora Vereadora, Exmos. Senhores Vereadores, Exmos. Senhores Deputados, Caros Colegas e Amigos Presidentes de Junta, Comunicação Social, minhas Senhoras e meus Senhores. Há cerca de cinquenta e cinco anos a Paróquia de Santa Eulália, a Freguesia de Couto de Baixo e outras Entidades, reconstruíram a Igreja Matriz de Couto de Baixo, uma Igreja toda em granito, construída em tempos difíceis. Para suportar algumas das despesas foram realizados diversos cortejos de oferendas, um desses cortejos tinha uma marcha da qual recorde ainda parte da sua letra: “Couto de Baixo terra escondida; que também se quer mostrar; a sua gente na dura lida; saiu à rua para cantar”. Também no passado dia dezoito de Novembro, os habitantes das diversas localidades da Freguesia de Couto de Baixo saíram à rua para festejar e participar em inaugurações de diversas obras, todas elas benéficas para o bem-estar de toda a gente pobre, trabalhadora e humilde. Algumas destas obras são de tão grande beleza, que nesse dia alguém disse que algumas delas ficavam bem dentro de qualquer cidade do nosso País. Estas obras ultrapassaram um custo de setecentos mil euros, e só foram possíveis porque temos a felicidade de ter à frente do destino do nosso concelho um homem com H grande, um beirão de gema, um viseense que se chama Fernando de Carvalho Ruas, para além dos agradecimentos que lhe foram prestados no decorrer das inaugurações, uma vez mais muito obrigado Senhor Presidente. Depois de apresentar estes valores, noto algum espanto pelos meus colegas presidentes de Junta. Meus caros colegas e amigos, o que aconteceu na minha Freguesia tem acontecido em todas as freguesias do nosso concelho. Se não vejamos: a partir do ano de 1975, a profissão que desempenhei durante alguns anos permitiu-me percorrer todas as ruas das diversas aldeias do nosso concelho, bem como da nossa cidade. Em algumas dessas aldeias o pavimento nas ruas era uma estrumeira onde alguns dos seus moradores colocavam mato, que depois apodrecia e servia de cultivo às suas terras. Como estão hoje as nossas aldeias? Como está hoje a nossa cidade? Será que tem alguma comparação com alguns anos a esta parte? Claro que não. Mas meus caros colegas e amigos, se aos cativos da Babilónia, aquando da travessia do deserto, Deus mandou o Maná e codornizes, nós se temos um concelho de referência, um concelho admirável por todos quantos nos visitam, uma Cidade Jardim, devemos-lo ao Senhor Presidente da Câmara e à equipa que o tem acompanhado na administração do nosso concelho. Para terminar, permita-me Senhor Presidente, agradecer tudo o que tem feito em prol dos viseenses, repito, de todos os viseenses. A todos os presentes e suas famílias um Santo Natal e um Feliz Ano Novo. Obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Já temos quórum, vamos então retomar



os nossos trabalhos. Eu sugeria à Assembleia, penso que para uma forma de articulação de trabalhos, sendo a intervenção do Senhor Presidente da Câmara sobre o Orçamento e também as Grandes Opções do Plano, que fundíssemos os Pontos Um e Dois, o que implica que quando houver alguma pergunta do Orçamento, obviamente que o Senhor Presidente da Câmara estará disponível para responder sobre outra questão que seja suscitada, e trataríamos os Pontos Um e Dois em simultâneo. Portanto eu daria a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para fazer a sua intervenção do Ponto Um. -----

- VINTE E OITO - O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE DE FIGUEIREDO:--

Na sessão da Assembleia Municipal, a 24 de Setembro, tive a oportunidade de mencionar a função provocadora da animação cultural na revitalização do centro histórico da cidade de Viseu, atraindo para as ruas e praças da zona histórica centenas de pessoas que deram alma aos estabelecimentos comerciais daquele espaço. Hoje, e na sequência da intervenção anterior, peço a palavra para enfatizar o esforço do Executivo Camarário na reabilitação do nosso centro histórico, de que são exemplo as obras de requalificação que decorrem na Casa do Miradouro e no edifício da antiga Papelaria Dias, e as obras de reabilitação da Casa Museu Almeida Moreira, recentemente inaugurada, como espaços de cultura associados à rede museológica do concelho. Este renovado espaço casa-museu, que o Capitão Almeida Moreira deixou à Câmara Municipal em 1938, com todo o seu espólio, inclui valiosa coleção de pintura naturalista e religiosa dos séculos XVI e XVII, várias peças de mobiliário, peças de cerâmica e vidro, ourivesaria, colchas de Castelo Branco e bordados de Alcaface, entre faianças e muitos livros da biblioteca do benemérito capitão. O edifício, com um investimento de cerca de 270 mil euros, passou por uma fase de requalificação e apresenta-se, desde 4.ª feira passada, com conteúdos ajustados aos tempos de hoje, com mais e melhores equipamentos é, seguramente, um valioso contributo que vem enriquecer a Rede Municipal de Museus. A intervenção que ali foi feita baseou-se num conceito de recuperação e requalificação total do edifício, com carácter reversível, tendo como objetivo dotar aquele espaço das necessárias condições de utilização e funcionalidade. Ou seja, nestas propostas de requalificação do centro histórico, a que é justo associar o Centro Urbano de Acolhimento Empresarial (Incubadora de Empresas), a instalar no antigo quartel dos Bombeiros Voluntários, nas Ruas do Comércio e D. Duarte, com um contrato de empreitada de cerca de 580 mil euros, é visível a opção da autarquia na recuperação dos imóveis degradados da cidade. Não venha depois o Partido Socialista afirmar a paternidade do projeto, por ter tido, um dia, a ideia de criar uma incubadora de empresas, num edifício que estava destinado à Loja do Cidadão, mas que não mereceu resposta adequada do governo socialista de então. O caminho que o Executivo está a seguir na recuperação e requalificação do centro histórico, vai no bom sentido, como o demonstram estudos recentes. Esse caminho passa por reabilitar os edifícios antigos, numa perspetiva de mercado com extraordinário potencial de crescimento, enquanto alternativa credível às construções novas. A reabilitação representará, deste modo, uma oportunidade e uma atividade com futuro promissor. Passa, também, por devolver a cidade aos moradores. Significa isto o quê? Que as pessoas devem identificar-se com o local onde vivem e residem, pois só assim irão envolver-se na preservação e no cuidado em manter o que é seu; que é uma necessidade e uma urgência atrair mais jovens ao centro histórico, proporcionando-lhes espaços comerciais, habitacionais e culturais a custos acessíveis, e que é possível reverter o fator de envelhecimento da população e a consequente degradação das habitações. É fundamental devolver a cidade aos moradores, e é urgente criar uma nova dinâmica de envolvimento da população relativamente ao espaço urbano, apostando numa vivência mais criativa da cidade, através de iniciativas culturais e de lazer, onde a arquitetura e a história, a arte, as tradições locais e o artesanato sejam aspetos a considerar. Nesta perspetiva, a reabilitação do Centro Histórico terá o condão de despertar e animar sectores de atividade como o turismo, o lazer e a restauração, que lhe conferem características ímpares na oferta de diversão noturna, atraindo para a Praça D. Duarte, Largo da Misericórdia e Praça da Erva, largas dezenas de jovens que se misturam



com o número crescente de visitantes que a cidade recebe. Viseu e a Câmara Municipal, bem podem orgulhar-se de não repetirem, na cidade, os erros cometidos noutros centros urbanos, mantendo o Centro histórico como centro cultural, centro económico, centro administrativo e centro residencial. Ou seja, como CENTRO VIVO, única forma de o manter preservado e atrativo para os moradores e para os visitantes.-----

- VINTE E NOVE – EXMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL -

Ausência do registo devido, por razões de ordem técnica relativas à gravação-----

--TRINTA – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhor Presidente, Senhores Deputados. Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea e) do n.º1do artigo 53º da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, venho apresentar a informação escrita acerca da actividade e da situação financeira que, previamente, remeti a este Órgão, acompanhada das matérias referidas no nº4 do artigo 68º, introduzido pela Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro. As actuais dificuldades económicas e financeiras que o País atravessa têm um impacto muito significativo na nossa actividade municipal, a qual tem vindo a sofrer fortes constrangimentos, o que implica, necessariamente, constantes ajustamentos nas políticas que previamente delineámos. Quem nos conhece bem sabe que nunca fomos de baixar os braços ou de claudicar nos momentos mais difíceis. Tudo temos feito e vamos continuar a fazer para contrariar esta situação, contribuindo, assim, com a nossa acção para ultrapassar de forma benigna a presente conjuntura adversa. Não obstante tais circunstâncias desfavoráveis, e embora se verifique uma diminuição de 3% no Orçamento da Câmara Municipal para o ano de 2013, em termos consolidados e incluindo os SMAS de Viseu, o Orçamento Total do Município terá, no próximo ano, um acréscimo total, relativamente ao ano anterior, de 8%. Este incremento deve-se, essencialmente, ao facto de o Município de Viseu, fruto de uma constante procura de fontes alternativas de receita, ter conseguido a aprovação de uma candidatura aos fundos comunitários (POVT) para a construção da nova ETAR Viseu Sul e respectivos Emissários, comparticipada a 85%. É um investimento essencial, cujo valor total deverá rondar os quarenta milhões de euros, e que irá permitir acautelar o crescimento e o desenvolvimento futuros de Viseu, agregando num único equipamento, moderno e mais eficiente, a recolha e tratamento das águas residuais da cidade. Este novo equipamento vai, igualmente, possibilitar a desactivação de outras estações de tratamento de águas residuais mais antigas e que se encontram junto a aglomerados urbanos, melhorando, assim, a qualidade de vida dos nossos concidadãos e a qualidade ambiental do Concelho. E a qualidade ambiental será, efectivamente, um dos vectores de actuação mais preponderantes do Município em 2013. Cerca de 25% do total das despesas a efectuar, no âmbito das Grandes Opções do Plano, destinam-se ao Saneamento, Abastecimento de Água, Resíduos Sólidos e Protecção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza. Outro dos grandes objectivos que vai continuar a merecer uma atenção muito importante no exercício do próximo ano é a Educação, que irá absorver cerca de 13% dos recursos financeiros previstos nas Grandes Opções do Plano, destacando-se, por exemplo, a construção dos centros escolares do Viso, Viseu Estrela e João de Barros. A terceira área com maior relevância nas GOP de 2013, que será contemplada com 11% dos meios financeiros previstos, agrega a Cultura, o Desporto, o Recreio e o Lazer e a Juventude. Os objectivos ou projectos enunciados integram o que o POCAL designa de Funções Sociais, que no seu todo representam, tal como em anos anteriores, mais de 60% do total das despesas e investimentos previstos nas GOP de 2013. Senhor Presidente, Senhores Deputados Apesar de todos os constrangimentos económicos, financeiros e legais que ao longo deste ano temos vindo a sentir, posso desde já avançar, com um grau de certeza muito grande, que o saldo de gerência no final do presente ano económico será superior ao do ano anterior. É com base neste e noutros indicadores extremamente positivos das contas do Município, decorrentes de uma gestão prudente e rigorosa, como tem sido nosso apanágio ao longo dos anos, que nos foi possível tomar a decisão política de “... avaliar os impostos e as taxas actualmente em vigor no Município, no sentido de os tornar mais “leves” para os Viseenses”. Se na sessão anterior desta



Assembleia Municipal teve o prazer de anunciar a redução das taxas do IMI e da Derrama, para os cidadãos e para as empresas, cumpre-me, agora, completar a promessa feita. Assim, em nome de todo o Executivo, apraz-me propor a esta Assembleia Municipal a redução, em 1%, do valor da percentagem a que o Município tem direito na participação variável no IRS, mas como é sabido, pode ir até 5%. Ao reduzirmos esta participação variável no IRS de 5% para 4% temos plena consciência que estamos a abdicar, e é bom que se saiba isto, de 20% da receita transferível para o Município, mas, o que para nós é mais importante, estamos a contribuir para uma dedução à colecta do IRS a favor dos Municípios com domicílio fiscal no concelho de Viseu. Em matéria de IRS, os nossos municípios podem contar da parte da Câmara com um desagravamento de 20% das receitas. Para além da proposta apresentada, e tendo em conta o cenário económico-financeiro esperado, quero, igualmente, propor a todos os Membros da Assembleia que, para o ano de 2013, aprovem “a não actualização dos valores das taxas e outras receitas municipais”, os quais de acordo com o artigo 10º do Regulamento e Tabela de Taxas, Licenças e Outras Receitas do Município de Viseu deveriam, como é sabido, ser actualizados anualmente de acordo com a taxa de inflação. Senhor Presidente, Senhores Deputados Estamos convictos que, com a aprovação destas novas propostas, estamos a contribuir, uma vez mais e de forma categórica, para atenuar os encargos das Pessoas e das Empresas do nosso Concelho. Como já referi por várias vezes, mas que nunca será demais relembrar: Para além de procurarmos colmatar todas as necessidades colectivas dos nossos concidadãos e de realizar os investimentos imprescindíveis ao desenvolvimento sustentável de Viseu, queremos também e de forma directa dinamizar a economia local e melhorar a vida de cada um dos Viseusenses. Intenções que não se esgotam com as propostas agora apresentadas, ou apresentadas na sessão anterior da Assembleia Municipal. Existem para além destes desagravamentos da carga fiscal muitos outros contributos, disponibilizados pelo Município, com o intuito de atenuar as dificuldades sentidas, mas que por vezes não são devidamente enaltecidos ou percepcionados pelas pessoas. Nós próprios na Câmara temos a consciência de que nem sempre divulgamos, digamos, de uma forma global, este tipo de isenções e de contributos para a melhoria de vida das pessoas. Neste âmbito, gostaria apenas de enfatizar alguns exemplos que são paradigmáticos do contributo e do esforço financeiro do Município para promover activamente a qualidade de vida de todos: Ao longo de 2012 e até à presente data a Câmara Municipal de Viseu já isentou ou reduziu o pagamento de impostos directos e indirectos, de taxas ou de serviços prestados, num montante muito próximo dos noventa mil euros, a diversas entidades e associações; A Rede Municipal de Museus, por exemplo, projecto que garante o pleno funcionamento integrado das estruturas museológicas do Município de Viseu, pode ser usufruída e fruída por todas as pessoas de forma completamente gratuita; As instalações desportivas de gestão municipal foram na época desportiva de 2011/2012 utilizadas, de forma gratuita, por mais de quarenta e cinco mil pessoas, equivalendo a uma isenção total ou a um apoio superior a cento e oitenta e oito mil euros; O Funicular de Viseu, transporte não poluente, inaugurado em 2009, já transportou gratuitamente e até finais de Outubro de 2012 mais de duzentos e cinquenta e sete mil passageiros; A Biblioteca Municipal que em todas as suas valências já foi fruída a título gratuito e durante o presente ano por cerca de setenta mil pessoas; Foi criada, como é sabido, uma rede de Espaços Internet em todo o Concelho, equipando salas em todas as Freguesias, de forma a facilitar a todos os cidadãos a utilização da internet e dos meios informáticos, de forma gratuita; Foram criados na cidade de Viseu “Espaços Cyber Estudo”, locais de estudo e, simultaneamente, de acesso à internet e a meios informáticos, como o Pórtico do Fontelo ou o recentemente inaugurado equipamento nas “Escadinhas de Santo Agostinho”, que são, também, de acesso gratuito; De acordo com os dados divulgados pela Entidade Reguladora de Serviços de Água e Resíduos, em 2011, o encargo médio mensal para uma família, eu chamo à atenção para isto, durante muito tempo andou-se a dar a ideia errada do preço da nossa água, podem consultar, são dados oficiais e não da Câmara, da Entidade Reguladora de Serviços de



Água e Resíduos, que diz que em 2011 o encargo médio mensal para uma família típica em Viseu era: para o consumo de água, 26.13% inferior do que a média nacional; para o serviço de saneamento de águas residuais, 67.35% menos do que a média nacional; e para a recolha de resíduos sólidos, 44.80% inferior do que a média nacional. Como é possível verificar, são várias as formas que o Município de Viseu utiliza para disponibilizar aos seus Municípes serviços ou equipamentos a custos reduzidos ou de forma gratuita, o que se traduz numa nítida vantagem comparativa para os seus cidadãos, ainda mais neste período de crise e de limitação dos seus recursos financeiros disponíveis. Estamos certos que a conjugação de todos estes esforços, com a implementação das medidas anunciadas por parte do Município de Viseu, tornará menos severa a passagem desta conjuntura conturbada. Naquilo que depender de nós, Viseu vai continuar a ser a melhor cidade para viver. Eu queria dizer que isto é da minha autoria, não passei isto pela Blogosfera, alguém se encarregou de o passar, mas este texto naturalmente provém e é perspectiva da Câmara, e é a perspectiva da análise que fazemos de forma profunda àquilo que é a actividade municipal. Para concluir, Senhor Presidente e Senhores Deputados, Deixamos, igualmente, à consideração e análise de V. Exas., através das folhas em anexo, as matérias tipificadas no nº 4 do artigo 68º da Lei 169/99, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002, designadamente: Situação financeira, saldo actual das dívidas e outras origens de fundos; Informação prevista na alínea d) do nº 1 do artigo 53º: participações em entidades societárias e não societárias; Reclamações, recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes e seu estado; com vista ao acompanhamento legalmente previsto. É tudo Senhor Presidente. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Presidente. Tenho já duas inscrições, Pergunto se mais algum dos Senhores Deputados se quer inscrever? Dou desde já a palavra ao Senhor Deputado João Paulo. -----

-TINTA E UM - O SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO (PS): Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Senhora Vereadora, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caros Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores. A nossa reunião de hoje discute vários pontos de interesse para a nossa vida colectiva. Não menosprezando todos os outros assuntos que já tratamos até agora, e que iremos tratar, os Pontos que ora se discutem são de particular relevância para o Município. Na verdade, a discutir o Orçamento e as Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados, estamos a discutir as linhas mestras da gestão do Município para o próximo ano. Assim, não posso deixar de dizer ao Senhor Presidente da Câmara que a explanação que fez a esta Assembleia, do nosso ponto de vista, foi pobre. Se não vejamos, num rápido resumo, mas que sintetiza no essencial o que nos foi dito, temos em primeiro lugar que este Orçamento da Câmara apresenta uma redução de 3% face ao ano anterior, quando consolidado com o Orçamento dos SMAS temos um acréscimo de 8%. Este incremento deve-se à aprovação da candidatura para a construção da nova ETAR Viseu Sul, num investimento que ronda os quarenta milhões de euros. Diz-nos também que o saneamento, abastecimento de água, resíduos sólidos, protecção do meio ambiente e conservação da natureza, representam cerca de 25% das Grandes Opções do Plano, a Educação representa 13%, a Cultura, Desporto, Recreio e Lazer 11%, e conclui depois dizendo que 60% das Grandes Opções do Plano estão nas chamadas, ou designadas, Funções Sociais. Termina dizendo no fundo que é com base numa gestão prudente e rigorosa que se anunciam reduções na Taxa do IMI, na Derrama, bem como a novidade, de 1% do valor que o Município tem direito do IRS, devolvendo-o aos viseenses. É verdade que na sua intervenção acrescenta a isto mais alguma coisa, além destas benesses refere que há uma série de descontos, de isenções, na utilização de alguns equipamentos da cidade cuja gestão está a cargo da Câmara Municipal, como sendo o Funicular, pavilhões desportivos, museus, bibliotecas, espaço Internet, e lembra-nos ainda, a concluir, que o custo da água, do saneamento, a recolha de resíduos, para os viseenses, foi no ano de 2011 bastante inferiores à média nacional. Esta é



de facto a intervenção, e julgo que sintetizei correctamente, a intervenção que o Senhor Presidente traz a esta Assembleia. Na reunião de Câmara, pela intervenção do Senhor Vereador Hermínio Magalhães, ficámos a saber um pouco mais, e essa documentação evidentemente também foi dada a todos os Deputados desta Assembleia, mas não ficamos a saber muito mais, e em resumo mais uma vez, ficamos a saber que vamos ter a requalificação do Pavilhão do Fontelo, um complexo lúdico no Parque da Aguieira, e enquanto a economia não reanimar, e isto são palavras textuais, “temos algumas medidas de apoio aos mais carenciados e um simplex autárquico”. Vejamos então, no que respeita à economia e a projectos que possam ser desenvolvidos para criar alguma esperança aos viseenses, que se vêem hoje numa situação precária, muitos deles no desemprego, na necessidade, inclusivamente, de emigrarem, no fundo, o que é que é dado de novas perspectivas, enfim, de perspectivas a quem insista em viver no interior do País, nesta área de desenvolvimento económico. É-nos apresentado o Tecnopólis e o Centro Urbano de Acolhimento Empresarial. Senhor Presidente, se fosse o Partido Socialista a falar do Tecnopólis, como o Senhor Presidente tem falado nesta Assembleia, sem que nada aconteça, já estaríamos seguramente, nós Partido Socialista, a ser alvo duma das suas chalaças, que ridicularizariam a ideia. Sem exagero, há mais de meia dúzia de anos que ouvimos a conversa do Tecnopólis, sem que nada aconteça. Quanto ao Centro Urbano de Acolhimento Empresarial, só podemos dizer que é uma boa ideia, estava aqui à procura do Deputado António Vicente, não está, também há pouco o Senhor Presidente já fez referência a isto, é evidente que o Partido Socialista tem que dizer que é uma boa ideia. Aliás, como é sabido, apresentou o PS nesta Assembleia, e não é pelo Senhor Deputado António Vicente ter dito o que disse, ou o Senhor Presidente da Câmara, que vamos deixar de o dizer, é uma evidência, foi apresentado, na altura inclusivamente contou com o voto contra do Deputado António Vicente, que hoje aqui se veio, enfim, parabenizar e inclusivamente o Executivo Municipal, por isso ter acontecido, mas isto é um facto, quer dizer, se qualquer pessoa quiser consultar está nas Atas. Esta foi, aliás, uma ideia que fez o percurso habitual das ideias do PS depois de apresentadas aqui nesta Assembleia, primeiro são ridicularizadas, depois são menosprezadas, a seguir são votadas a uma espécie de quarentena, para depois aparecerem, como dizia o Vinicius de Moraes numa celebre canção, quando certidão passada e registada em cartório da Praça da República, assinada por baixo pelo PSD. “Com firma reconhecida”, é assim que se diz. Senhores Deputados, já o afirmámos nesta Assembleia, e por mais do que uma vez, e hoje mesmo também o fizemos, entendemos que a Câmara Municipal tem que ter um papel mais activo no desenvolvimento e crescimento económico do concelho, entendemos que a Câmara tem que ser um catalisador de ideias que se consubstanciem em projectos, que resultem em empreendimentos para o desenvolvimento do concelho, do ponto de vista económico, não é apenas ao Governo da República que cabe tomar medidas para a criação de emprego, também a nível local esse papel pode e deve ser desempenhado pelas autarquias. Para lá do estafado Tecnopólis já referido e desta Incubadora que surge com anos de atraso, o que é que podemos ver neste Orçamento e nas Grandes Opções do Plano, neste sentido, do desenvolvimento económico? Do nosso ponto de vista, vemos pouco, não temos um projecto único que mobilize empresários já instalados no concelho, as associações empresariais, já temos dito aqui, como por exemplo a AIRV, a Associação de Comerciantes do Distrito de Viseu, as instituições de Ensino Superior, enfim, um projecto que una vontades e que crie algo que mobilize investimento para o nosso concelho. Projectos que potenciem o turismo, que afirmem a nossa marca, como o Senhor Presidente reiteradamente aqui nos diz e afirma nesta Assembleia, é a cidade com melhor qualidade para se viver, projectos que ajudem a desenvolver as economias locais, dos pequenos agricultores, dos pequenos artesãos, do comércio tradicional, e outros naturalmente com maior envergadura, que despertassem a atenção e o interesse de investidores que pudessem realizar aqui, inclusivamente o que têm feito em concelhos vizinhos, investir. Criar redes de apoio à divulgação dos nossos produtos, da nossa cultura, do nosso saber



fazer, no fundo, uma atitude mais proactiva na ajuda ao desenvolvimento de negócios, seja pelo apoio aos já existentes, seja por criação de condições para a captação do investimento, entendemos nós, é também um dever e uma obrigação duma Câmara Municipal, e concretamente da nossa Câmara Municipal. Senhor Presidente, Senhores Deputados, a crise internacional, e sim, é a crise internacional, deste ponto de vista mantemo-nos coerentes ao que dizíamos aqui há uns anos atrás, teve, e está a ter, repercussões dramáticas no nosso País, sair desta espiral negativa só é possível com criatividade, com verdadeiras pedradas no charco, com inovação, com o envolvimento de todos. Já lá não vamos apenas a fazer a Feira das Freguesias, o Viseu Naturalmente, uma Feira de S. Mateus a realizar uma ínfima parte do seu potencial, ou a dar borlas no Funicular, como o Senhor Presidente nos traz na sua apresentação. Aliás, como é sabido, ninguém evidentemente vive de viagens de Funicular, de cibercentros ou de instalações desportivas, são componentes importantes, sem dúvida, e não posso, inclusivamente quero aqui aproveitar para dizer, numa tentativa de facto, como é reiteradamente nesta Assembleia, de demonstrar que, obviamente que a inteligência foi distribuída por todos, que o Senhor Presidente há pouco referiu, que não é destituído, eu julgo que aqui ninguém é efectivamente destituído, portanto estamos de acordo na maior parte, se calhar até mesmo na maior parte dos assuntos que aqui tratamos, já ouvi o Senhor Presidente dizer que é evidente que o desenvolvimento duma cidade ou dum concelho tem de ser harmonioso, não se faz, ou melhor, é feito transversalmente, subscrevo absolutamente. É impensável que por exemplo só se fizesse um Teatro, eu julgo que o Senhor Presidente já utilizou este exemplo, era impensável que só se fizesse um Teatro quando, por exemplo, a cobertura de saneamento fosse total, ou pudéssemos só ter, por exemplo, um pavilhão desportivo depois de todos os caminhos do concelho estarem alcatroados. Portanto, este não é, digamos, o que defendemos, o que defendemos é que está a ser feito pouco, do nosso ponto de vista, por uma importante componente da nossa vida colectiva, e que tem a ver com o crescimento económico, potenciador da criação de emprego e gerador de riqueza. É este o nosso entendimento, a Câmara podia efectivamente fazer mais, para lá do muito que já faz, e que nós aqui também nesta Assembleia reiteradamente temos vindo a admitir. Esta minha intervenção é naturalmente uma intervenção política, uma intervenção que procura inquietar o Executivo Municipal para o que nós entendemos são os problemas emergentes e que carecem de urgente resolução, e não uma intenção de uma análise pormenorizada de rubricas orçamentais, que na maioria das vezes não esclarecem os Deputados desta Assembleia sequer, e a maior parte das vezes confundem inclusivamente, não só os que estão aqui, e também os viseenses lá fora. Mas há no entanto questões, que pela sua relevância, têm que ser colocadas em pormenor, há questões relativas a este Orçamento, que nos é apresentado hoje para discussão e votação, que têm que ser escarpelizadas. Seriam algumas, seriam de facto algumas, optámos por trazer apenas duas questões, para não nos perdermos em muitas explicações, que são normalmente prejudiciais ao cabal esclarecimento que estas matérias nos obrigam, dada a nebulosa que normalmente se cria com a resposta a questões de natureza muito diversa, portanto, para facilitar, o Partido Socialista tem duas questões concretas que gostaria de ver respondidas pelo Senhor Presidente da Câmara. A primeira é a seguinte: Como é que o Senhor Presidente da Câmara, e este Executivo, compagina a proposta de 0.35% da Taxa de IMI, ou seja, uma redução de 8% face ao ano corrente, com o aumento previsto em orçamento de mais de quatro milhões de euros, ou seja, de mais de 46% da receita de IMI face à previsão para 2012? Em 2011 a esta Assembleia apresentou um orçamento que refere nove milhões, cento e qualquer coisa mil euros de receita de IMI, está a decorrer o ano ainda não estamos no cômputo da aprovação de contas e relatório, portanto o que sabemos a esta data é que há um ano a Câmara Municipal se propunha receber, arrecadar em receita corrente, relativamente ao IMI, nove milhões, cento e oito mil euros, em 2012 propõe-se arrecadar treze milhões, quatrocentos e tal mil euros. Portanto, aumentando quatro milhões a receita do Município, como é que, eu tenho que responder a um aparte, espero



que depois na Ata saia bem, eu sei de onde ele vem, o que eu pergunto é, se vamos cobrar mais quatro milhões em IMI, como é que compaginamos isto com as parangonas que se fazem nos jornais, dizendo que vamos reduzir a Taxa de IMI? E a pergunta é evidente também, o que o Partido Socialista há muitos anos defende nesta Assembleia, que há margem para fazer mais, e isto era bom que também saísse no jornal, como saiu aqui há uns tempos atrás, depois de uma sessão da Assembleia, que a Câmara Municipal se propunha a reduzir 30%, portanto era 0.5%, vamos reduzir 30%, vai passar a 0.35%. O PS na altura disse: “Bom, nós termos efectivamente 0.38%, vai passar para 0.35%, a nós parece-nos que é uma redução de 8%”, mas tudo bem, põe-se o escalão superior e depois vamos reduzir 30%. Eu agora quero, ou gostava, que o Senhor Presidente explicasse: Nós vamos arrecadar mais quatro milhões, nós vamos arrecadar, previsivelmente, obviamente estamos a falar de Orçamento, mais 46% em receita de IMI. A segunda, que se prende com a primeira, é mais uma vez, como é que compagina, este Executivo Municipal, a redução de 1% do valor do IRS pago aos viseenses com o aumento previsto de 20% no total das receitas de impostos directos e indirectos cobrados aos viseenses pela Câmara Municipal? Ou seja, e resumindo as duas questões, como é que, do nosso ponto de vista, despudoradamente se fala tanto em redução de taxas, em devolução de IRS, quando em orçamento o que se prevê é aumentar 20% os impostos cobrados aos viseenses? São estas duas questões, muito obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Como terá verificado, fui bastante benevolente com o tempo pelo facto de estarmos a tratar de dois Pontos ao mesmo tempo, portanto não o interrompi aos dez minutos, mas pedia aos Senhores Deputados que não ultrapassassem muito os dez minutos. Dou agora a palavra ao Senhor Deputado José Alberto. -----

-TRINTA E DOIS - O SENHOR DEPUTADO JOSÉ ALBERTO DA COSTA FERREIRA (PSD): Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora e Senhor Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhora Vereadora, Senhores Vereadores, Comunicação Social, Senhores Membros da Assembleia, minhas Senhoras e meus Senhores. Eu trago aqui uma comunicação escrita, mas quase que me dispensava de a ler, tal foi a clareza com que o Senhor Presidente da Câmara fez a sua apresentação. De qualquer maneira, todos nós sabemos que, respondendo um pouco ali ao Senhor Deputado João Paulo, todos nós sabemos como é que os impostos aumentam, ou por via da taxa ou por via da base tributável. Neste caso concreto, não foi dita nenhuma heresia por parte da Câmara, as taxas efectivamente baixaram, aquilo que se alterou foi de facto a base tributária, que aplicada a uma taxa menor ainda dá uma receita maior, que não é o dobro daquilo que se apregoa para aí, mas é, enfim, um bocadinho mais do que 35% ou 40%. Bom, mas à pergunta não sou eu que a vou responder, será o Senhor Presidente da Câmara, como tal vou ler a minha intervenção. Permitam-me, antes de começar a falar das questões que nos trazem aqui no Ponto Um e no Ponto Dois da Ordem de Trabalhos, por estarmos a atravessar esta época festiva, vos desejo um Santo e Feliz Natal, bem como um 2013 pleno de concretizações, e que todos de uma forma solidária e colectiva sejamos capazes de ultrapassar todas as dificuldades que atualmente enfrentamos, para que o concelho, a região e o País se afirmem, quer interna, quer externamente. De facto, só seremos capazes de nos afirmar se compreendermos a necessidade de fazer um planeamento futuro com metas e objectivos bem definidos, alicerçados no conhecimento do passado e do presente de uma forma articulada, e na compreensão da envolvente. É neste contexto que esta Assembleia assume um papel determinante, na medida em que está sobre a mesa a discussão e a aprovação das linhas orientadoras para o desenvolvimento do Município, Opções do Plano e da proposta do Orçamento, em que o POCAL diz que é através do orçamento que são definidas as linhas do desenvolvimento estratégico da autarquia local. Mas acresce que o País atravessa dificuldades financeiras e económicas que têm impactos por todos conhecidos, nos particulares, nas empresas, e também no Estado Central e nas autarquias, provocando enormes constrangimentos que necessariamente induzem



ajustamentos negativos na actividade de todos. É também o ano de 2013 o ano terminal do QREN, que se iniciou de forma tardia, que urge recuperar com uma reprogramação que ora terminou, no sentido de procurar otimizar a utilização dos recursos afectos a projectos sem execução, e de os canalizar para a economia de bens transaccionáveis, bem como a dinamização do emprego, esse flagelo a que não somos alheios, e que vão reflectir-se inevitavelmente na canalização de mais recursos da Autarquia para as questões de apoio social. Por questão de justiça devemos referir que a nossa Autarquia executa todos os projectos submetidos, mas viu-se privada da Bolsa de Mérito, a que por direito próprio teria toda a legitimidade para se candidatar. Mas o importante assunto que me traz aqui é, à semelhança do que tem acontecido nos anos passados, são os documentos orientadores da gestão do Município, Grandes Opções do Plano e proposta do Orçamento, quer da Câmara Municipal, quer dos SMAS, onde estão vertidas as linhas estratégicas da Autarquia. Eu tenho aqui um quadro comparativo que espelha tudo aquilo que foi dito, também em termos de acréscimos e diminuições. Não vou referi-los, faz parte do Orçamento, faz parte da compilação dos dados dos três últimos anos, e podemos verificar que de facto há uma diminuição da actividade, e aqui o aumento é devido ao grande acréscimo que os SMAS têm, por força dos grandes investimentos previstos, e que já aqui foram referidos. Como verificamos, e à semelhança dos anos passados, há mais doze virgula três milhões de euros de receitas correntes que financiam despesas de capital, isto é importante referir, na medida em que as receitas correntes são, grande parte delas, canalizadas para despesas de capital. As dificuldades económicas e financeiras que o País e todos atravessamos têm repercussões directas na actividade municipal, como foi dito, e este aumento de 8% do Orçamento do Município deve-se exclusivamente à construção da ETAR Viseu Sul e dos respectivos emissários de ligação às ETAR'S de S. Salvador e de Teivas, num pacote financeiro que ao longo dos quatro anos se traduzirá num valor global de quase quarenta milhões de euros de investimento, e que só no ano de 2013 serão cerca de doze virgula três milhões de euros. O projecto em causa tem a sua candidatura aprovada aos fundos comunitários, ao POVT, com uma participação de 85%. Estão ainda previstos no âmbito plurianual, e no que ao abastecimento de água diz respeito, previstas obras estruturantes num valor de cerca de quarenta e cinco milhões de euros para os próximos anos, onde incluímos a Barragem e a ETAR do Lobo, o Reservatório do Viso e outras obras, que estão devidamente referidas, algumas das quais com a melhoria do funcionamento da Barragem de Fagilde, quer a nível de ampliação, concretamente a lamas e respectivos assoreamentos. Não deixarei ainda de referir os investimentos nos resíduos sólidos urbanos, onde estão previstos investimentos na casa dos um vírgula cinco milhões de euros, nos parques urbanos de Santiago, do Rio Pavia e da Agueira, preocupações de protecção do meio ambiente, da conservação da natureza e o bem estar das populações. Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhora Vereadora, Senhores Vereadores, Caros Membros da Assembleia, Senhores Jornalistas. No "Position Date" da União Europeia que diz respeito ao Quadro Comunitário para o período de 2014-2020, em fase de análise para o nosso País, estão estas preocupações vertidas, proteger o ambiente e promover a utilização sustentável dos recursos, Lei da Água e da sua utilização racional, a utilização racional da energia, a investigação e a inovação, assentes em estratégias para uma especialização inteligente, a formação e o desenvolvimento económico com a criação de emprego e o desenvolvimento de produtos endógenos e regionais. Ora, muitas destas preocupações estão desde já vertidas no Orçamento e nas GOP'S da Câmara Municipal de Viseu. Continuando a percorrer o documento, para além do que ficou dito anteriormente, verificamos que a Educação tem um impacto financeiro de cinco milhões de euros em 2013, salientando aqui os transportes com um virgula três milhões de euros, as refeições com zero virgula seis milhões de euros, um virgula nove milhões de euros para pagamento a professores e a assistentes, bem como a Habitação com um pacote financeiro de dois milhões de euros, onde estão incluídos a habitação social, o apoio à reconstrução, a Cultura, o Lazer e o apoio a determinadas



instituições com de quatro virgula nove milhões de euros. Podemos pois afirmar que há outras preocupações, para além do betão e do alcatrão, que se traduzem nos aspectos de natureza desportiva, cultural e social. É sobretudo nesta última valência que hoje pelas dificuldades acima aduzidas, a Autarquia se assume como fundamental no apoio aos mais carentes, levando a cabo várias iniciativas por todos sobejamente conhecidas e aqui já hoje referidas. Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhora e Senhores Vereadores, Caros Membros desta Assembleia, Senhores Jornalistas. A este propósito, permita-me que aqui refira que a Câmara Municipal e os SMAS continuam a pagar atempadamente os seus compromissos, aos fornecedores, às colectividades e demais utentes, sem ter recorrido ao PAEL ou outros instrumentos financeiros dirigidos às autarquias, e ainda desenvolver o apoio social aos munícipes mais carenciados e também desenvolver obras a um ritmo considerável. Para além do que dissemos, temos que ter em conta que os documentos previsionais que nos têm sido apresentados ao longo dos anos revelam níveis de execução mais elevados do que a média nacional. Esta situação revela que o controlo orçamental é uma preocupação fundamental, o que é sinónimo de rigor em termos de gestão. Mais do que apresentar documentos previsionais bem elaborados, é preciso monitorizar e acompanhar de forma sistemática o seu desenvolvimento, bem como analisar desvios, de maneira a proceder à sua correcção sistemática. Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Deputados. Os documentos ora apresentados, para o ano de 2013, são documentos orientadores fundamentais, tal como ficou dito pelo Senhor Presidente na sua intervenção. Esta Assembleia é das mais relevantes para os destinos do Município, concordo em absoluto com a sua importância, já que nos documentos enunciados estão expressas as linhas orientadoras previsionais de toda a gestão municipal para o ano económico de 2013. As Opções do Plano e a afectação das rubricas do Orçamento a cada opção estratégica são da competência exclusiva da administração da Autarquia, e como constatámos, foi referido na intervenção do Senhor Presidente, mais de 60% são destinadas a funções sociais e os restantes 40% a funções de dinamização da actividade económica. E diga-se aqui que a actividade económica da Câmara não se pode substituir ao empreendedorismo dos privados, tem é que criar as condições necessárias para que os empreendedores tenham condições para investir e criar riqueza no concelho, modernização de processos administrativos, procurando melhorar a eficácia e a eficiência dos serviços aos munícipes. Senhor Presidente da Assembleia e demais elementos da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhora e Senhores Vereadores, Caros Colegas, Comunicação Social e Exmo. Público. Quero pois, pela importância dos documentos que estão hoje em discussão têm para a Autarquia, aliado ao rigor e clareza dos mesmos, sou do parecer, bem como da bancada que represento, deverão ser votados favoravelmente. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Dou agora a palavra ao Senhor Deputado Carlos Vieira. -----

-TRINTA E TRÊS - O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE): Senhor Presidente da Mesa e restantes membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Público, Comunicação Social presente e funcionários em exercício. Eu começaria por dizer que concordo em absoluto com aquilo que o Deputado João Paulo Rebelo disse relativamente ao IMI, mas recordar-lhe-ia que o PS votou a favor da redução, quem votou contra foi o Bloco de Esquerda, o que prova que o Bloco tinha razão, quando eu disse na anterior sessão, que já que a Câmara andou a aplicar taxas máximas, poderia agora, numa situação social bastante complicada, aplicar a taxa mínima, à semelhança de resto do que fez o seu correligionário, o Presidente da Câmara de Caldas da Rainha que, justificando com a boa saúde financeira da Câmara das Caldas, disse que iria aplicar, e eu disse que não fazia mais do que a sua obrigação, retribuir o esforço que os munícipes também tinham feito em anos anteriores, e portanto reduziu para a taxa mínima. Já relativamente à, e isto note-se que em Abril, quando as pessoas



começarem a receber as notificações para pagar, de facto vão dar conta, como dizia o ex-ministro Sarmento, em Fevereiro ou Março é que iriam dar a pancada, mas depois em Abril vão levar outra pancada, portanto Senhor Presidente, eu acho que é positivo aquele desafio que fez há pouco, sobre a resposta às crianças com fome, mas a verdade é que esta política de austeridade que o seu Partido e o CDS têm vindo a praticar, como muita gente, da direita à esquerda tem vindo a dizer, vai trazer fome, aliás a Caritas Diocesana de Viseu já disse que está a receber o dobro de pedidos de apoio, isto assim não há hipótese, mas aí a culpa não é da Câmara, é do Governo. Já relativamente à redução em 1% do valor da percentagem a que o Município tem direito no IRS, creio que para a generalidade dos munícipes é irrelevante, acho que do ponto de vista de justiça fiscal é irrelevante, é insignificante, e acaba apenas por beneficiar até os que mais ganham. Já que falava na sua comunicação no Funicular, aproveito para lhe perguntar qual o custo para o Município, para os munícipes, deste equipamento? Já sabemos que custou cinco milhões e meio de euros, participado pelo programa POLIS, por fundos comunitários também, mas gostaria de saber quanto é que custa em funcionários, em manutenção técnica, os funcionários são da Berrelhas, mas que como se sabe o transporte é gratuito e é alguém que o paga, se calhar é o nosso "TGVzinho", isto devido de facto, já nem falo nos custos de incidentes que não estão contabilizados, inúmeros acidentes graves que já lá se verificaram, isto porque esta é a opção errada, como já aqui tenho referido várias vezes, e ultrapassou-se o projecto inicial do Arquitecto Miguel Salgado, que era passadeira ou escada, como disse o Senhor Vice-Presidente, na calçada. Gostaria de saber qual era esse custo. E já agora, por falar em opções erradas, e aqui, sinceramente, não compreendemos como é que a Câmara, numa altura destas, decide demolir um bairro social com cento e seis fogos para construir somente cinquenta e seis fogos de habitação social, que é o projecto, neste momento o bloco que vai ser construído é de vinte. O desprezo pelos moradores do Bairro Municipal não é recente, já em Setembro de 1989 o Jornal Comércio do Porto publicava uma reportagem de Rodrigues Bispo, o Senhor Jornalista que está aqui presente, sobre o escandaloso estado de degradação deste bairro, com uma lixeira em pleno espaço público, onde brincavam as crianças, lixeira da própria responsabilidade dos funcionários municipais, que ali amontoavam restos de obras e outros lixos, e há uns quinze ou vinte anos para cá a Autarquia deixou as casas devolutas à medida que foram ficando vagas, utilizando-as como estaleiro de obras, destelhando-as e permitindo que o matagal alastrasse pelos jardins e quintais atraindo ratos, repteis, etc., mais do que não permitir a utilização selvagem, outro motivo parecia ser o mesmo que presidiu à não substituição de telhados danificados, ao ponto de chover dentro das casas, degradando o bairro, pressionando os moradores a aceitarem o realojamento, optando pelo mal menor. Daí que não me admira que o Senhor Presidente tenha dito que alguns moradores aceitaram essa solução, claro, mas eu também falei com muitos moradores que disseram que se a Câmara recuperasse as casas, preferiam continuar a viver lá em vez de irem morar em caixotes. Durante sessenta e quatro anos de vida do bairro, a Câmara Municipal não investiu um tostão no interior das habitações, nos anos oitenta e noventa substituiu o soalho por lajes de abobadilha e vigota, mas mesmo aí foram os inquilinos a pagar o acabamento, tijoleiras, etc., foram os moradores que fizeram todas as obras de requalificação. Trata-se efectivamente da demolição daquele bairro de um crime de lesa património arquitectónico, destruindo um bairro com valor histórico, enquanto conjunto exemplar de um modelo urbanístico, e agora cito a análise, já aqui citei de resto, do técnico de património do IGESPAR, David Ferreira: "Modelo de um conjunto urbanístico que fez escola e que mudou a paisagem urbana portuguesa, que é importante para a compreensão de uma época e de uma sociedade, de um património arquitectónico sem duvida, tanto mais que os exemplares existentes na região, na tipologia de bairro social, não abundam". Em vinte e sete de Abril deste ano apresentei aqui uma recomendação à Câmara para a reabilitação e classificação do bairro, precisamente enquanto conjunto arquitectónico de interesse municipal, a Câmara ao decidir poupar nove casas para perpetuar a memória do



bairro reconhece o seu valor arquitectónico e social, neste caso arquitectónico, mas mais não faz do que salvar dois dedos e amputar o corpo, seria o memo que no centro histórico deixar ficar uma ou duas ruas e ir demolir o resto para entregar aos privados. Não é por acaso que o Senhor Deputado Jorge Adolfo propôs já aqui uma vez que o bairro fosse classificado como zona histórica, porque não são meia dúzia de casas, que vão lá ficar, que vão fazer esse conjunto. Mas a demolição deste bairro também é um crime em termos sociais, numa altura de crise como a que vivemos, em que os pedidos de habitação social às câmaras municipais mais se têm verificado, enquanto se pretende, como já disse, pretende tirar mais de cem fogos da sua função social, para construir apenas cinquenta e seis, o espaço restante presumo que é para entregar a negócios imobiliários privados, essa intenção ficou mais do que explícita nas palavras do Senhor Presidente, na sessão de catorze de Setembro de 2009 desta Assembleia, e vou citá-lo: “Não nos podemos dar ao luxo de ter no centro da cidade uma habitação unifamiliar, que ocupa um espaço nobre, para meia dúzia de pessoas, não estando disponíveis para num dos melhores locais de Viseu deixar habitação social, só porque as pessoas não querem eventualmente mudar para uma habitação horizontal”. Está na Ata, fim de citação. Recordo que na recomendação do Bloco de Esquerda à Câmara se propunha, para além da classificação do bairro, o Executivo aproveitando as disponibilidades financeiras do IRU privilegiasse a reabilitação do edificado, em detrimento de novas construções, desperdiçando recursos, elaborasse um novo projecto para a reabilitação do Bairro Municipal que salvaguardasse o conjunto arquitectónico e recuperasse o parque público que outrora ali existiu com bancos de jardim e parques infantis, dignificando as habitações e mantendo-as ao serviço de habitação social, com a actualização das rendas, de modo adequado, dando preferência a casais idosos com autonomia, mas que já não possam subir escadas, e a jovens casais que tenham aderido à moda saudável e ecológica das hortas urbanas, que agora até há aí projectos nalgumas freguesias. É que há muitos moradores com as rendas actualizadas que pagam setenta euros a mais, e já não é segunda habitação, o que o Senhor Presidente disse não é verdade, o Senhor Presidente, a Câmara Municipal, meteu em tribunal os moradores que de facto tinham lá segunda habitação, e a maioria já entregaram as chaves, e outros que não estiveram para ir a tribunal e entregaram-nas de modo próprio. Se há moradores que encaram o realojamento como um mal menor, aceitando morar num caixote, outros há que não querem, e não há alternativa, de facto numa casa que a Autarquia deixou degradar ao ponto de chover lá dentro, outros há que não querem trocar, na medida em que vivem ali há décadas, em casas com jardim à frente e quintal nas traseiras, com as ruas bordejadas de cedros e plátanos, isto, como o Senhor Presidente sabe, também é urbanismo, isto é que dá a qualidade de vida. Inclusive vi lá moradores que foram realojados noutros locais e que depois foram para lá matar saudades, andavam para lá a vaguear, a falar com os vizinhos, etc., porque tinham saudades do bairro, e onde se podem passear sem medo de serem atropelados, num espaço de civilidade e relacionamento comunitário que já é raro nas urbes modernas. Deixe-me ainda dizer-lhe que uma cidadã holandesa que está em Viseu há dezanove anos escolheu esta cidade para viver, sabe quem é? Eu sei que sabe, disse que daquele bairro, uma das coisas que mais a encantou quando chegou a Viseu foi exactamente aquele bairro, considerou-o o mais bonito de Viseu e um dos mais bonitos que ela tinha visto. As questões concretas que eu gostava que o Senhor Presidente me respondesse são estas: Que urgência o fez transpor a indisponibilidade financeira do IRU, indisponibilidade para cumprir o protocolo de requalificação do Bairro Municipal assinado com a Câmara e que seria apoiado em 40% do custo da obra, indisponibilidade financeira anunciada em trinta de Março passado na Comunicação Social? Outra questão: Quantos lotes estão previstos para habitação não social e quantos fogos terá cada lote? Porque motivo a Câmara decidiu avançar já com a primeira fase do projecto, a construção de um bloco com vinte fogos, no valor de um milhão e cem mil euros, quando poderia gastar o mesmo para recuperar quarenta habitações? Ou seja, nem metade do que vai gastar para recuperar de forma séria, ou



gastando o mesmo que vai gastar nesta fase, para recuperar de forma séria e exemplar quarenta habitações existentes, deixando-as ficar como novas. Quanto é que a Câmara gastou para recuperar a primeira das casas que decidiu preservar para a memória do bairro? Já agora deixe que lhe diga que foi uma má recuperação, com níveis de reabilitação que não mantêm as características originais, a caixilharia de madeira, como no centro histórico, era a mesma coisa que deixar pôr caixilharia de alumínio no centro histórico, já que reconhece que aquilo tem valor patrimonial. Que política social leva a Câmara Municipal a demolir cento e seis casas de habitação social, para construir apenas cinquenta e seis, reduzindo em cinquenta fogos a perca posicional do Município? Perca posicional de cariz social, numa altura que só há falta de habitação social, já que há uma vasta oferta privada de apartamentos, com os preços a baixar no mercado imobiliário, o que aí há mais, na Avenida da Europa, até perto de sua casa, na Quinta do Bosque, são lotes para construir, são torres ocas sem ninguém a morar lá dentro ou pouca gente, parece que já nem dá para pagar o condomínio. Por último, porquê esta pressa, a andar em contra ciclo, investindo na construção, quando tudo e todos aconselham a investir antes na recuperação do edificado? Só mais uma coisa, houve uma associação de reformados que propôs, publicamente e num jornal há tempos, que gostaria a construir um aldeamento sénior, francamente não vejo nada melhor, mais adequado a este projecto, do que ali, ali é um bairro ideal para idosos que têm dificuldades de locomoção e que têm autonomia e que gostariam de preservar a sua autonomia e o seu lar. É tudo, muito obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Não tenho mais nenhuma inscrição neste Ponto, recorde que estamos a tratar o Ponto Um e o Ponto Dois, então daria a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às questões que foram solicitadas. -----

-TRINTA E QUATRO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Muito obrigado Senhor Presidente. Eu vou tentar conter-me com a quadra festiva que atravessamos e vou tentar ser também contido nalgumas questões e responder de forma proporcional às perguntas que foram aqui colocadas. Eu começaria por dizer ao João Paulo que a orçamentologia tem regras, e é bom perder um bocadinho de tempo para as ler, pois saberia porque é que temos que colocar o IRS naquele valor e outras coisas, tem regras, diz como é que é a média dos últimos anos e depois é fazer as contas, eu sei, não são não muito peritos em contas, mas já agora, queria dizer outra coisa, eu copio muitos modelos, copio muitas coisas noutros sítios, mas copio os bons modelos, eu não tenho que ser atirado para outros, aliás é muito bom dissertar aqui no teórico, se calhar até se pode imputar às autarquias tudo o resto, tal como foi aqui dito, porque é que não é isto, porque é que não há empregos, porque é que não há não sei quantos mais, mas que exemplos? Eu vou só ler, são fontes do Correio da Manhã de ontem, podem ler, então vejam de quem são, o IMI, que o João Paulo pelos vistos não perdeu tempo a fazer contas, é que 1% de desconto no IRS são 20%, eu aproveito para dizer isto, deixei passar de propósito para explicar que é 1% em 5%. são 20%. Espero que percebam isto, não é difícil, reduzir 20% o IRS dos residentes não é coisa de somenos, não se pode dizer que é uma coisa sem importância nenhuma, mas pronto. Também não percebi como é que não se conseguiu fazer esta conta rapidamente, mas também já agora dizer quais são as taxas da aplicação em alguns concelhos que podiam ser para nós referência. Então vejamos: Beja 0.4%; Braga 0.4%; Guimarães 0.375%; Guarda 0.4%; Vila do Conde 0.5%; Santarém 0.5%; Setúbal 0.5% e Viana do Castelo 0.38%. Perceberam donde são estas câmaras? Já agora, daqui: Resende 0.4%; Mangualde 0.4%, são estas as taxas das câmaras, perceberam que são quase todas socialistas, portanto não vale a pena estar aqui a pregar e não sei quê, chamar os municípios vizinhos, não temos, como digo, copiamos os bons exemplos. Já agora também ao Senhor Deputado do Bloco de Esquerda que vem aqui fazer, Salvaterra, que é a única que podia fazer pelouro, ainda por cima é de Magos, Salvaterra de Magos, que é a única Câmara que tem este Partido, 0.35%, estamos combinados, tem a mesma taxa de Viseu,



porque é que não lhe aconselhou a pôr o mínimo? Até porque é fácil, é só uma. Bem prega Frei Tomás, faz o que ele diz, não faças o que ele faz, eu também percebo esta indecisão do Partido Socialista, e o tom como é que muda aqui. De facto, o Partido Socialista tem um problema, muda aqui constantemente de porta-voz, para as finanças tem sempre um porta-voz diferente, ao longo dos anos que eu tenho de autarca, sei lá quantos porta-voz diferentes já conheci do Partido Socialista, de maneira que não acertam a linguagem, e depois também têm uma linguagem diferente dos Vereadores no Executivo, que não é propriamente aquilo que ouvi ali, os Senhores Vereadores fizeram uma, claro que pode ser diferente, aqui também há um pormenor, é que os Vereadores já vão na sexta edição, portanto é muito natural que não tenham a linguagem dos primeiros, daqueles que concorreram e se puseram ao fresco ... Este é o vosso entendimento e a vossa postura em relação aos cidadãos, é esta, portanto é muito natural que haja aqui uma mudança de critérios, uma mudança de linguagem, que para nós é perfeitamente normal. Depois são perguntas, eu gostaria de dizer e gostaria de ser desmentido nisto, há um estudo feito, dum instituição altamente credível, que faz a evolução dos orçamentos, ou melhor, das transferências da Administração Central para os municípios, faz esta evolução, eu gostaria que a comparassem com a evolução do nosso Orçamento, é exactamente a mesma, nós tivemos esse cuidado, de reduzir o nosso Orçamento, quando uns os empolam, de reduzir o nosso Orçamento de acordo com aquilo que são as transferências municipais, nós queremos um orçamento rigoroso, e é por isso que nós não temos o problema que têm algumas câmaras, que os Senhores apontam como exemplo, que têm execuções da taxa de 28% do orçamento, quer dizer que estar a discutir esta discussão, é apenas um quarto da execução, era isso que os Senhores queriam? Eu não copio esses exemplos, não tenho que os copiar, nem sequer acho que sejam bons exemplos para serem copiados. Depois outra coisa que eu acho curiosa, o PS aponta as ideias, nós ridicularizamos, depois vimo-las implementar à pressa, e o PS fica a contemplar, todas as ideias que nós temos são as do PS, nós batemos-lhe e dizemos “não senhor”, e depois vimos implementar as ideias do PS, gostaria de saber que ideias é que são ... É que de facto o PS tem uma vantagem e o mesmo tempo um inconveniente neste concelho, tudo aquilo que aqui há, eu assumo isso por inteiro, não tem nada a ver com o Partido Socialista, para o bem e para o mal não tem nada a ver com o Partido Socialista, não tem nada a ver, nada, e eu tenho este orgulho e também essa responsabilidade, nos últimos vinte e três anos sob a minha responsabilidade os Senhores não têm nada a ver, nunca recebi nenhum contributo do Partido Socialista, também nem têm a ver e nem são os culpados do desenvolvimento do concelho, nem com o seu insucesso. É bom que saibam isto, os Senhores não têm nada a ver com isto, isto é a qualidade de vida dos viseenses, que o PS, a nível partidário, nunca se quis associar, portanto não têm nada a ver, este insucesso ou este sucesso passou-vos completamente ao lado. Depois achei muita graça, essa sim, essa tem cabimento aqui, a citação de Vinicius de Moraes, os Senhores de música vão sabendo, de resto vão podendo fazer essas citações, esta história é a crise internacional. Bem, eu espero que o vosso, nem sei se é presidente ou secretário, que diga isso, eu sei isto, que é a crise internacional, agora que o diga, que é a crise internacional, mas afinal não, é uma linguagem aqui, que é da crise internacional, mas era também essa a linguagem aqui há uns anos, o parisiense também era assim, era a crise internacional, mas é bom manter isso. Os Senhores são peritos em estar com um pé fora e outro dentro, sempre vimos isso, foi assim na troika, isso é muito característico. Depois disse uma coisa que é muito bonito para efeitos do público, ninguém vive de viagens de Funicular, mas vivemos, e de que maneira, do Euro 2004, isso vivemos, vivemos com as festas do Polis, então não vivemos? E de que maneira, à grande e à francesa, isso vivemos, por amor de Deus, os Senhores não têm que nos dar lições nessa matéria. Já agora dizer uma outra coisa, é bom que se compreenda este balanceamento entre o orçamento dos Serviços e o orçamento da Câmara, nós estamos a tratar do orçamento municipal, não estamos a tratar do orçamento da Câmara e do orçamento dos Serviços. É bom que a Câmara tenha esta discricionariedade, esta abertura, esta perspectiva para



saber o que é importante em cada momento para os Serviços e para a Câmara, se o orçamento dos Serviços apanha um incremento enorme, por via dum projecto estruturante que requisitámos, é muito natural que a Câmara faça repercutir a diminuição no orçamento da Câmara, nós estamos a tratar do orçamento municipal, do Orçamento do Município, não é o orçamento de cada um isoladamente. Eu queria dizer que não me revejo nestas questões. Depois vêm duas questões fundamentais, como é que o IMI tendo esta redução depois, dá mais, já foi aqui explicado pelo Doutor José Alberto, bastava referir isso, bastava dizer que podia ter mudado, e é isso que se pretende, a taxa, mas curiosamente não é. Acho piada a esta observação de que os 0.35% têm que ser reportados aos 0.38%. Diz-se que passar de 0.38% para 0.35% diminui 8%, não, nós passámos de 0.5% para 0.35%, era 0.4%, vai ser 0.5% e nós vamos para 0.35%. Vê-se a cautela que tiveram as câmaras do Partido Socialista, as câmaras do Partido Socialista têm aqui 0.5%, Vila do Conde tem aqui 0.5%, e Santarém, então qual é a nossa redução? Quer dizer que os munícipes aqui em Viseu vão pagar menos 30% do que pagam se pagassem o limite máximo, isto não pode ser negado, agora é evidente que até podemos dizer que pagam mais de que quem tenha o limite mínimo, então mas donde é que partimos? Eu penso que tem que haver honestidade e objectividade neste tipo de observações. Depois a mesma questão sobre o IRS, já foi dito, não sei qual é a dificuldade de perceber que o IRS, como disse, são 5% disponíveis para os municípios, se a Câmara reduz dos 5% que tem e reduz 1% para 4%, naturalmente que reduz a cada munícipe 20% no IRS, portanto não é um valor que se possa dizer que é pequeno. Nós não fazemos aqui artifícios, que faz por exemplo uma câmara vossa, que já excedeu os 5% que a Lei das Finanças Locais lhe concede, e depois diz que reduziu o IRS aos munícipes, quem o reduz é o Governo, que também, para meu espanto, esteve calado, podia desmistificar isto, é um facto. Portanto nós não fazemos isso, reduzimos quando achamos que devemos reduzir, como assumimos durante muito tempo que aplicámos as taxas máximas, não vale a pena estar a dar a volta, porque é de facto uma redução efetiva. Sobre a questão que foi aqui colocada pelo Deputado do Bloco de Esquerda, eu não percebi, andou à volta do orçamento, era o Bairro Municipal, perguntou só quanto é que custou o Funicular, nós já dissemos, não é nada que a gente escondesse, é público, mas eu gostaria de fazer um termo de comparação, custou muito menos que uma Pandur, muito menos, custa muito menos por ano a alimentar do que uma Pandur, sabem o que é uma Pandur? É um carro militar que custou um milhão de euros, o nosso Funicular custou metade duma Pandur, as pessoas podem achar que é muito, é pouco, fazem estas comparações, há quem ache que as Pandur deviam-se comprar, em vez das sessenta, uns milhares delas, cada um deve fazer as suas opções. Eu, enquanto autarca, e com responsabilidades a nível nacional, fico muito mais descansado em implementar um funicular, porque a outra responsabilidade não é minha, do que mandar uma embaixada, por exemplo, de militares a Timor, ou para o Afeganistão, não tenho nada contra a sua ida, mas é igualmente do orçamento nacional. Quando vejo alguns, com alguma ligeireza, a fazerem estas comparações, é bom que façam as comparações de tudo, o que é importante em cada momento, nós achámos que era importante um transporte não poluente, portanto penso que ninguém ousaria recusar uma proposta e uma estrutura de custos como aquela que tivemos, quem recebe a percentagem que recebeu, 75% do financiamento, ainda por cima para uma empresa onde só tem responsabilidade de 45%, acho que está por demais evidenciado. Depois, só para completar, há uma coisa que não gostaria de deixar nem de permitir, não sei se estaria na cor certa, foi a sua, dizer-lhe que não estou disponível para depois de vinte e tal anos de Câmara de me sujeitar a isso, e deixo aqui um desafio público, eu quero sair desta Câmara com a coluna vertebral direita, não tenham dúvidas, e ninguém me vai, cuidado com essa associação de negócios especulativos, isso fazem os cobardes dos anónimos que se dedicam aos blogues, esses é que fazem essas insinuações, se quiser fazer alguma insinuação, faça-a directamente, que eu não tenho nenhum “telhado de vidro”, nenhum, ficamos esclarecidos. Quando diz que arranjam os negócios para negócios especulativos, eu digo-lhe,



ponha um bocadinho de travão, nós, a Câmara não fomenta negócios especulativos, a Câmara fomentou e assume a transformação dum bairro, que o Senhor diz que tem agora um grande valor arquitectónico, e mais, que até abusou, pedindo a um organismo público que o transformasse de interesse público, e que nós atalhámos a tempo dizendo a esse organismo que não é a pessoa isoladamente que pede o interesse público, este público é defendido pela Autarquia, que foi livremente eleita, não é por uma pessoa individualmente, nós fizemos isso, assumimos a responsabilidade, mas assumimos também a responsabilidade de o explicar, de transformar um bairro que tem determinado tipo de concepção em propriedade horizontal, porque achamos que é possível alojar muito mais pessoas do que as que lá vivem, é possível, deixando lá a memória, que vamos aproveitar para equipamentos colectivos, isso está previsto. É evidente que eu não tenho nada a ver com a holandesa que mora aqui há vinte e nove anos, que se dedique, e até acho que toca muito bem no seu conjunto, faz muito bem, é uma boa música, mas é outra holandesa? Pronto, então já são muitos holandeses e eles que vão lá para os Países Baixos, têm lá mais a que se dedicar, naturalmente que façam lá estas interpretações, a Câmara não fez nada que não passasse pelo filtro da democracia, da democracia participada, podíamos ter tomado a mesma decisão sem chamar aqui os moradores, tivemos duas ou três reuniões com eles, apresentámos-lhes o projecto exactamente aqui, toda a gente concordou, e depois vem alguém de fora e diz que é um crime de lesa pátria, porque nós não concordamos. Não concordam, paciência, candidatem-se à Câmara, ganham a Câmara e depois mudam, é assim. Nós temos esta responsabilidade e não vamos deixar de a assumir. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Presidente. Tenho na segunda ronda o Senhor Deputado João Paulo, agora tem três minutos. Tem a palavra. -----

-TRINTA E CINCO - O SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO (PS): Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, minhas Senhoras e meus Senhores. O Partido Socialista, Senhor Presidente da Câmara, traz aqui à discussão quem entende que deve trazer, às vezes até discordamos, somos um grupo assim, não somos acéfalos, pensamos cada um com a sua cabeça, e encontramos e concluímos, temos convergências na maior parte dos assuntos. Mas quem esteve aqui consigo a discutir o relatório e a gestão de 2011 fui eu, em Abril, quem está consigo aqui a discutir o orçamento de 2013 sou eu, e tudo leva a crer que, contra alguns que achavam que o Mundo hoje acabava, parece que não acaba, e se Deus nos der saúde, cá estaremos em Abril para discutir o relatório e a gestão de 2012. O Senhor Presidente falou de várias coisas, tenha a certeza do seguinte, com o João Paulo Rebelo nesta Assembleia Municipal, no Partido Socialista, o Senhor Presidente da Câmara tem a vida facilitada, e vou-lhe explicar porquê. Porque o João Paulo Rebelo tem interesse em discutir as coisas com rigor e seriedade, não faço política do “bota abaixo”, não digo mal por dizer, não me custa vir aqui dizer o que está bem feito, já lho disse, Senhor Presidente da Câmara, da mesma maneira lhe digo, olhos nos olhos, pare com a propaganda da excepcional gestão, pare com o rigor, pare com todos esses, sim, basta desses auto elogios, porque o que se trata, Senhor Presidente da Câmara, e não me venha com regras da orçamentação, que se o Senhor estudou Economia, eu estudei Gestão, também sei alguma coisa, e sei o seguinte, e não preciso de saber mais, que o IMI previsto para 2012 era de nove milhões, cento e oitenta mil euros, o IMI previsto para 2013 é de treze milhões, quatrocentos e cinquenta e um mil euros. Quase que dá vontade de rir, dizer que não sabe donde ele vem, claro que sei donde é que vem, o que é um facto é que a Câmara Municipal vai arrecadar mais quatro milhões de euros. E por isso eu sei bem o que é que é a redução de 1% em 5%, é de 20%, são novecentos e sessenta mil euros, nos três milhões, oitocentos e quarenta e sete mil euros que a Câmara Municipal prevê arrecadar, está a devolver novecentos e sessenta mil euros aos viseenses, está por outro lado a ir buscar quatro milhões de euros. Quer que eu lhe diga? Se calhar no seu lugar eu até faria igual, mas então volte, se faz favor, à conversa de imposto máximo para obra



máxima, não queira fazer passar a ideia de que está com reduções de 15%, eu também lhe dei de barato que pode falar sobre isso, o limite máximo é 0.5%, nós aqui cobramos 0.35%, são 30% de redução? Para mim a redução é de 8%, o ano passado pagava 0.38% e agora vou passar a pagar 0.35%. O Senhor quando faz as contas, mas eu até percebo que tenha vontade de o fazer, se a gasolina estivesse a dois euros, eu pago-a a um euro e meio, estou a pagar 25% mais barato, pois, mas a gasolina não está a dois euros, está a perceber Senhor Presidente? Também deixe que lhe diga, diz na sua intervenção, “bom, fazemos umas isenções nos pavilhões desportivos”, o que é isso, Senhor Presidente? Ponha as taxas a mil euros à hora e depois cobre só dez euros, e até vai poder dizer que faz isenções de novecentos e noventa euros por hora, cada vez que eu vou ao pavilhão. Senhor Presidente, eu já lhe disse aqui e assumo perfeitamente isto, e não sinto menos oposição, ou a fazer frete nenhum a dizer-lo aqui nesta Assembleia, a Câmara Municipal tem um trabalho meritório, este Executivo tem um trabalho meritório, há coisas bem feitas em Viseu, e muito bem feitas, somos exemplo para muita câmara deste País, e eu subscrevo isso e assino por baixo, o Senhor Presidente hoje, da parte da manhã, falou-nos da questão dos lixos, eu subscrevo, no seu lugar fazia igual, agora não me tente, por favor, atirar areia para os olhos, vai buscar em orçamento, e atenção, para concluir, já lhe disse isso em Abril, o ano passado cobrou mais dois virgula três milhões de euros de impostos directos e indirectos aos viseenses, e isso está nas contas. Como o Senhor Presidente disse, somos todos inteligentes, sabemos todos mais ou menos as mesmas coisas, portanto vamo-nos tratar, como disse, com honestidade, é sobre isso que eu falo, honestidade e seriedade. A verdade é esta, mais quatro milhões de euros, e o Senhor Presidente até podia ter aqui uma atitude diferente e dizer: “então e não olham para as transferências correntes?” Referiu-o agora, é verdade, tem estado a ser cortado, e todos os anos cada vez mais, mas a única coisa que eu lhe peço é, nós cobramos mas é para fazer, não venha com a conversa do vamos baixar, como se estivesse a fazer uma grande coisa, porque não está a fazer uma grande coisa, está a devolver novecentos e sessenta mil euros em IRS e está arrecadar quatro milhões de euros por outro lado. Muito obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Dou a palavra ao Senhor Deputado Mota Faria. -----

-TRINTA E SEIS - O SENHOR DEPUTADO JOSÉ MANUEL HENRIQUES MOTA DE FARIA (PSD): Senhor Presidente da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Membros da Assembleia. Senhor Presidente, em primeiro lugar gostaria de reconhecer o seu bom senso, mas fundamentalmente a sua sabedoria reservada, muitas vezes em paralelo com alguma ignorância, que é sempre audaz. Por isso, também fiquei aqui à espera, e disse cá para mim, hoje vão elogiar e vão reconhecer a estratégia financeira gestonária adoptada, e também vão reconhecer a sustentabilidade financeira, vão reconhecer aquilo que foi uma gestão financeira sem esbanjamento, sem investimentos com festa, vão de certeza reconhecer-lhe investimentos úteis, vão reconhecer que a Câmara não teve negócios ruins, que não fez PPP's ruins, vão reconhecer de certeza a forma cautelosa, a poupança, a gestão rigorosa, de certeza que iriam reconhecer tudo isso, vão reconhecer certamente como é que é possível conseguir manter o nível de investimento público, dinamizando o investimento privado, de certeza que vão reconhecer também o não aumento das taxas, a diminuição dos impostos, para ajudar nesta época difícil as famílias e as empresas, que só uma gestão que é sólida, uma gestão eficiente e a manutenção dum sustentabilidade duradoura o permite. Por isso, também irão de certeza reconhecer que há outras câmaras que foram obrigadas a aumentar os impostos, por falta de sustentabilidade financeira, por questões de endividamento têm de aumentar os impostos, e que a Câmara de Viseu, ao contrário, diminuiu. De certeza vão reconhecer que outras câmaras suspenderam investimento e que a Câmara de Viseu mantém o seu investimento, mais, incrementa o investimento. Mas não, não sentimos isto, não sentimos que houve reconhecimento a esta Câmara, ao contrário de outras câmaras que se endividaram, por assessorias de comunicação, se endividaram, por publicidade, se



endividaram, por investimentos, com a mania de grandeza, com praias, se endividaram, por festas, por gastos supérfluos, muitas com mordomias, que não queriam reconhecer isso, mas que não reconhecem. Por isso, Senhor Presidente, apenas reconhecer que não estamos perante uma retórica, ou estamos nalguns casos perante uma retórica oca, uma retórica desprovida de ideias e convicções, uma retórica assente em lugares comuns, num certo vocabulário da moda, e com a tal matriz que se pretende de um município, do novo paradigma da gestão municipal, como que se em Viseu esse paradigma não fosse já constatado, porque o Município assumiu aquilo que é urgente para o desenvolvimento económico e social. Que esse exemplo já não é novo, em Viseu já está implementado. Por isso, apenas mais uma vez dizer ao Senhor Presidente, dizer-lhe que mantenha a sua sabedoria reservada, porque a ignorância é sempre audaz. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado. Para uma segunda intervenção o Senhor Deputado Carlos Vieira. -----

-TRINTA E SETE - O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE): Senhor Presidente e restantes membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Público e Comunicação Social presente. Permita que lhe diga, Senhor Presidente, que nunca lhe fiz nem faço nunca, nem ensino a ninguém, não digo nada a coberto do anonimato. Eu fiz-lhe aqui perguntas concretas, de um modo que eu penso que foi claro e conciso, e lamento que não tenha dado nem uma resposta concreta. Perguntei-lhe quanto custa o Funicular, o custo inicial já eu sei, foi meio Pandur, não é isso, quanto custa o Funicular com o funcionamento, pessoal e manutenção, ao erário municipal por ano? É uma missão em Timor meia missão em Timor, peço-lhe que seja claro. Quantos lotes tem o projecto para o Bairro Municipal para habitação não social, lotes para vender? As suas declarações em Ata e outras no mesmo sentido, nos jornais, a mim não me deixam dúvida, mas eu tenho o direito e o dever de lhe pedir esclarecimentos, e o Senhor Presidente tem o dever de mos dar, não tem o direito de ter reacções desproporcionadas e desadequadas à dignidade desta Assembleia. Muito obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Não tenho mais nenhuma questão, o Senhor Deputado Alberto Ascensão tem a palavra. -----

-TRINTA E OITO - O SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DA ASCENÇÃO (PS): Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhora Vereadora, Senhores Vereadores, Senhores Membros da Assembleia, Comunicação Social, minhas Senhoras e meus Senhores. Venho aqui essencialmente para dizer ao Deputado Mota Faria que efectivamente está a falar de coisas que o Deputado João Paulo aqui não disse, esteve desatento, é evidente que já nos habituou a deturpar, a defraudar, aquilo que se disse aqui. O Deputado João Paulo não enalteceu, mas também não disse nada relativamente àquilo que o Senhor aqui veio enumerar, como sendo aquilo que o Deputado João Paulo tinha dito relativamente à Câmara. O Deputado João Paulo falou aqui transversalmente, quando afirmou aquilo que afirmou relativamente à acção desta Câmara, e se o disse estava de facto a reconhecer o mérito a algumas coisas, de grande parte das coisas, mais, disse até que subscrevia algumas coisas concretas que a Câmara nos propôs aqui hoje, do que falou aqui hoje. Eu só queria lamentar, não vou protestar como o Deputado Mota Faria também nos habitua, mas vou lamentar a intervenção que o Deputado Mota Faria aqui teve, relativamente à intervenção que o Deputado João Paulo teve, e que foi de uma honestidade, de uma transparência e duma clareza que não pode dar lugar a confusões, como aquela que o Deputado Mota Faria deixou transparecer na sua intervenção. Muito obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor Deputado Mota Faria, para um protesto. -----

-TINTA E NOVE - O SENHOR DEPUTADO JOSÉ MANUEL HENRIQUES MOTA DE FARIA (PSD): Em relação a esta situação, o que eu disse, mantenho, deturpações faz, e



costuma fazer, das intervenções das outras pessoas, o Senhor Deputado Alberto Ascensão, que agora também vim a saber, é advogado de defesa, mas fica-se a saber, deturpações faz o Senhor Deputado. Em relação a este processo, o que eu disse e mantenho, é que esperava uma coisa, é que fosse reconhecida a estratégia gestonária adoptada e a estabilidade financeira da Câmara, foi só isto. Isso não foi reconhecido. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Esgotámos as intervenções neste Ponto, pergunto ao Senhor Presidente da Câmara se quer responder às questões levantadas, para depois fazermos a votação? -----

-QUARENTA – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhor Presidente, muito rápido, uma boa parte nem são questões, são detalhes, eu não respondo, até como disse é a minha última Assembleia a discutir o orçamento. Senhor Presidente e Senhores Deputados, eu estou a discutir um orçamento que vou executar apenas nove meses, poderia até refugiar-me nisso e fazer um orçamento menos correcto, menos cuidado, mas não sou pessoa para deixar aos outros aquilo que eu tenho que fazer. Já agora dizer-vos o seguinte, as receitas do IMI não são para eu as gerir, gostava também de vos deixar isso, possivelmente outra gente não faria isto, era capaz de ter pouco cuidado com isso, nós estamos a tratar desta questão da fiscalidade com a consciência, neste caso não é convicção, é consciência, de que outros vão gerir as recitas provenientes do IMI. Já agora outra coisa, não queria misturar as situações em que aqui me encontro, nem queria sequer vincular o Senhor Secretário de Estado, também tem outras funções para além destas, mas podemos estar aqui até a discutir uma receita de IMI que depois poderá ser utilizada para outras situações. Só para dizer que estou nisto, agora há uma coisa que eu não entendo, de alguém que domina estas questões da gestão, como é que não percebe que aumentando tanto esta base tributária, porque é que não percebe este aumento, eu fico admirado por não perceber esse aumento. Depois dizer que os viseenses de uma forma global não são aliviados, são com toda a certeza, quem pagava, e sobretudo os jovens, que pagavam importâncias enormes, são aliviados. E para isso, para temos estes montantes maiores, há muita gente que não estava no sistema e que agora está, essa é que é a grande verdade. Por isso é que eu tenho vindo a contrariar esta avaliação extraordinária, é um exercício justo, eu espero é que ele seja feito como deve ser, e aquilo que às vezes somos nós a pensar é que há aqui uma actuação que é menos correcta, isto é, faz-se a avaliação e espera-se que as pessoas reclamem, isso nós estamos contra, já o sentimos também, conhecemos bem o sistema, faz-se a avaliação eventualmente pelo volume e espera-se que depois as pessoas venham reclamar, isso é outra coisa, é justo, sobretudo quem sabe a realidade das aldeias sabe o seguinte, uma boa parte das pessoas, se calhar porventura a dos maiores rendimentos, não pagava o IMI da sua terra, pagava o casal jovem que tinha pedido um empréstimo. Portanto nós somos a favor das avaliações correctamente efectuadas, e temos a convicção de que estes montantes, naturalmente que distribuídos de uma melhor forma, podem propiciar, tal como o fizemos, desalavancagens na taxa do mesmo IMI. Já agora uma outra coisa, eu gostaria de referir isto, não há, não se pode dizer que a Câmara de Viseu não tenha feito um esforço enorme nas outras reduções. Depois ouvi, se puser a taxa não sei de quê, a redução das taxas, ao contrário do que se diz ou do que se possa pensar, não são muito nas piscinas municipais, são mais nas instituições particulares de solidariedade social, não há uma instituição particular de solidariedade social que peça à Câmara a isenção que nós não a reduzamos, pelo menos para 90%, isto é, que não passe de 100% para 10%, e é disso que estamos a falar, são naturalmente dinheiros que também acabam por beneficiar os munícipes deste concelho, e só quisemos dizer isto, só quisemos dizer que para as pessoas do concelho terem consciência de que os benefícios que uma Câmara põe à sua disposição não se limitam apenas à fiscalidade, têm que ser somados se de facto lhe põe os equipamentos colectivos gratuitamente, portanto isso é outra avaliação que procurámos plasmar aqui no documento. Já agora uma outra coisa que eu há bocadinho não disse, e foi por aí que o João Paulo começou, eu percebi que o João Paulo tinha o entendimento de que a minha proposta de orçamento e a minha intervenção inicial



era extremamente pobre, eu verifiquei o adjectivo, mas eu gostava de dizer que tenho muito orgulho nas intervenções que faço na Assembleia Municipal, poderia eventualmente, e vinculam, são escritas, é se calhar um caso raro em termos nacionais, poderia fazer uma listagem, e se calhar era aquilo com que os Senhores ficavam mais satisfeitos, tirava a cópia das Atas das reuniões de Câmara e fazia aqui a Actividade Municipal, Rua não sei quê, Rua não sei quê, e parava, era isso que os Senhores se calhar queriam que fosse, era mais rico, eu não quero, vou continuar até ao fim a fazer este tipo de intervenções, com as quais me responsabilizo e que naturalmente versam um tema das muitas actividades que o Município tem. Já agora deixava aqui um desafio, leiam todas, aliás, um dia destes podem lê-las até condensadamente, leiam todas as intervenções que fiz, nalgumas eu já as corrigiria se calhar, já não penso da mesma maneira, mas leiam todas as minhas intervenções, se há alguma área da Actividade Municipal que ficasse a descoberto, com o vínculo de estarem escritas e em qualquer altura poder ser responsabilizado por elas, apenas dizer isto. Sobre as questões que me foram outra vez colocadas, sobre o Bairro Municipal, tudo isto tem transcrição pública, então alguém me pode vir agora perguntar do Bairro Municipal, quantos é que não sei quê? Agora não sei, faça o favor de fazer um requerimento à Câmara e eu dou-lhe depois essa informação, é obvio que agora não tenho aqui todos os elementos dos bairros que a Câmara faz e de todas as obras que a Câmara faz, com esse pormenor, nem me parece que seja a altura e o momento, discutir o orçamento, que é um programa de intenções para o ano seguinte, que caiba isso, quando muito deve ser discutido na conta de gerência quando ela for apresentada. Só dizer o seguinte, a exigência do POCAL e a obrigação de fazer o cálculo, referindo-se aos últimos vinte e quatro meses, é isso que nós temos de obedecer de forma legal, portanto o resultado dos valores que estão no orçamento obedecem estritamente àquilo que as imposições legais nos obrigam a fazer. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Presidente. Esgotámos o Ponto Dois, vamos então proceder à votação do **“ORÇAMENTO E GRANDES OPCÕES DO PLANO E MAPA DO PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU E DOS SMAS PARA O ANO DE 2013”**. Já pedi aos serviços para contarem, estão quarenta e nove Deputados presentes na sala. *Foi aprovado com quarenta e dois votos a favor, um voto contra e seis abstenções.* Passamos agora ao Ponto Três – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre **“TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM, (TMDP)”**. Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para fazer a apresentação. -----

-QUARENTA E UM – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhor Presidente, esta postura é recorrente, eu sei, conheço os argumentos das críticas contra esta taxa municipal de direitos de passagem, com o impacto que tem no consumidor, mas nós não podíamos permitir, mesmo que desviando o produto desta taxa para outras instituições, não podemos permitir que as empresas que trabalham no subsolo ou no espaço aéreo fiquem isentas desse pagamento. Com frequência, no outro dia vi num programa de televisão um autarca a queixar-se dos impactos negativos que uma empresa operadora no subsolo fazia no mesmo, sem nenhuma contrapartida para a câmara, que depois tem de repor, e é exactamente por isso que nós temos que repor o resultado dessas actuações nem sempre de acordo com aquilo que são os interesses do município, que nós subscrevemos e propusemos esta taxa municipal de direitos de passagem. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Presidente. Dou a palavra ao Senhor Deputado Carlos Vieira para intervir nesta matéria. -----

-QUARENTA E DOIS - O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE): Senhor Presidente e restantes membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Público e Comunicação Social. Eu gostaria de vos apresentar para vossa apreciação uma Moção sobre este problema. Taxa Municipal de Direitos de Passagem. *(O Senhor Presidente da Mesa interrompe: Senhor Deputado, não está na Ordem*



de Trabalhos, moções eram pedidas na Ordem do Dia, neste momento estamos a discutir um Ponto concreto, em que as competências da Assembleia Municipal, ao discutirmos o Ponto concreto, é pronunciar-se sobre a proposta que aqui vem, não há lugar à apresentação de moções). Está certo. Já agora leio o que tenho aqui. Corroborando aquilo que o Senhor Presidente disse, ao abrigo da Lei nº 5/2004, artigo 106º, nº 2, de dez de Fevereiro, os direitos e encargos relativos à implantação, passagem ou atravessamento de sistemas, equipamento e demais recursos das empresas que fornecem redes de serviços de comunicações electrónicas, acessíveis ao público em local fixo dos domínios público e privado municipal, vão dar origem ao estabelecimento de uma taxa municipal de direitos de passagem. Cabe às assembleias municipais autorizarem em cada ano a cobrança desta taxa a qual se traduz na aplicação de 1% sobre cada factura emitida pelas empresas que fornecem os referidos serviços, indirectamente paga pelos clientes. Das alterações ao regime jurídico, e gostaria de referir que a Associação Nacional de Municípios Portugueses, em Fevereiro ultimo, referiu que esta taxa acaba por não propiciar aos municípios uma receita adequada à disponibilização por estes seus bens de domínio público ou privado, pelo que é necessária uma alteração legislativa para resolver as questões complicadas que a mesma comporta. Das alterações ao regime jurídico da taxa municipal de direitos de passagem reivindicadas pela Associação Nacional de Municípios Portugueses constam, e cito: “A responsabilização das empresas pelo pagamento da taxa. Disponibilizar aos municípios a listagem das empresas que estão sujeitas à taxa municipal de direitos de passagem. Estabelecer-se um novo conjunto de contra-ordenações, seja pela não entrega do montante da taxa, seja pelo não cumprimento das obrigações de comunicação e informação”. Acho que esta Assembleia deve manifestar uma oposição à cobrança desta taxa directamente aos consumidores, sublinhando que estes encargos devem ser suportados pelas operadoras de telecomunicações, penso que os municípios devem continuar e reforçar a posição que a Associação Nacional de Municípios Portugueses e as assembleias municipais têm em relação a esta questão. Muito obrigado. --

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Não tenho mais nenhuma inscrição, não se o Senhor Presidente se quer pronunciar? Ah, o Senhor Deputado Pedro Ruas tem a palavra. -----

-QUARENTA E TRÊS - O SENHOR DEPUTADO PEDRO NUNO PEREIRA DE CARVALHO RUAS (PSD): Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Viseu, Exma. Senhora Secretária, Exmo. Senhor Secretário, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Exmos. Senhores Vereadores, Exma. Senhora Vereadora. Era só para fazer uma pergunta muito rápida ao Senhor Presidente da Câmara. É para saber para onde é que esta verba vai ser destinada, relativamente aos direitos de passagem, porque acho que vale a pena sabermos? Era só isso. Muito obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Senhor Presidente da Câmara, não sei se quer responder? -----

-QUARENTA E QUATRO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Claro, com todo o gosto. Nós todos os anos indicamos uma instituição, tem sido habitualmente para os Bombeiros Voluntários, como já teve a nossa ajuda e consideramos substantivo, vai ser para o Cantinho dos Animais Abandonados. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Presidente pelo esclarecimento. Pergunto se alguém se pretende pronunciar? Senhor Deputado João Paulo. -----

-QUARENTA E CINCO - O SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO (PS): Senhor Presidente da Assembleia, digníssima Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhora Vereadora, Senhores Vereadores, minhas Senhoras e meus Senhores. Só para dar um exemplo duma votação em concreto, em que o Partido Socialista não lhe custa reconhecer que, se no passado tomava uma determinada postura relativamente a este ponto, agora não entendemos da mesma forma, porque de facto não está ao alcance desta Assembleia que as grandes empresas façam uma alteração ao que é a postura delas,



nos municípios onde lhes é cobrada a taxa fazem reflectir aos munícipes, onde não é não fazem. Desse ponto de vista, mais a mais, tendo em conta o que o Senhor Deputado Pedro Ruas aqui veio perguntar, nós já sabíamos que esta era uma verba que normalmente era atribuída efectivamente a uma instituição de solidariedade social, em tempos foi também para os Bombeiros Voluntários, o Partido Socialista dará o seu voto favorável a este Ponto. Muito obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado. Não tenho mais nenhuma inscrição, peço só para verificarmos o quórum. Estão quarenta e oito Senhores Deputados inscritos, ou melhor, presentes na sala, vou pôr à votação. Aprovado por unanimidade. Passamos ao Ponto seguinte, que é o Ponto Quatro - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS – LEI Nº 2/2007 DE 15 DE JANEIRO”. Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, está apresentado por natureza. Pergunto se alguém se pretende pronunciar? Senhor Deputado Paulo Pereira tem a palavra. -----

-QUARENTA E SEIS - O SENHOR DEPUTADO PAULO JORGE DE ALMEIDA PEREIRA (PSD): Boa tarde, Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Senhor Presidente do Executivo Camarário, Senhora Vereadora, Senhores Vereadores, Caros Membros Deputados desta Assembleia Municipal, Público presente e Comunicação Social. Independentemente deste tópico que está aqui em discussão ter já sido abordado nos Pontos Um e Dois da Ordem de Trabalhos, uma vez que estava intimamente associado ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano, penso que pela sua pertinência importa também neste momento próprio vir aqui falar especificamente sobre ele. Neste Ponto é-nos apresentada uma proposta de redução de IRS em 20%, já que dos 5% que a Câmara Municipal tem direito, passará a ter apenas 4%, como já foi amplamente discutido e observado. Ou seja, em Viseu todas as taxas municipais vão baixar em 2013, nomeadamente o IRS. Tal como o Presidente do Executivo Camarário já referiu publicamente, a Autarquia vai abdicar de parte da sua receita por três razões principais. A primeira, porque em ocasiões em que foi necessário pedir a participação dos viseenses, eles disponibilizaram-se. Segunda, porque as receitas do concelho continuam asseguradas. Terceira, porque este é o momento em que os viseenses precisam que sejam aliviadas as suas responsabilidades fiscais. Relembre-se que esta, aliás, como já foi devidamente discutido, que esta redução na taxa do IRS foi acompanhada de uma revisão de todas as taxas municipais, inclusivamente aquelas que não são de pagamento corrente, para valores inferiores. Relembre-se que já em Setembro a Autarquia de Viseu implementou a redução em 2013 das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis, o IMI, e da Derrama, com reduções de 30% no caso do IMI, relativamente às taxas máximas em vigor para prédios novos e avaliados, e de 20% no caso da Derrama. Ora, todas estas medidas são um sinal importante para a dinamização da economia local, para o apoio às famílias, às pequenas empresas, e um contributo para a manutenção do emprego e para a atracção de novos investimentos. Na aprovação hoje em Viseu da devolução do IRS aos munícipes tem por objectivo aliviar a carga fiscal a que os viseenses estão sujeitos actualmente, e assim ajudar com mais uma medida nesta altura de crise. Note-se que tal apenas é possível devido ao esforço que o Executivo Camarário, liderado pelo Doutor Fernando Ruas, fez ao longo dos anos, que permite que actualmente o Município tenha as contas equilibradas, apesar dos cortes sucessivos por parte da Administração Central. Desta maneira, Viseu pode estar em contra ciclo, Viseu não necessita agora de cobrar taxas em impostos máximos, e pode utilizar a fiscalidade como medida de planeamento. O facto do concelho de Viseu ter as contas em dia possibilita esta diminuição de impostos e permite ajudar as famílias quando elas mais necessitam, todas estas medidas assumem uma especial importância numa altura em que o País atravessa uma grave crise económica e social, e apenas são possíveis devido a uma gestão equilibrada e ao rigor financeiro seguidos pelo Município de Viseu nos últimos anos. Para isso contribuíram vários aspectos: controlo da despesa, a boa utilização dos fundos



comunitários, a capacidade de gestão e a audácia do actual Executivo Municipal, bem como os investimentos em curso. Tal estratégia permitirá, nesta altura difícil, como aliás já disse, aliviar os impostos municipais das pessoas, das famílias, e das empresas que têm cooperado no desenvolvimento sustentado do concelho de Viseu. Tendo assistido a toda a discussão que teve lugar até este momento relativamente à questão dos impostos e da sua diminuição para o ano de 2013 no Município de Viseu, toda esta discussão faz-me lembrar a fábula da cigarra e da formiga. Ora, a Câmara Municipal de Viseu podia ter feito como a cigarra, nos últimos anos podia ter tido em conta várias sugestões que vieram por parte da oposição, podia ter diminuído todos estes impostos já previamente, mas não, a Câmara Municipal de Viseu trabalhou como a formiga, trabalhou de uma forma sustentada, de uma forma equilibrada, quando teve possibilidades de o fazer realmente fez as suas receitas, e neste momento tem a possibilidade de realmente propor uma diminuição destes impostos, se tivesse feito como a cigarra se calhar não podia fazer neste momento esta proposta de diminuição. Saliente-se ainda também o facto de que esta redução no valor do IRS a receber pela Câmara Municipal é uma medida que é implementada por um escasso número de concelhos em todo o País, o que denota, e salienta, a forma diferente como este Município se posiciona, dando seguimento a uma política de acção social de proximidade e de qualidade, ajudando assim a diminuir as dificuldades financeiras das famílias. Muito obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Pergunto se mais algum dos Senhores Deputados ou das Senhoras Deputadas se quer inscrever? O Senhor Deputado João Paulo. -----

-QUARENTA E SETE - O SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO (PS): Senhor Presidente, dispense-me dos cumprimentos, até porque é muito rápido. Já se abordou de facto este tema aquando da discussão da Actividade Municipal. Para que não fique nenhum mal entendido, ou que se crie qualquer equivoco, o Partido Socialista vai naturalmente votar a favor esta proposta. Votar contra a proposta até poderia ser entendido lá fora, pelos viseenses, que estávamos contra a devolução duma parte, de 1% do IRS deles, de 20% no que toca à Câmara Municipal, mas também convém passar por uma questão, mais uma vez, da responsabilidade e da honestidade, porque se não, cria-se uma ideia lá fora, às pessoas, de que para o ano dá-se a impressão de que não se vai pagar nada, e como eu já disse, em Abril a surpresa virá, já o Ministro Morais Sarmiento disse também a mesma coisa, portanto de facto a surpresa virá, as pessoas irão perceber que efectivamente vão pagar mais. Votamos favoravelmente, reconhecemos que a Câmara ao tomar esta medida poderia ir mais longe, continuamos a dizer-lo, dão novecentos e sessenta mil euros, arrecadam quatro milhões de euros, mas efectivamente é um caminho, há municípios no País que fazem mais, e que têm uma gestão prudente e cautelosa também, há inclusivamente municípios que vão mesmo à redução de 5%. Nada disto do que eu acabei de dizer põe em causa o que nós sempre fomos dizendo na Assembleia Municipal relativamente à gestão da Câmara, que é efectivamente uma gestão com as suas cautelas, com o seu rigor, só não é, digamos, genial, do ponto de vista de fazer omeletas sem ovos, não, os ovos são todos os anos dos viseenses que todos os dias vão dando à Câmara Municipal. Muito obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Não tenho mais nenhuma inscrição, pergunto se o Senhor Presidente da Câmara quer responder ou fazer algum comentário? -----

-QUARENTA E OITO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhor Presidente, só dar um número e mais nada. Eu percebo esta necessidade de fazer a distinção entre o 1% e o 20%, só que a Câmara só pode pôr o que tem à sua disposição, não manda no resto, se não também tinha obrigado o governo anterior a este a baixar o IRS, mas nós não mandamos, mandamos no nosso caso, e eu gostaria que tivessem consciência de que este 1%, ou melhor, um ponto nos cinco pontos, que correspondem a 20%, são setecentos e tal mil euros que a Câmara devolve aos munícipes, quase um milhão de euros que a Câmara



devolve aos munícipes, aos que pagam IRS, naturalmente. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Presidente por este esclarecimento. Vou então pôr à votação o Ponto Quatro - **PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS – LEI Nº 2/2007 DE 15 DE JANEIRO.** Temos quarenta e oito Deputados na sala. **Aprovado com uma abstenção e quarenta e sete votos a favor.** Passamos agora ao Ponto Cinco - **Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “PLANO DE PORMENOR DA ENVOLVENTE URBANA DO RIO PAVIA”.** Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

-QUARENTA E NOVE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhor Presidente, permita-me, não vou voltar ao Ponto anterior, mas fazer uma solicitação ao Deputado Carlos Vieira, se por acaso quiser, não sei se é possível nós tributarmos o IRS de acordo com a sua abstenção à taxa anterior, era apenas para me rir com ele, já que não está de acordo com esta redução, e como é perfeitamente identificável, nós podíamos fazer-lhe esse jeito. Voltando à Ordem de Trabalhos, Senhor Presidente, e ao Ponto que está em causa, sobre o Plano de Pormenor do Rio Pavia, só para dizer que, de acordo com o Regime Jurídico, nós somos obrigados a trazer à Assembleia Municipal as reclamações que foram consideradas pertinentes pelos técnicos da Câmara, naturalmente que foram aprovadas e agora vêm aqui para seguir o seu processo. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Presidente. Pergunto se alguém se quer pronunciar? Vamos passar então à votação. **Aprovado com quarenta e seis votos a favor e uma abstenção.** Faça o favor Senhor Deputado, tem a palavra. -----

-CINQUENTA - O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE): Já que o Senhor Presidente também fez um retrocesso, deixe-me dizer-lhe que eu há bocado expliquei, por isso é que não falei, porque relativamente à questão anterior, acaba por ser uma injustiça fiscal, porque para mim e para a maioria dos munícipes é completamente insignificante. Já faria mais sentido, se o Senhor quisesse fazer justiça fiscal, fazer como o seu colega da Câmara de Caldas da Rainha, e pôr o IMI na taxa mínima, mas pronto. Relativamente a esta questão, eu absteve-me pelo seguinte, porque isto não nos foi entregue atempadamente, alguém se esqueceu de nos dizer que estava esta documentação à disposição, e depois porque de facto não deu tempo para ver, há aqui um munícipe que se queixa de não ter sido, numa carta que mandou ao Senhor Presidente, não ter sido fornecida a totalidade dos elementos referidos no processo, enumera uma série de ocorrências que, diz ele, não podem ser casuais, e denunciam que a alteração em curso não decorre com a transparência que a Lei exige, portanto há aqui problemas que requeriam uma análise, enfim, com algum cuidado, portanto não posso de maneira nenhuma votar a favor duma coisa que não tive tempo para analisar. Obrigado. -

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Deixem-me só esclarecer o seguinte, nós adoptámos um procedimento, até para poupar papel, do ponto de vista da impressão, e porque temos que acompanhar também as novas tecnologias, e traduz-se na maior facilidade, hoje toda a documentação é colocada no site da Autarquia, onde toda a gente tem acesso, obviamente que nesta situação de plantas, o que se faz, até também por uma questão de economia de meios, não vamos estar a fotocopiar plantas dessas para todos os Senhores Deputados, colocamos à disposição de cada grupo parlamentar um conjunto. Obviamente que se algum dos Senhores Deputados, em algum momento o requerer, obviamente que tem o legítimo direito a ter acesso, portanto Senhor Deputado, esse argumento, do ponto de vista do funcionamento da Assembleia, não o aceito. Dou a palavra ao Senhor Deputado João Paulo. -----

-CINQUENTA E UM - O SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO (PS): Senhor Presidente, relativamente a este Ponto, ao Partido Socialista, só hoje de manhã é que foi entregue também esta documentação, mas repare, acho que o dossiê, deveria ter sido dado pelo menos um alerta aos líderes dos grupos parlamentares a dizer que há um dossiê, portanto façam o favor de levantar, é um por bancada, porque



estava, e para esta assembleia, toda a informação, como sempre, disponível no site online, efectivamente não contámos com isto, mas os Vereadores do Partido Socialista já se pronunciaram na Câmara Municipal, por uma questão, digamos, de bom rigor votámos com eles, na medida em que não tivemos conhecimento da informação. Já agora aproveito esta minha intervenção, até porque hoje não falarei mais, relativamente aos números anteriores, eu há pouco referi aqui que a Câmara dá novecentos e sessenta mil euros, ou devolve novecentos e sessenta mil euros aos viseenses, o Senhor Presidente diz setecentos e qualquer coisa mil euros. Talvez estejamos nós a fazer qualquer coisa mal, mas o que nós lemos no orçamento, e entendemos nós, serem quatro quintos do todo, e portanto não podemos chegar ao valor que está aqui, de três milhões, oitocentos e quarenta e sete mil euros, e fazer 20% disto, porque é diferente. Eu acho que nós estamos até a beneficiar a Câmara ao dizer que são novecentos e sessenta mil euros que devolvem aos viseenses. Muito obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Senhores Deputados, com todas estas várias intervenções pode não ficar claro que Ponto é que estamos a debater, estamos neste momento no Ponto Seis – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre **“REGULAMENTO TABELAS, TAXAS, LICENÇAS E OUTRAS RECEITAS DO MUNICIPIO DE VISEU”**. É aí que estamos, perguntava ao Senhor Presidente se quer intervir? -----

-CINQUENTA E DOIS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Muito obrigado, Senhor Presidente. Não quero lançar nenhuma confusão, mas queria dizer que em relação ao Plano de Pormenor, ele esteve em inquérito público. Já agora também não lançando nenhuma confusão, foi o Senhor Deputado Carlos Vieira que recuou um pouco na Ordem de Trabalhos, eu sei que prefere, espero que não faça outra ligação, prefere aquilo que vem das Caldas, prefere as deliberações da Câmara das Caldas, eu peço desculpa, não há aqui nenhuma ligação, nada disso, porque é que não falou outra vez em Salvaterra de Magos, que é relativamente perto? Porque é que insiste com as Caldas? Podia apenas ter sido numa outra terra, mas porque é que insiste em dar o exemplo da taxa mínima, quando tem uma câmara ao lado que também reduziu? Portanto dava o exemplo de Salvaterra de Magos, essa atracção pelas Caldas deve ter alguma explicação. Senhor Presidente, eu estava a dizer que em relação ao Plano de Pormenor, esteve em inquérito público, portanto também não há nenhum desconhecimento, embora, possivelmente o que chegou aqui, só uma outra explicação que me parece importante, embora este Ponto já esteja ultrapassado. A Câmara, está ali bem escrito, atendeu as reclamações, portanto os técnicos, de acordo com as reclamações que foram propostas pelos interessados, foram todas atendidas, e por isso a Câmara prosseguiu com o Plano de Pormenor. Voltando agora e ajustando o Ponto adequado, sobre as taxas, o que nós viemos pedir é que a Assembleia nos dê autorização para no Regulamento actualizar as taxas de acordo com a inflação, que não o faça agora, ou melhor, que nos permita que não cumpramos o Regulamento neste momento particular, para não aumentarmos as taxas. Porque se não, elas aumentavam automaticamente, penso que está tudo percebido, se nós não trouxéssemos o assunto, por autorização já concedida pela Assembleia, as taxas eram obrigatoriamente aumentadas de acordo com a taxa de inflação. O que nós vimos dizer é que cabe à Assembleia dar-nos autorização para não aumentar as taxas. Penso que ficou tudo clarificado, é ao fim e ao cabo, e eu disse isso na minha intervenção, uma redução que também fazemos no âmbito da fiscalidade. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Presidente. Pergunto se alguém se quer pronunciar sobre este Ponto? Senhor Deputado Pedro Ruas tem a palavra. -----

-CINQUENTA E TRÊS - O SENHOR DEPUTADO PEDRO NUNO PEREIRA DE CARVALHO RUAS (PSD): Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Viseu, Exmos. Senhores Secretários, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Exmos. Senhores Vereadores, Exma. Senhora Vereadora, Exmos. Deputados Municipais,



Concidadãos aqui presentes. Acerca de uma ano e meio atrás Portugal foi confrontado com uma intervenção externa de auxílio financeiro, sob pena da ruptura financeira. Para se aferir da gravidade da situação basta atentar-se ao facto do Estado Português, na altura, estar a escassos meses de não poder cumprir as suas obrigações com os fornecedores, trabalhadores da função pública e pensionistas. Na referida altura, o grupo parlamentar do PSD Viseu teve a oportunidade de afirmar que nenhum viseense iria ficar para trás, apesar da crise económico financeira. Afirmámos pois que iríamos estar todos juntos, lado a lado, partilhar esforços para atenuar as consequências junto dos mais desfavorecidos. Dito isto, através da presente proposta da Câmara Municipal de Viseu, o Executivo com actos concretos vem precisamente propor a não actualização do Regulamento de Tabela e Taxas, Licenças e outras receitas do Município de Viseu de acordo com a taxa de inflação, desta forma não contribuindo para o aumento das dificuldades dos sobrecarregados contribuintes. Como sabem, e o Senhor Presidente teve a oportunidade de referir isso, face ao Regulamento em causa a actualização seria automática com a taxa de inflação, razão pela qual a proposta vem a esta Assembleia. Trata-se pois de um esforço por parte do Executivo Municipal, que só é possível porque mesmo em tempos de vacas gordas a gestão efectuada assentou no rigor e na gestão criteriosa dos recursos, o que julgo ser reconhecido um pouco por todos. Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exmo. Senhor Presidente da Câmara, Exmos. Senhores Deputados. Valeu a pena fazer um trabalho de formiguinha, apesar do apelo do canto das cigarras. Por outro lado, como tivemos oportunidade de ouvir anteriormente, esta é mais uma medida de um pacote mais amplo que deve ser vista em conjunto com a descida do IRS, do IMI e da Derrama. Trata-se de um verdadeiro choque fiscal, que contrasta com a realidade da esmagadora maioria dos municípios, que procuram aumentar as receitas, face aos desequilíbrios financeiros. Com estas reduções a Câmara de Viseu dá o contributo decisivo na ajuda às famílias, às empresas, procurando através das saudáveis contas públicas atenuar o esforço das sobrecarregadas famílias e empresas, e até mesmo estimular a actividade económica, procurando assim libertar recursos para as empresas e para as famílias viseenses. Queria só deixar aqui uma pequena nota, porque tenho ouvido falar muito de rigor, eu quando entrei pela primeira vez, e enquanto membro desta Assembleia Municipal, eu ouvia aqui falar muito do exemplo da autarquia de Aveiro, vinha muitas vezes aqui à baila o tema de Aveiro, curiosamente nunca mais ouvi falar da gestão criteriosa de Aveiro, se calhar é porque existem cento e sessenta e dois milhões de razões para não se falar no assunto, que é a dívida que a autarquia tem neste momento. De resto, queria desejar a todos e a todas um excelente Natal e um prospero Ano Novo. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Não tenho mais ninguém inscrito, não sei se o Senhor Presidente da Câmara quer dizer mais alguma coisa nesta matéria? Vamos passar então à votação, estão quarenta e quatro Deputados na sala. Aprovado por unanimidade. Passamos agora ao Ponto Sete – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “HABISOLVIS E.M. EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO SOCIAL DE VISEU: REGULAMENTO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO SOCIAL”. Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. Está apresentado, Senhora Deputada Sofia Pires tem a palavra. -----

-CINQUENTA E QUATRO - A SENHORA DEPUTADA SOFIA MARGARIDA G. DE CAMPOS SALVADO PIRES (PSD): Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Comunicação Social e restante Público. Queria começar por dar um esclarecimento adicional, sou portuguesa, há dezanove anos que vivo aqui em Viseu, todos os meus filhos cá nasceram, e sou testemunha exactamente de tudo aquilo que vou falar. A Habisolvis foi criada em 2004 e tem como objecto social principal a gestão social, patrimonial, e financeira da habitação social, património do Município de Viseu, e a gestão de programas habitacionais para recuperação de habitações degradadas,



pertencentes a agregados familiares carenciados, de âmbito nacional e municipal, nomeadamente o PROHABITA, o SOLARH, o RECRIPH, o RECRRIA e o PROHABIT. Saliente-se que o trabalho desenvolvido pela Habisolvis é assegurado por um quadro de pessoal composto por apenas quatro Técnicos (dois Técnicos superiores e dois Técnicos Administrativos), e que os membros do Conselho de Administração, Presidente e Administrador, não têm funções executivas, não auferindo qualquer remuneração, e que o capital social da empresa, desde 2004 até agora, mais que triplicou. Dos programas referidos salientamos: o PROHABITA (Programa de Financiamento para Acesso à Habitação), que resulta da parceria entre os municípios e o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, e visa a resolução de situações de grave carência habitacional de agregados familiares residentes no território nacional. Dos projectos executados em Viseu, no âmbito deste programa, na reabilitação dos bairros sociais do Município, nos espaços privativos dos fogos habitacionais, nos espaços comuns, exteriores e envolventes dos empreendimentos de habitação social, houve um investimento de um milhão de euros, sendo setecentos mil de capitais próprios e trezentos mil a fundo perdido, investimento este realizado no Bairro de Paradinha, na Balsa e no Bairro 1º de Maio. Em relação aos projectos em execução, salientamos o investimento de três milhões de euros, sendo um milhão e oitocentos mil de capitais próprios, e um milhão e duzentos mil a fundo perdido, que estão a ser aplicados no Bairro Municipal com a construção do “Edifício de Habitação Social” com cinquenta e seis fogos. De ressaltar que serão mantidas onze casas para memória histórica do bairro, que depois de reabilitadas servirão para a instalação de associações, ateliers, serviços sociais e outros, e ainda uma das casas que já foi reabilitada servirá de sede à iniciativa “Escolhas Acertadas”, a desenvolver pela Cáritas Diocesana de Viseu, no âmbito do Programa Escolhas. Outro dos projectos em execução é a aquisição e reabilitação de edifícios degradados no centro histórico da cidade, com dezoito fogos de habitação social, tendo um investimento global de dois milhões de euros. O PROHABIT (Programa de Recuperação de Habitações) é um programa de âmbito municipal, promovido pela Câmara Municipal de Viseu e concretizado pela Habisolvis, sendo único a nível nacional e existe desde 2003, tendo como principais objectivos: Ajudar os munícipes mais carenciados; Combater as situações de maior precariedade habitacional; Promover a reabilitação do edificado. De 2003 a 2012 a ajuda disponibilizada pelo Prohabit beneficiou um total de aproximadamente novecentas famílias, e o somatório das participações atingiu um montante de cerca de três milhões e trezentos mil euros. Penso que foi ao abrigo deste programa que houve uma intervenção até na Junta de Freguesia a que eu pertença, na casa de uma família carenciada em Fragosela. O Projecto Solidário é um programa promovido conjuntamente pela Câmara Municipal de Viseu e a Habisolvis de ajuda a famílias carenciadas do concelho que, habitando em edifícios degradados, pretendam proceder à sua reconstrução, e que para isso necessitem de um projecto devidamente instruído. Neste sentido, existe a colaboração entre o Município e projectistas que “apadrinham” uma família carenciada do concelho e oferecem gratuitamente um projecto de reconstrução da habitação. O Viseu Solidário consiste num apoio social a pessoas ou agregados familiares em situação de carência, residentes no concelho de Viseu, concretizado através de várias medidas, das quais ressaltamos: Reconstrução e beneficiação de habitações e criação de acessibilidades; Apoio alimentar pontual; Apoio complementar a despesas extraordinárias de saúde; Apoio a pessoas em situação de exclusão social: Apoio a pessoas portadoras de deficiência. O SOLARH (Apoio Financeiro para Obras em Habitação Permanente) é um programa que consiste num empréstimo sem juros a conceder a famílias carenciadas que pretendam realizar obras de reabilitação nas suas habitações. É muito importante salientarmos que a compatibilização e complementaridade destes programas, bem como o incentivo aos investimento privado das próprias famílias, para além de promover a reabilitação do edificado e garantir uma melhoria significativa das condições de habitabilidade das famílias mais carenciadas do concelho de Viseu, significa anualmente uma injeção de aproximadamente um milhão e



duzentos mil euros na economia local, contribuindo desta forma para manter em actividade vários empreiteiros, promove a compra e venda de materiais, a execução permite o emprego de munícipes, além da receita gerada por via dos impostos. De tudo o que foi dito atrás, e contrariando muito do que é afirmado nos órgãos de comunicação social sobre as Empresas Municipais, o Município de Viseu deverá continuar a desenvolver a sua intervenção ao nível da habitação, contribuindo significativamente para um concelho mais homogéneo, solidário e inclusivo, onde todos sem excepção possam viver e gostar de viver, em Viseu. Obrigada. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhora Deputada. Obviamente que, eu esqueci-me de referir que estamos a discutir o Ponto Sete e penso que como o Ponto Oito também tem directamente a ver, embora seja parte dos Compromissos Plurianuais, obviamente que depois podemos fazer as votações. Pergunto se há mais alguma das Senhoras ou dos Senhores Deputados que se queiram pronunciar sobre esta matéria? Muito bem, então vamos já votar o Ponto Sete. *Aprovado por unanimidade.* No Ponto Oito pergunto se o Senhor Presidente da Câmara quer acrescentar alguma coisa? Muito bem, pergunto se alguma das Senhoras ou dos Senhores Deputados se querem pronunciar sobre a Lei do Compromissos? Não tenho nenhuma inscrição, vamos então fazer três votações seguidas. O Ponto Oito, que é a parte dos Compromissos Plurianuais da Habisolvís. *Aprovado por unanimidade.* O ponto Nove, a mesma coisa, mas em relação à Câmara Municipal. *Aprovado por unanimidade.* O Ponto Dez, o mesmo em relação aos Serviços Municipalizados. *Aprovado por unanimidade.* O Ponto Onze - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre **“ADEQUAÇÃO DAS ESTRUTURAS ORGÂNICAS DA CMV E DOS SMAS À LEI Nº 49/2012 DE 29 DE AGOSTO E À LEI Nº 50/2012 DE 31 DE AGOSTO”**. Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar o Ponto Onze. -----

-CINQUENTA E CINCO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Muito obrigado, Senhor Presidente. Este trabalho é um trabalho feito no pelouro dos Recursos Humanos, pelo Vereador Doutor Hermínio, que está aqui connosco, e é uma implicação legal, adequar a estrutura da Câmara e dos Serviços de acordo com a Lei 49/2012. Tem aqui uma adequação, penso que poderão verificar, isto é extremamente importante, esta estrutura é aquilo que a Câmara considera o mais adequado ao seu funcionamento, tem pequenas diferenças da estrutura orgânica actual, mas define perfeitamente, em relação às estruturas, a competência funcional de cada uma das divisões e dos serviços orgânicos, etc., têm aqui tudo perfeitamente descrito, se quiserem colocar alguma questão sobre a mesma tenho todo o gosto em responder. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Presidente. Pergunto se alguma das Senhoras ou dos Senhores Deputados se quer pronunciar sobre este Ponto? Não tenho nenhum pedido, vamos passar à votação. *Aprovado por unanimidade.* Passamos ao Ponto Doze - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre **“SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, SANEAMENTO E PISCINAS DE VISEU – ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO SERVIÇO DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DO CONCELHO DE VISEU PARA 2013 – ETAR DE VISEU SUL”**. Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para fazer a apresentação. -----

-CINQUENTA E SEIS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhor Presidente, para cumprir aquilo que conhece melhor do que nós, uma implicação do POVT, ainda do tempo anterior, portanto o acesso a este fundo implica a necessidade de adequar e de actualizar a taxa respectiva, é a tarifa do saneamento, mas é decorrente da Lei, traduz-se no aumento de oito cêntimos por metro cúbico, mas é uma implicação sem a qual não tínhamos acesso ao programa para apoio à ETAR Viseu Sul. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Presidente. Pergunto se mais alguém se quer pronunciar? O Senhor Deputado Fernando Carlos tem a palavra. -----



-CINQUENTA E SETE - O SENHOR DEPUTADO FERNANDO ANTÓNIO ALMEIDA CARLOS (PSD): Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhora Vereadora, Senhores Vereadores, Caros Deputados da Assembleia Municipal. Eu antes de intervir directamente no assunto, gostaria de fazer um pequeno parêntese, se o Senhor Presidente da Assembleia me permite, em relação à escola de Vildemoinhos. A escola de Vildemoinhos é uma escola que está inserida num agrupamento, e o agrupamento tem diversos órgãos onde os Pais e os encarregados de educação se podem dirigir. Este agrupamento chama-se Agrupamento Doutor João de Barros, não, mas fez parte do Agrupamento João de Barros, e nós sabemos que o director deste agrupamento é precisamente um Vereador do Partido Socialista na Câmara Municipal de Viseu. *(O Senhor Presidente da Mesa interrompe: Senhor Deputado, já ultrapassámos esse Ponto, peço-lhe imensa desculpa, mas já perdeu a oportunidade de falar sobre isso).* Bem mas é só para um esclarecimento, e para perguntar ao Senhor Presidente da Câmara se algum dia levantou este problema nalguma sessão da Câmara? Muito obrigado e desculpe. O momento que vivemos é de grande dificuldade económica e financeira que se repercute na vida de todos. Para contrariar esta crise o Município de Viseu procura encontrar soluções para o dia-a-dia dos viseenses, optando por políticas sociais que visam minimizar as dificuldades, principalmente dos mais carenciados. Este foi sempre o lema do nosso Presidente da Câmara, servir os outros e o seu concelho. As alterações do tarifário de utilização do serviço de saneamento decorrem duma exigência do QREN, com vista à aprovação da candidatura da ETAR de Viseu Sul - Emissários, cujo investimento total ronda os quarenta milhões de euros, posicionando esta obra como o maior investimento feito pelo Município de Viseu. É público que a obra de acesso à ETAR Viseu Sul já está a decorrer e os contratos das empreitadas já foram celebrados, o emissário da ETAR de Viseu/Teivas até à ETAR Viseu Sul, o emissário da ETAR S. Salvador até à ETAR Viseu Sul, aguarda-se apenas o visto do Tribunal de Contas para se iniciarem as obras. Este aumento gradual da tarifa de utilização do serviço e saneamento entre 2010 e 2013, que se vai cifrar em cinquenta e quatro centimos por metro cúbico, para clientes domésticos, é ainda assim muito inferior à tarifa média de referência de um vírgula zero e oito centimos, definido no Despacho nº 5/2009 do Ministério do Ambiente para o Município de Viseu. Esta significativa redução reflecte uma elevada eficiência dos Serviços e do controle de custos. Todos sabemos que os elevados custos do investimento nestas infra-estruturas têm de ser parcialmente suportados pelo Município, este aumento de doze centimos por metro cúbico será associado a uma redução de taxa de recursos hídricos de quatro centimos por metro cúbico, pelo que o aumento real será de zero vírgula oito euros por metro cúbico. Não quero deixar de referir que se mantém inalterado o tarifário referente do consumo de água. Em relação à tarifa de água é de salientar o tarifário praticado no concelho de Viseu. A Câmara Municipal de Viseu concede às famílias numerosas, casais com três ou mais filhos, reduções muito significativas nos valores das tarifas de água, nomeadamente em escalões. O primeiro escalão tem uma redução de 50%, o segundo escalão de 30% e o terceiro escalão de 20%, para as famílias carenciadas há também uma redução no preço dos ramais de água e saneamento. Em conclusão, a maioria dos consumidores domésticos pagará mais quarenta centimos por metro cúbico, por mês. Gostaria ainda, e faço-o duma forma bastante efusiva, de salientar o trabalho desenvolvido pelos Serviços Municipalizados de Viseu, SMAS, em articulação com a Câmara, na construção das infra-estruturas de água, saneamento essenciais para o bom desenvolvimento do concelho e da melhoria da qualidade de vida das populações que servem, Viseu continuará com uma factura de água das mais moderadas de todas as Capitais de Distrito. Termino, desejando um Feliz Natal e que o 2013 não seja de azar, mas de esperança para todos. Boas Festas. ---

----MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Antes de pôr à votação, queria perguntar se o Senhor Presidente quer dizer mais alguma coisa? Tinha só uma informação que era para ter dado e que me esqueci, desde o meio-dia



que já está no email dos Senhores Deputados a informação toda referente à Proposta de Lei nº 104/2012, portanto já todos têm acesso a essa informação, para depois termos a tal reunião com os líderes municipais. Vou então pôr à votação o Ponto Doze. Aprovado por unanimidade. Ponto Treze - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “ESTATUTO DO PESSOAL DIRIGENTE – DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO – LEI Nº 49/2012 DE 29 DE AGOSTO - CÂMARA MUNICIPAL E SMAS”. Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar. -----

- CINQUENTA E OITO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhor Presidente, trata-se de um problema das despesas de representação das chefias, que foi interrompido em Agosto salvo erro, Setembro, a agora para ser aprovado carece da aprovação da Assembleia Municipal. Gostaria de dizer que se trata apenas das despesas de representação para as chefias, direcções de serviços. Como sabem, temos apenas três direcções de serviços, duas na Câmara e uma nos Serviços Municipalizados, e depois para as chefias de divisão. Como digo, estas despesas de representação foram durante muito tempo automáticas, a partir de Setembro foram interrompidas, agora carecem, segundo a legislação, de autorização da Assembleia Municipal, portanto é isso que trazemos aqui com proposta positiva por parte da Câmara. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Presidente. Pergunto se mais alguma das Senhoras ou dos Senhores Deputados se quer pronunciar? Não tenho nenhum pedido, vou pôr à votação. Aprovado por unanimidade. Passamos ao Ponto Catorze - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “DESAFETAÇÃO DE BENS DO DOMÍNIO PÚBLICO – PARCELA SITUADA NA E.N. 16 – PASCOAL, FREGUESIA DE ABRAVESES”. Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. Está apresentada por natureza. Pergunto se alguém se quer pronunciar? Não tenho nenhum pedido nesse sentido, vou pôr à votação. Aprovado por unanimidade. Entramos no Ponto Quinze, que foi aquele Ponto que acrescentámos: “AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA 2013 DA CÂMARA MUNICIPAL E DOS SERIÇOS MUNICIPALIZADOS”. Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar. -----

-CINQUENTA E NOVE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhor Presidente, temos que cumprir com esta obrigatoriedade da Lei dos Compromissos e sujeitar à Assembleia Municipal, é, digamos, uma implicação legal que temos que fazer frequentemente, sempre que houver assembleias municipais. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Presidente. Pergunto se alguma das Senhoras ou dos Senhores Deputados se quer pronunciar sobre este Ponto Quinze? Vou pôr à votação. Aprovado por unanimidade. Da parte do Público não tenho ninguém inscrito, queria antes de terminar a Assembleia Municipal, e visto que alguns dos Senhores Deputados não irão à nossa Ceia, a convite do Senhor Presidente da Câmara, que se realiza, segundo sabem, às vinte horas no Restaurante Santa Luzia, àqueles que não forem desejar-lhes um Feliz Natal e um bom ano de 2013. Dava por encerrada a nossa reunião, muito obrigado pela vossa colaboração.-----

DISCURSO DO SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONCALVES DA ASCENÇÃO (PS) NA SESSÃO DO 25 DE ABRIL DE 2011,QUE SE REALIZOU A 5 DE JUNHO EM VILA CHÃ DE SÁ E QUE NA RESPETIVA ATA ,NÃO FOI COLOCADO CONVENIENTEMENTE: Exmº. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Viseu Presidente da Câmara Municipal ,Presidente da Junta de Freguesia de Vila Chã de Sá, Comandante do RI 14,Presidente da Liga dos Combatentes, demais Individualidades Presentes e Convidados, Membros da Assembleia Municipal, Senhoras e Senhores Membros da Comunicação Social.-----

-Os 37 anos de democracia em Portugal, que hoje celebramos, encerram no seu seio 35 anos de Poder Local que se completarão no próximo dia 12 de Dezembro dia em que, no ano de 1976, se realizaram as primeiras eleições autárquicas. O Movimento dos Capitães de Abril, cujo primeiro ato visível ocorreu em Março de 1974, com o



levantamento do Quartel das Caldas da Rainha, tendo o seu epílogo em 25 de Abril daquele ano, mantém vivos na memória de quem se tem proposto ajudar o país na caminhada da consolidação da democracia e dos demais valores que ela encerra, os objetivos então traçados – Democratizar, Descolonizar e Desenvolver. Viseu, com o contributo do RI 14 e dos seus homens, também contribuiu ativamente para que o 25 de Abril fosse possível, avançando para Lisboa com uma coluna militar auto transportada sob o comando do então Capitão e atualmente Coronel Arnaldo Costeira. Aproveito para desta forma simples, mas sentida, homenagear todos os Capitães que, naquela data, no Quartel de Infantaria da nossa cidade, deram a sua ajuda para que hoje se possa celebrar a efeméride e lembrar que há 35 anos que o Poder Local tem contribuído para o desenvolvimento do nosso país. Assim, lembro o Capitão Costeira, o Capitão Amaral, o Capitão Augusto, o Capitão Ramalho e o Capitão Silva, que na madrugada de 25 de Abril de 1974 deram seguimento ao programa previamente preparado e desencadeado com as senhas “E depois do Adeus” e “Grândola Vila Morena”. Abertas as portas à democracia que rapidamente se foi instalando, em 25 de Abril de 1975, os portugueses, pela primeira vez livremente, elegeram uma Assembleia Constituinte que, entre 2 de Junho do mesmo ano e 2 de Abril de 1976, produziu a lei fundamental que estruturaria a nossa sociedade, sobretudo ao nível dos direitos e deveres fundamentais dos cidadãos, da organização económica e do poder político, definindo e delimitando as funções dos órgãos que o compõem. Com efeito, publicada em 10 de Abril de 1976, entrou em vigor a 25 de Abril desse mesmo ano a Constituição da República Portuguesa, ali se encontrando consagrado o Poder Local, que viria a constituir-se pilar estruturante e fundamental no desenvolvimento do nosso país. Estabelecidos legalmente, como derivava da Constituição, o Regime Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais e as Normas relativas à Estrutura, Competências e Funcionamento dos Órgãos do Município e da Freguesia, em 12 de Dezembro de 1976, cumprindo o prazo exigido na lei fundamental, realizaram-se as primeiras eleições dos órgãos das autarquias locais. Destas eleições surgiram os primeiros autarcas eleitos, cessando funções as Comissões Administrativas, a quem o poder local, municipal e das freguesias, havia sido confiado pelo Conselho de Revolução em 1974, iniciando-se então, de alguma forma, o ensaio do que é hoje o exercício do poder local. Objeto de algumas reformas e alterações, a legislação que regula o exercício dos poderes executivo e deliberativo dos dois níveis de autarquias locais – municípios e freguesias - não tem bloqueado a inter colaboração entre eles, de tal forma que se pode afirmar que o desenvolvimento local se viu multiplicado na transformação que, por essa via, conseguiram fazer nos seus territórios, em benefício das respetivas populações. Se mais não tem sido conseguido, poderá afirmar-se que se deve ao facto de, não existindo normativos que regulem tais relações, não se ter generalizado o sentimento de confiança da parte dos municípios para com as freguesias a quem, à independência que lhe advém do facto de os respetivos órgão autárquicos serem eleitos diretamente, faltar adicionar a necessária autonomia financeira e imputação de responsabilidade de algumas competências. Ao fim de 35 anos de ação das autarquias locais ao serviço da estruturação e desenvolvimento do país, nem tudo correu bem; muito há ainda para prosseguir e não faltará empenho, engenho e arte às autarquias, para perseguir e desbravar as carências notadas e satisfazer novas necessidades, que o progresso e a legítima ambição vão criando nas populações. De facto, ainda que continuemos a queixar-nos de insuficiências ou atrasos relativos, é difícil recordar o país nos tempos em que infraestruturas básicas, como a água ao domicílio e o saneamento básico ou a eletricidade, não chegavam à maior parte das populações, com a falta de qualidade de vida que isso implicava. Ainda que continuemos a queixar-nos do estado das vias de comunicação, não é fácil imaginar o isolamento em que se encontravam grande parte das localidades do nosso país, num tempo em que também não existiam telemóveis e o telefone era um luxo muito restrito. Por muito que nos continuemos a queixar da saúde e do ensino, não é possível conceber o tempo em que a maior parte da população não tinha acesso a cuidados médicos e hospitalares e mais



de 30% dela não sabia ler ou escrever. Por mais que nos queixemos do desenvolvimento cultural, não gostamos de nos recordar do tempo em que para a maioria da população apenas havia bibliotecas itinerantes, não existia teatro ou cinema, poucos tinham acesso à rádio ou à televisão e a Internet ainda não tinha sido inventada. A informação, que hoje circula à “velocidade da luz”, aparecia então, lentamente pelos jornais e em certos locais, quando não censurada, alguns dias depois dos acontecimentos e da sua edição. Desejaríamos que o mundo, a Europa e o nosso país em particular, não vivessem a crise que conhecemos e que a todos afeta. Não seria legítimo concluir ou aceitar que o Poder Local não tem alguma responsabilidade na situação económica e financeira que Portugal enfrenta. Enquanto ator no progresso, no desenvolvimento e na estruturação do país, o Poder Local não pode demitir-se das responsabilidades que, na justa medida dos êxitos que nesse âmbito lhe são atribuídos, e que são enormes, também tem na situação em que nos encontramos. E não vale a pena tentar sacudir a água do capote, procurando criar uma imagem em que o Poder Local possa aparecer como não fazendo parte do todo nacional, para o bem e para o mal, vítima dos malfetores, que são os outros. Porque nem tudo o que tem feito tem sido bem feito e porque nem sempre fez tudo o que podia ter feito. No esforço que é exigido a Portugal e aos portugueses, às suas empresas e às suas instituições, o Poder Local terá, também aqui, um papel preponderante e de vanguarda na prossecução dos desígnios nacionais, a exemplo do que tem conseguido ao longo do percurso que tem vindo a fazer desde a sua instauração, à luz da democracia, em Portugal. Sr. Presidente, Senhoras e Senhores, O Poder Local, exercido por mulheres e homens escolhidos livremente pelo povo através de eleições livres e democráticas, conseguiu, ao longo dos trinta e cinco anos que ora se comemoram, derrubar grande parte daquelas carências, barreiras e obstáculos, conquistando uma significativa quota parte no desenvolvimento do país, de que todos quantos exerceram ou exercem cargos autárquicos podem, com inteira legitimidade, orgulhar-se. Portugal não teria atingido o nível de desenvolvimento em grande parte das suas componentes, particularmente a infra estrutural, se o poder autárquico não existisse ou se não tivesse sido exercido com coragem, dinamismo e com a proximidade que existe em si mesmo e faz dele o melhor e maior veículo de relação entre o poder e o povo – o Poder Local é o expoente máximo do poder democrático e a freguesia a sua máxima expressão. Os Municípios, detentores de um quadro legal de competências, que se tem vindo a alargar de diversas formas ao longo destas três décadas e meia de existência em democracia, têm legitimidade de interferência, direta ou indireta, em quase todas as áreas de satisfação das necessidades da população garantidas constitucionalmente. Fazem uso dessa legitimidade, por ação direta ou por intermédio de terceiros, nomeadamente através das Freguesias, na medida em que se encontram dotados dos respetivos meios financeiros. Alguém disse, acertadamente, que a aplicação ou investimento dos dinheiros públicos, é tanto mais rentabilizada quanto mais próxima o for dos respetivos beneficiários. Ouvi um dia dizer a um Sr. Presidente de Câmara Municipal, que um escudo – moeda oficial à altura - nas mãos de um Presidente de Junta de Freguesia para ser investido, rende sempre mais do que se for a Câmara a fazê-lo. Sem dúvida que as Juntas de Freguesia são o poder que está mais próximo das populações, dos seus problemas, das suas necessidades e reivindicações e dos seus anseios, sendo portanto quem está em melhores condições para responder às populações, no âmbito das competências autárquicas. É também comummente aceite que as Juntas de Freguesia, ao longo destes 35 anos de exercício de Poder Local, em colaboração ou autonomamente, deram mostras e garantias de saber exercê-lo e evidenciaram natural capacidade de seleção e de estabelecimento de prioridades dos investimentos na sua área de jurisdição. Mas não são dotadas de meios financeiros que lhes permitam, com autonomia e independência, exercer o poder local de uma forma mais ampla, com a eficácia que normalmente demonstram. As Juntas de Freguesia, apesar das potencialidades que lhes são reconhecidas, são uma espécie de parente pobre do Poder Local. A restrição, plasmada na legislação que regula o exercício do Poder Local



relativamente às autarquias de Freguesia, no que respeita à sua autonomia e independência financeira, não tem hoje qualquer justificação. O poder destas autarquias locais é exercido por pessoas que andaram, também elas, a par com o desenvolvimento que o país atingiu. Se há 35 anos, a falta de experiência podia fazer com que se legislasse, sobre essa matéria, com algumas cautelas, está agora demonstrado que as autarquias e os autarcas das freguesias estão em condições de, adequando a legislação aplicável, poder receber algumas das competências atribuídas às Câmaras Municipais em áreas de investimento, acompanhadas das respetivas dotações financeiras. Paralelamente, há também que repensar o formato nacional do mosaico autárquico, municipal e das freguesias, redesenhando-o, ponderada e meticolosamente, em articulação com os órgãos representativos do Poder Local que, com a sua experiência, particularmente o seu “saber fazer”, terão um forte contributo para dar. A regionalização deverá ser, certamente, um outro aspeto a considerar e a ter em conta na reforma do Poder Local que foi encetada pelo último Governo, ajustando-a ao país económico e social atual. E tudo isto, volto a frisar, nunca poderá ser levado a cabo nas costas ou à revelia do Poder Local, sob pena de correremos o risco de pensar num Portugal diferente e as medidas não serem adequadas. A conjuntura política atual, a par da económica e financeira em que nos encontramos, podem proporcionar a abertura do debate desta matéria, assim haja vontade e interesse. Haja coragem e vontade política para dar estes pequenos passos, que podem ser grandes, do tamanho do contributo que o Poder Local, como o tem feito ao longo dos seus 35 anos de existência, pode dar à democracia e ao desenvolvimento de Portugal. -----

Viva o 25 de Abril. Viva o Poder Local. Viva Portugal.-----

---O Senhor Presidente da Mesa deu por encerrada a Sessão às dezassete horas e trinta e quatro minutos. E do que nela foi dito lavrou-se a presente Ata, que vai ser assinada por mim, _____ Primeiro Secretário e pelo Presidente da Mesa, nos termos do número três do artigo quinquagésimo oitavo do Regimento em vigor. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(António Joaquim Almeida Henriques)